PREFEITURA DE
Alto Alegre do Pindaré
Juntos para fazer muito mais

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Proc. 068
Fls. 01
Rub.

Processo / Protocolo: 068/2026

Data: 09/02/2026

Origem: Secretaria Municipal De Administração

Destino: Gabinete da Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré/MA

Assunto: Contratação de empresa para a prestação de serviços de licença de uso de software de diário oficial eletrônico, Portal da transparência para atender as demandas da Prefeitura De Alto Alegre Do Pindaré.

Wualdren dos Santos Machado

Wualdren dos Santos Machado
Assessor de Gabinete

PREFEITURA DE
Alto Alegre do Pindaré
Juntos para fazer muito mais

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Proc. 068
Fls. 02
Rub.

Alto Alegre do Pindaré/MA, 09 de fevereiro de 2026.

A Sua Excelência, o Senhor,
JOSÉ FRANCINETE BENTO LUNA
Prefeito da Cidade de Alto Alegre do Pindaré/MA
Av. João XXIII, S/N - Centro,
Alto Alegre do Pindaré/MA

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

Excelentíssimo Senhor,

A Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré, por meio de sua gestão, vem por meio deste documento, solicitar a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços relativos à licença de uso de software de diário oficial eletrônico e portal da transparência. A necessidade de contratação está fundamentada na urgente adequação e melhoria da transparência pública municipal, conforme apontado pela recente avaliação negativa realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE-MA).

O Tribunal de Contas do Estado, em sua última auditoria, emitiu parecer desfavorável quanto à eficácia do atual portal da transparência da Prefeitura de Alto Alegre do Pindaré, destacando diversos aspectos que comprometem a funcionalidade e acessibilidade da plataforma. Entre os principais pontos críticos identificados estão a dificuldade de navegação, o que tem prejudicado o pleno acesso às informações públicas, essenciais para a sociedade. Tais falhas na estrutura do portal colocam a Prefeitura em risco de não atender plenamente às obrigações legais de garantir o acesso à informação e a transparência na gestão pública.

Diante deste cenário, a administração municipal entende ser imprescindível a contratação de uma solução tecnológica moderna e eficiente que atenda de forma plena às necessidades do município, alinhando-se aos princípios da publicidade, eficiência e transparência.

A proposta é que o novo sistema de diário oficial eletrônico e portal da transparência permita a fácil consulta pública de informações relativas à gestão financeira, orçamentária e administrativa do município, assegurando a ampla transparência das ações governamentais.

O software proposto deve atender, dentre outros requisitos, às seguintes funcionalidades essenciais:

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Proc. 068
Fls. 03
Rub.

1. **Publicação Eletrônica de Atos Administrativos**: O sistema deverá permitir a publicação e o armazenamento de todos os atos administrativos, como decretos, leis, resoluções, portarias, entre outros, garantindo que sejam disponibilizados de forma clara, organizada e acessível ao público.
2. **Portal de Transparência**: O portal deverá fornecer informações detalhadas sobre a execução orçamentária, gastos públicos, convênios, licitações, contratos e outros dados de interesse público, conforme as normativas da Lei de Acesso à Informação (LAI) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
3. **Acessibilidade e Usabilidade**: A plataforma deverá possuir uma interface intuitiva e fácil de navegar, com recursos de acessibilidade, atendendo às necessidades de todos os cidadãos, incluindo pessoas com deficiência, conforme as diretrizes da web acessível.
4. **Integração com Outros Sistemas**: O novo sistema deverá ser compatível com outras plataformas e bases de dados já utilizadas pela Prefeitura, permitindo a integração e a troca de informações de maneira eficaz.
5. **Segurança da Informação**: A solução deve garantir a proteção e segurança dos dados, com backup regular, criptografia e controles de acesso, prevenindo o vazamento ou uso indevido das informações.
6. **Suporte e Manutenção**: A empresa contratada deverá oferecer suporte técnico contínuo, com garantia de atendimento imediato para resolução de eventuais problemas, além de garantir a manutenção e atualização periódica do sistema.
7. **Treinamento e Capacitação**: A empresa também deverá fornecer treinamento completo para os servidores municipais responsáveis pela utilização do sistema, garantindo que todos os envolvidos possam operar a plataforma de forma eficiente e segura.

Diante da importância de atender às normativas legais e garantir a máxima transparência à população, solicitamos que a proposta inclua, além do valor total da licença, um plano detalhado de implementação, suporte contínuo, e garantia de atualização do sistema durante o período contratual.

Marcelo Coelho Sousa
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Proc. 058
Fls. 04
Rub.

ANEXO ÚNICO – ITENS E QUANTITATIVOS ESTIMADOS

N	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT.
1	Locação da plataforma de transparência 20 e-mails institucionais Relatório mensal e acompanhamento junto as equipes internas Backups dos arquivos do antigo portal	Mês	12
2	Licença de SILCC sistema integrado de licitação capa a capa para cumprimento junto ao órgão de fiscalização	Mês	12

PREFEITURA DE
Alto Alegre do Pindaré
Juntos para fazer muito mais

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Proc. 068
Fls. 05
Rub.

Processo n° 068/2026

De acordo com as informações constantes neste processo administrativo autuado, aprovo o **Termo de Referência** e **AUTORIZO** o encaminhamento da solicitação visando a Contratação de empresa para a prestação de serviços de licença de uso de software de diário oficial eletrônico, Portal da transparência para atender as demandas da Prefeitura De Alto Alegre Do Pindaré. e determino que seja providenciada a instrução dos autos com vistas a realizar a contratação dentro das formalidades legais de acordo com o rito abaixo:

a) ao Setor de Cotação de Preços para a realização da pesquisa de mercado;
b) à Contabilidade Geral para informar a existência de dotação orçamentária para a cobertura das despesas, bem como se há adequação orçamentária nos termos do art. 16, II, LC nº 101/2000 – LRF;
c) à CPL para manifestar-se sobre a modalidade de contratação, apresentando a documentação pertinente;
d) à Procuradoria Geral para emissão de parecer jurídico;
e) ao Ordenador de Despesas em prol de decidir sobre a autorização da deflagração do procedimento licitatório ou inexigibilidade de licitação, caso reste comprovada a inviabilidade de competição;
f) à CPL para providências;
g) à Controladoria Geral para análise;
h) ao Ordenador de Despesas para deliberação.

Alto Alegre do Pindaré - MA, 13 de fevereiro de 2026.

JOSÉ FRANCINETE BENTO LUNA
Prefeito da Cidade de Alto Alegre do Pindaré/MA

PREFEITURA DE
Alto Alegre do Pindaré
Juntos para fazer muito mais

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Proc. 068
Fls. 06
Rub.

AVISO DE COTAÇÕES COMPLEMENTARES

PROC. ADM. Nº 068/2026 – Secretaria Municipal de Administração. O Município de Alto Alegre do Pindaré – MA, através da sua Secretária Municipal de Administração torna público que estará recebendo propostas complementares, visando a seleção para **Contratação de empresa para a prestação de serviços de licença de uso de software de diário oficial eletrônico, Portal da transparência para atender as demandas da Prefeitura De Alto Alegre Do Pindaré**, Disponível através do E-mail desta CPL: cpl.altoalegrep@gmail.com. Recebimento das propostas por 03 (três) dias, com prazo final em **09/04/2026**.

Alto Alegre do Pindaré (MA), 06 de abril de 2026.

Leniza de Oliveira Botelho
Assessora Administrativa

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ

DIÁRIO OFICIAL

Caderno do Executivo

SUMÁRIO

AVISO
Comissão Permanente de Licitação - CPL 1

Proc. 068
Fls. 07
Rub.

AVISO

AVISO DE COTAÇÕES COMPLEMENTARES

PROC. ADM. Nº 068/2026 – Secretaria Municipal de Administração. O Município de Alto Alegre do Pindaré – MA, através da sua Secretária Municipal de Administração torna público que estará recebendo propostas complementares, visando a seleção para **Contratação de empresa para a prestação de serviços de licença de uso de software de diário oficial eletrônico, Portal da transparência para atender as demandas da Prefeitura De Alto Alegre Do Pindaré**, Disponivel através do E-mail desta CPL.: cpl.altoalegrep@gmail.com. Recebimento das propostas por 03 (três) dias, com prazo final em **09/04/2026**. Alto Alegre do Pindaré (MA), 06 de abril de 2026. **Leniza de Oliveira Botelho** Assessora Administrativa

Documento assinado eletronicamente. Verificação em http://portal.qualisign.com.br/loginIds-validar através do código http://www.altoalegredopindare.ma.gov.br/diario-oficial-eletronico - Página 1 de 4 - Alto Alegre do Pindaré

Proc. 068
Fls. 02
Rub.

Estado do Maranhão
Município de Alto Alegre do Pindaré

DIÁRIO OFICIAL
Poder Executivo

Secretaria de Administração e Finanças
Coordenação do Diário Oficial - DOM
Avenida João XIII, s/n, Centro
edomaap@gmail.com

José Francinete Bento Luna
Prefeito

Clay Regazzoni Ribeiro Torres
Coordenador do e-DOM

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Ao elaborar o seu texto para publicação no Diário Oficial Eletrônico, observe atentamente as instruções abaixo:

a) Edição dos textos enviados ao Diário por email;
b) Medida da página – 17cm de largura e 25cm de altura;
c) Editor de texto padrão: Word for Windows – Versão 6 ou Superior;
d) Tipo de fonte: Times New Roman;
e) Tamanho da letra: 8;
f) Entrelinhas simples;
g) Excluir linhas em branco;
h) Tabelas/quadrados sem linhas de grade ou molduras;
i) Havendo erro na publicação, o usuário poderá manifestar reclamação por escrito até 30 dia após a circulação do Diário Oficial Eletrônico;
j) Se o erro for proveniente de falha do setor de publicação, a matéria será republicada sem ônus para o cliente, em caso de erro proveniente do email enviado, o ônus da retificação ficará a cargo do cliente;
k) As matérias que não atenderem as exigências acima serão devolvidas

Informações: (98) 98612-9344

Documento assinado eletronicamente. Verificação em http://portal.qualisign.com.br/login/dc-validar através do código http://www.altoalegredopindare.ma.gov.br/diario-oficial-eletronico - Página 2 of Alto Alegre do Pindaré

PROTOCOLO DE AÇÕES

Este é um documento assinado eletronicamente pelas partes, utilizando métodos de autenticações eletrônicas que comprovam a autoria e garantem a integridade do documento em forma eletrônica. Esta forma de assinatura foi admitida pelas partes como válida e deve ser aceito pela pessoa a quem o documento for apresentado. Todo documento assinado eletronicamente possui admissibilidade e validade legal garantida pela Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Data de emissão do Protocolo: 06/04/2026

Proc. 068
Fls. 03
Rub.

Dados do Documento

Tipo de Documento	Contrato Genérico com Testemunhas-Acesso Rápido
Referência Contrato	Caderno do Executivo - Diário de 06 de Abril de 20
Situação	Vigente / Ativo
Data da Criação	06/04/2026
Validade	06/04/2026 até Indeterminado
Hash Code do Documento	E941F9A52CE16A6324F9469FB5661472A2B76DC48DDB434B7F2D4AC2359FCD3E

Assinaturas / Aprovações

Papel (parte)	Contratadas
Relacionamento	01.612.832/0001-21 - MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARE

Representante			**CPF**
CLAY REGAZZONI RIBEIRO TORRES			720.235.972-34
Ação:	Assinado em 06/04/2026 18:26:54 com o certificado ICP-Brasil Serial - 41EAB1078166F991	**IP:**	170.239.141.45
Info.Navegador	Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/146.0.0.0 Safari/537.36		
Localização	Latitude: -3.7042 / Longitude: -45.9627		
Tipo de Acesso	Normal		

As assinaturas digitais contidas neste documento possuem carimbos de tempo baseados na Hora Legal Brasileira, emitidos pela Autoridade de Carimbo de Tempo (ACT) Qualisign, homologada pelo Observatório Nacional (ON/MCTI) ou por uma ACT externa homologada pela ICP-Brasil.

A autenticidade, validade e detalhes de cada assinatura deste documento poderá ser verificada através do endereço http://portal.qualisign.com.br/login/dc-validar, utilizando o código de acesso (passcode) abaixo:

Código de Acesso (Passcode): **BY7J0-RLKS8-8HYO9-OB2WI**

No caso de assinatura com certificado digital também pode ser verificado no site https://validar.iti.gov.br/, utilizando-se o documento original e o documento com extensão .p7s.

Os serviços de assinatura digital deste portal contam com a garantia e confiabilidade da **AR-QualiSign**, Autoridade de Registro vinculada à ICP-Brasil.

Proc. 08
Fls. 10
Rub.

Validação de documento não armazenado no Portal QualiSign

Caso o documento já tenha sido excluído do Portal QualiSign, a verificação poderá ser feita conforme a seguir;

a.) Documentos assinados exclusivamente com Certificado Digital (CADES)

A verificação poderá ser realizada em http://portal.qualisign.com.br/login/dc-validar, desde que você esteja de posse do documento original e do arquivo que contém as assinaturas (.P7S). Você também poderá fazer a validação no site do ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação através do endereço https://validar.iti.gov.br/

b.) Documentos assinados exclusivamente com Certificado Digital (PADES)

Para documentos no formato PDF, cuja opção de assinatura tenha sido assinaturas autocontidas (PADES), a verificação poderá ser feita a partir do documento original (assinado), utilizando o Adobe Reader. Você também poderá fazer a validação no site do ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação através do endereço https://validar.iti.gov.br/

c.) Documentos assinados exclusivamente SEM Certificado Digital ou de forma híbrida (Assinaturas COM Certificado Digital e SEM Certificado Digital, no mesmo documento)

Para documento híbrido, as assinaturas realizadas COM Certificado Digital poderão ser verificadas conforme descrito em (a) ou (b), conforme o tipo de assinatura do documento (CADES ou PADES).

A validade das assinaturas SEM Certificado Digital é garantida por este documento, assinado e certificado pela QualiSign.

Validade das Assinaturas Digitais e Eletrônicas

No âmbito legal brasileiro e em também em alguns países do Mercosul que já assinaram os acordos bilaterais, as assinaturas contidas neste documento cumprem, plenamente, os requisitos exigidos na Medida Provisória 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil e transformou o ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia garantidora da autenticidade, integridade, não-repúdio e irretroatividade, em relação aos signatários, nas declarações constantes nos documentos eletrônicos assinados, como segue:

Art. 10. Consideram-se documentos públicos ou particulares, para todos os fins legais, os documentos eletrônicos de que trata esta Medida Provisória.

§ 1º. As declarações constantes dos documentos em forma eletrônica produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil presumem-se verdadeiros em relação aos signatários, na forma do art. 131 da Lei no 3.071, de 1o de janeiro de 1916 - Código Civil.

§ 2º. O disposto nesta Medida Provisória não obsta a utilização de outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, inclusive os que utilizem certificados não emitidos pela ICP-Brasil, desde que admitido pelas partes como válido ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento.

Pelo exposto, o presente documento encontra-se devidamente assinado pelas Partes, mantendo plena validade legal e eficácia jurídica perante terceiros, em juízo ou fora dele.

Documento assinado eletronicamente. Verificação em http://portal.qualisign.com.br/login/dc-validar
através do código BY7J0-RLKS8-8HYO9-OB2WI ou em https://validar.iti.gov.br conforme instruções lá colocadas

PREFEITURA DE
Alto Alegre do Pindaré
Juntos para fazer muito mais

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Proc. 068
Fls. 11
Rub.

Processo / Protocolo: 068/2026

Origem: Sec. Municipal de Administração

Assunto: Contratação de empresa para a prestação de serviços de licença de uso de software de diário oficial eletrônico, Portal da transparência para atender as demandas da Prefeitura De Alto Alegre Do Pindaré.

DESPACHO

Em atenção à determinação do Excelentíssimo Senhor Prefeito de Alto Alegre do Pindaré, e, em consonância com o que disciplina o art. 18, § 1º, inciso V, primeira parte, da Lei nº 14.133/2021, informamos que o procedimento de cotação de preços (metodologia) nesta municipalidade é realizado a partir de consultas a tabelas oficiais, pesquisas de mercado através de propostas físicas, por e-mail, telefone, internet, outros contratos administrativos, outros Órgãos, ou pessoalmente.

No presente caso, a busca por preços de mercado, se deu através de propostas físicas, bem como foi realizado publicação no diário oficial do município no dia 06 de abril de 2026 com recebimento de propostas complementares até o dia 09 de abril de 2026, a pesquisa realizada através dos e-mails logrou êxito. Conforme é demonstrado na planilha com o Mapa de Cotações. Entretanto quanto ao aviso para receber propostas complementares, este não logrou êxito.

Por conseguinte, identificamos o preço médio global através das propostas físicas realizadas com as empresas **J W CARNEIRO LOPES – ME CNPJ: 08.409.569/0001-17** com valor de R$ 61.200,00 (Sessenta e um mil e duzentos reais); **EMILIO HONORATO – TECNOLOGIA, PROJETOS E CONSULTORIA** CNPJ n°11.731.665/0001-56, com valor de R$ 63.600,00 (Sessenta e três mil e seiscentos reais) e a **Kreation Comunicação LTDA,** CNPJ/MF: **59.578.639/0001-00** com valor de R$ 63.480,00 (Sessenta e três mil e quatrocentos e oitenta reais). Após realizada a média de preços foi obtido o valor de R$ 62.760,00 (sessenta e dois mil setecentos e sessenta reais).

Logo, diante de tudo isso foi identificado que o menor valor proposto é o da empresa **J W CARNEIRO LOPES – ME** CNPJ: 08.409.569/0001-17 com valor de R$ 61.200,00 (Sessenta e um mil e duzentos reais), a qual segue em anexo a proposta e documentos da habilitação.

Alto Alegre do Pindaré/MA, 10 de abril de 2026.

Leniza de Oliveira Botelho
Assessora Administrativa

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré – MA
Av. João XXIII, S/N - Centro, CEP nº 65.398-000,
CNPJ nº 01.612.832/0001-21

PROCESSO:
DATA:

PLANILHA DE PREÇOS PROPOSTOS

LOTE 01:

Nº	ITEM	UND	QTD	J W CARNEIRO LOPES – ME CNPJ:08.409.569/0001-17		EMILIO HONORATO CNPJ:11.731.655/0001-56		Kreation Comunicação CNPJ:59.578.639/0001-00		VALOR ESTIMADO	
				PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL	Unitário	Total
01	Locação da plataforma de transparência 20 e-mails institucionais Relatório mensal e acompanhamento junto as equipes internas Backups dos arquivos do antigo portal	mês	12	R$ 4.050,00	R$ 48.600,00	R$ 4.100,00	R$ 49.200,00	R$ 4.250,00	R$ 51.000,00	R$ 4.133,33	R$ 49.599,96
02	Licença de SILCC sistema integrado de licitação capa a capa para cumprimento junto ao órgão de fiscalização	mês	12	R$ 1.050,00	R$ 12.600,00	R$ 1.200,00	R$ 14.400,00	R$ 1.040,00	R$ 12.480,00	R$ 1.096,67	R$ 13.160,04
				TOTAL :	R$ 61.200,00	TOTAL :	R$ 63.600,00	TOTAL :	R$ 63.480,00		
										VALOR TOTAL ESTIMADO	R$ 62.760,00

Lenize de Oliveira Botelho
Assessora Administrativa

Proc. 068
Fls. 12
Rub.

Proc. 068
Fls. 13
Rub.

Gmail

Cotação Alto Alegre do Pindaré <cotacao.altoalegredopindare@gmail.com>

COTAÇÃO PORTAL DA TRANSPARENCIA

Cotação Alto Alegre do Pindaré <cotacao.altoalegredopindare@gmail.com>
Para: workcenter.ma@hotmail.com

3 de março de 2026 às 11:07

Olá! Tudo bem?
Solicito, por gentileza, a elaboração e o envio da **Proposta Comercial**, utilizando como referência o **Ofício em anexo**.

A proposta deverá ser apresentada em **papel timbrado da empresa** e conter, obrigatoriamente: **CNPJ**, **endereço completo**, **validade da proposta**, **data de emissão** e **assinatura do responsável legal**.

Desde já, agradeço pela atenção e fico à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Não contem vírus www.avast.com

01.1. Ofício - DFD.docx
631K

Proc. 068
Fls. 17
Rub.

Gmail

Cotação Alto Alegre do Pindaré <cotacao.altoalegredopindare@gmail.com>

COTAÇÃO PORTAL DA TRANSPARENCIA

3 de março de 2026 as 17:11

WORK CENTER <workcenter.ma@hotmail.com>
Para: Cotação Alto Alegre do Pindaré <cotacao.altoalegredopindare@gmail.com>

pa tarde, segue proposta de preços para apreciação conforme oficio de solicitação.

De: Cotação Alto Alegre do Pindaré <cotacao.altoalegredopindare@gmail.com>
Enviado: terça-feira, 3 de março de 2026 11:07
Para: workcenter.ma@hotmail.com <workcenter.ma@hotmail.com>
Assunto: COTAÇÃO PORTAL DA TRANSPARENCIA

[Texto das mensagens anteriores ocultas]

PM Alto Alegre do Pindaré - Locação Portal da Transparência.pdf
384K

Proc. 68
Fls. 5
Rub.

WORKCENTER
Consultoria, Assessoria e Gerenciamento de TI

À
Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré/MA

A Sua Excelência, o Senhor,
JOSÉ FRANCINETE BENTO LUNA
Prefeito da Cidade de Alto Alegre do Pindaré/MA
Av. João XXIII, S/N - Centro,
Alto Alegre do Pindaré/MA

OBJETO: contratação de empresa especializada para a prestação de serviços relativos à licença de uso de software de diário oficial eletrônico e portal da transparência.

EMPRESA: J W CARNEIRO LOPES – ME
SEDE: Rua quinze, n. 28, Quadra 39, Residencial Pinheiros, São Luis – MA, CEP: 65064-441
CNPJ: 08.409.569/0001-17
CONTATO: (99) 98157-2748
EMAIL: workcenter.ma@hotmail.com
VALIDADE DA PROPOSTA: *60 (sessenta dias).*

PROPOSTA DE PREÇOS
ANEXO ÚNICO – ITENS E QUANTITATIVOS ESTIMADOS

N	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Locação da plataforma de transparência 20 e-mails institucionais Relatório mensal e acompanhamento junto as equipes internas Backups dos arquivos do antigo portal	Mês	12	4.050,00	48.600,00
2	Licença de SILCC sistema integrado de licitação capa a capa para cumprimento junto ao órgão de fiscalização	Mês	12	1.050,00	12.600,00
VALOR TOTAL DA PROPOSTA				**5.100,00**	**61.200,00**

VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS: *R$ 5.100,00 (Cinco mil e cem reais)*
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: *R$ 61.200,00 (Sessenta e um mil e duzentos reais)*
Condições de Pagamento: *Mensal*

São Luís(MA), 03 de março de 2026

JOSE WALBER CARNEIRO LOPES
Assinado digitalmente por JOSE WALBER CARNEIRO LOPES
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=videoconferencia, OU=43768130000181, OU=Pessoa Física A1, OU=AREXIMIA, OU=Autoridade Certificadora SERPROACF, CN=JOSE WALBER CARNEIRO LOPES
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.03.03 17:08:19-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2025.1.0

J. W. CARNEIRO LOPES - ME
CNPJ: Nº 08.409.569/0001-17
ADMINISTRADOR
Jose Walber Carneiro Lopes
RG/CPF: ***.894.27*-**

J. W. CARNEIRO LOPES - WORKCENTER
Rua quinze, Quadra 39, n.º 28, Residencial Pinheiros, Bairro: Cohama - CEP: 65.064-441 - São Luis/MA
CNPJ.: 08.409.569/0001-17 - Insc. Estadual: 12.231.535-9
Contato: (98) 9 9232-6263 / (99) 9 8157-2748
Email: workcenter.ma@hotmail.com

Proc. 068
Fls. 16
Rub.

Gmail

Cotação Alto Alegre do Pindaré <cotacao.altoalegredopindare@gmail.com>

COTAÇÃO PORTAL DA TRANSPARENCIA

3 de março de 2026 às 11:08

Cotação Alto Alegre do Pindaré <cotacao.altoalegredopindare@gmail.com>
Para: financeiro@emiliohonorato.com

Olá! Tudo bem?
Solicito, por gentileza, a elaboração e o envio da **Proposta Comercial**, utilizando como referência o **Ofício em anexo**.

A proposta deverá ser apresentada em **papel timbrado da empresa** e conter, obrigatoriamente: **CNPJ**, **endereço completo**, **validade da proposta**, **data de emissão** e **assinatura do responsável legal**.

Desde já, agradeço pela atenção e fico à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Não contem vírus.www.avast.com

01.1. Ofício - DFD.docx
631K

Proc. 068
Fls. 12
Rub.

Gmail

Cotação Alto Alegre do Pindaré <cotacao.altoalegredopindare@gmail.com>

COTAÇÃO PORTAL DA TRANSPARENCIA

3 de março de 2026 às 17:14

Financeiro Emilio Honorato <financeiro@emiliohonorato.com>
Para: Cotação Alto Alegre do Pindaré <cotacao.altoalegredopindare@gmail.com>

Prezados.

Segue proposta comercial, conforme solicitado.

[Texto das mensagens anteriores ocultas]

PM ALTO ALEGRE DO PINDARE.pdf
194K

Emílio Honorato
TECNOLOGIA • PROJETOS • CONSULTORIA

EMILIO HONORATO - TECNOLOGIA, PROJETOS E CONSULTORIA
Rua Mato Grosso, 720, Cabral | Centro Empresarial Shopping Rio Poty, Torre 1, Sala 914
CEP: 64000-710 - Teresina/PI - CNPJ: 11.731.655/0001-56
+55 86 98141-6071 / 99409-0885 | emilio@emiliohonorato.com
www.emiliohonorato.com

Proc. 068
Fls. 18
Rub.

PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

OBJETO

Contratação de empresa para a prestação de serviços de licença de uso de software de diário oficial eletrônico, Portal da transparência para atender as demandas da Prefeitura de Alto Alegre do Pindaré-MA.

CLIENTE

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré/MA,

VALOR GLOBAL

R$ 63.600 00 (sessenta e três mil e seiscentos reais)

DETALHAMENTO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID	QTD	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
01	Locação da plataforma de transparência 20 e-mails institucionais Relatório mensal e acompanhamento junto as equipes internas Backups dos arquivos do antigo portal	MÊS	12	4.100,00	49.200,00
01	Licença de SILCC sistema integrado de licitação capa a capa para cumprimento junto ao órgão de fiscalização	MÊS	12	1.200,00	14.400,00
VALOR GLOBAL				R$ 5.300,00	R$ 63.600,00

VALIDADE

Esta proposta tem validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua emissão.

PRAZO DE PRESTAÇÃO

Esta proposta contempla a referida prestação de serviços nos termos acima até o dia 31/12/2026.

CONTATOS

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo e-mail: financeiro@emiliohonorato.com e/ou pelo telefone (86) 9 9409-0885.

11.731.655/0001-56
FRANCISCO E. A. DA SILVA
Rua Mato Grosso, 720 T-1 S-914
Bairro Cabral - CEP: 64.000-710
Teresina - Piauí

Teresina - Piauí, 03 de março de 2026

Proc. 068
Fls. 19
Rub.

Gmail

Cotação Alto Alegre do Pindaré <cotacao.altoalegredopindare@gmail.com>

COTAÇÃO PORTAL DA TRANSPARENCIA

3 de março de 2026 às 11:08

Cotação Alto Alegre do Pindaré <cotacao.altoalegredopindare@gmail.com>
Para: kreationagencia@gmail.com

Olá! Tudo bem?
Solicito, por gentileza, a elaboração e o envio da **Proposta Comercial**, utilizando como referência o **Ofício em anexo**.

A proposta deverá ser apresentada em **papel timbrado da empresa** e conter, obrigatoriamente: **CNPJ**, **endereço completo**, **validade da proposta**, **data de emissão** e **assinatura do responsável legal**.

Desde já, agradeço pela atenção e fico à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Não contem vírus.www.avast.com

01.1. Oficio - DFD.docx
631K

Proc. 068
Fls. 20
Rub.

Gmail

Cotação Alto Alegre do Pindaré <cotacao.altoalegredopindare@gmail.com>

COTAÇÃO PORTAL DA TRANSPARENCIA

5 de março de 2026 às 20:16

Agência Kreation <kreationagencia@gmail.com>
Para: Cotação Alto Alegre do Pindaré <cotacao.altoalegredopindare@gmail.com>

Prezados (a)

Boa noite!

Conforme solicitado segue em anexo
[Texto das mensagens anteriores ocultas]

Cotação de Preço - Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré.pdf
356K

COTAÇÃO DE PREÇO

Proc. 068
Fls. 2
Rub.

À PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ /MA

PROPONENTE: Kreation Comunicação LTDA, **CNPJ** nº 59.578.639/0001-00.
REPRESENTANTE LEGAL/RESPOSÁVEL POR ASSINATURAS DE DOCUMENTOS: Ramon Feitosa Rabelo Rodrigues, empresário, CPF nº 6*9.***.97*-11.
CONTATOS: (98) 98523-0079.
VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias, a contar da data da abertura da sessão.
DADOS BANCÁRIOS: Código: 001 – Agência: 2746-4 Conta: 47760-5 - Banco do Brasil.
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R$ 63.480,00 (Seesenta e três mil e quatrocentos e oitenta reais).

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	QTDE	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	Locação da plataforma de transparência 20 e-mails institucionais Relatório mensal e acompanhamento junto as equipes internas Backups dos arquivos do antigo portal.	12	R$4.250,00	R$ 51.000,00
2	Licença de SILCC sistema integrado de licitação capa a capa para cumprimento junto ao órgão de fiscalização.	12	R$1.040,00	R$ 12.480,00

Paulino Neves(MA), 03 de março de 2026.

RAMON FEITOSA RABELO RODRIGUES
Sócio Administrador
Kreation Comunicacão LTDA
CNPJ nº 59.578.639/0001-00

Gmail CPL Alto Alegre do Pindaré <cpl.altoalegrep@gmail.com>

Solicitação de certidões

2 mensagens

CPL Alto Alegre do Pindaré <cpl.altoalegrep@gmail.com> 14 de abril de 2026 às 14:00
Para: workcenter.ma@hotmail.com

Proc. 068
Fls. 12
Rub.

Prezado Licitante

Em virtude da sua proposta para referente aos Serviços de serviços de licença de uso de software de diário oficial eletrônico, Portal de transparência para atender as demandas da Prefeitura De Alto Alegre Do Pindaré/MA, está dentro do valor permitido pela lei e alterado pelo decreto 13.807/2025, ou seja, sua proposta está com valor menor que o Art. 75, caput, inciso II da lei 14.133, atualizada pelo DECRETO Nº 12.807, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025, ou seja, abaixo de R$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos).

Solicitamos, caso haja interesse solicito que envie suas documentações e certidões comprobatórias de regularidade (fiscal e trabalhista) bem como os documentos do sócio e a habilitação jurídica da empresa a solicitação deve ser atendida até 17/04/2026.

EDIVAN PINHO PEREIRA

Agente de Contratação/Pregoeiro

Portaria Nº 075/2025

WORK CENTER <workcenter.ma@hotmail.com> 14 de abril de 2026 às 15:02
Para: CPL Alto Alegre do Pindaré <cpl.altoalegrep@gmail.com>

Segue Documentação de habilitação e Certidões.
Documentos atualizados - J W Carneiros Lopes ME.pdf

OBJETO: Serviços de serviços de licença de uso de software de diário oficial eletrônico, Portal de transparência para atender as demandas da Prefeitura de Alto Alegre do Pindaré/MA

De: CPL Alto Alegre do Pindaré <cpl.altoalegrep@gmail.com>
Enviado: terça-feira, 14 de abril de 2026 14:00
Para: workcenter.ma@hotmail.com <workcenter.ma@hotmail.com>
Assunto: Solicitação de certidões

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Proc. 08
Fls. 03
Rub.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
GOVERNO FEDERAL
Estado do Maranhão
Secretaria de Segurança Pública

Nome / Name
JOSÉ WALBER CARNEIRO LOPES

Nome Social / Social Name

Registro Geral - CPF / Personal Number
508.894.273-72

Sexo / Sex
M

Data de Nascimento / Date of Birth
30/09/1973

Nacionalidade / Nationality
BRA

Naturalidade / Place of Birth
CODÓ/MA

Validade / Expiry
24/07/2034

Assinatura do Titular / Cardholder's Signature

A10008809187

P-147

Filiação / Filiation
GRAÇA MARIA CARNEIRO LOPES

CLAUDIO FERNANDO GOMES LOPES

Órgão Expedidor / Card Issuer
SSP/MA

Local / Place of Issue
SÃO LUÍS

Emissão / Issue
24/07/2024

Assinatura do Expedidor / Card Issuer Signature
Paste Cargo Vlegas Cardoso
Diretor do Instituto de Identificação

Visto

CARTEIRA DE IDENTIDADE

LEI Nº 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Secretaria do Desenvolvimento da Produção
Departamento Nacional de Registro do Comércio

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO NO VERSO

NUMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)

NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas)
Jose Walber Carneiro Lopes

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
Brasileira	Casado(a)

SEXO	REGIME DE BENS (se casado)
M☒ F☐	Comunhão parcial

FILHO DE (pai): Claudio Fernando Gomes Lopes
(mãe): Graça Maria Carneiro Lopes

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE número	Órgão emissor	UF	CPF (número)
30-09-1973	016372712001-1	SSP	MA	508.894.273-72

EMANCIPADO POR (forma de emancipação – somente no caso de menor)

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO – rua, av, etc.)	NUMERO
Rua E, Quadra E	06

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP	CODIGO DO MUNICIPIO (Uso da Junta Comercial)
	Residencial Primavera Turu	65066-620	

DIPIC	UF
São Luis	MA

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do **Estado do Maranhão**:

CÓDIGO DO ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
080	Inscrição		
CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO

Proc. 08
Fls. 21
Rub.

NOME EMPRESARIAL
J. W. CARNEIRO LOPES

LOGRADOURO (rua, av, etc.)	NUMERO
Avenida Daniel de La Touche	1440

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP	CODIGO DO MUNICIPIO (Uso da Junta Comercial)
Loja 109	Cohama	65074-115	

MUNICIPIO	UF	PAIS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
SÃO LUIS	MA	BRASIL	

VALOR DO CAPITAL R$	VALOR DO CAPITAL (por extenso)
50.000,00	(Cinquenta Mil Reais)

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal)	DESCRIÇÃO DO OBJETO
Atividade principal: 6420-3/80	Provedores de acesso às redes de telecomunições;
Atividades secundárias: 6420-3/99	Serviço de Comunicacão multimidia - SCM, manutenção, instalação e outros;
5245-0/01	Comércio varejista de máquinas e equipamentos para escritório;
5245-0/02	Comércio varejista de máquinas,equipamentos e materiais de informática;
5245-0/03	Comércio varejista de máquinas,equipamentos e materiais de comunicação;
5242-6/01	Comércio varejista de máquinas, aparelhos e equipamentos elétricos, eletrônicos de usos doméstico e pessoal, exceto equip. de informática;

DATA DE INICIO DAS ATIVIDADES	NUMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF – NIRE anterior	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL (DEPENDENTE DE AUTENTICAÇÃO / CONTRATO SOCIAL)
19-10-2006				1 - SIM ☐ 3 - NÃO

ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente)
J. W. CARNEIRO LOPES

DATA DA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
19-10-2006	José Walber Carneiro Lopes

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE

Valéria Rodrigues Abreu
Julgador Singular do
Registro Mercantil
06 Mai 1636

AUTENTICAÇÃO

JUCEMA

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO

CERTIFICO O REGISTRO EM 06/11/2006
SOB O NÚMERO: 21101498451
Protocolo: 06/038423-9

J W CARNEIRO LOPES

JUCEMA

CLINEU CÉSAR COELHO FILHO
SECRETÁRIO GERAL

Nº A043330

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Secretaria do Desenvolvimento da Produção
Departamento Nacional de Registro do Comércio

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO NO VERSO

Proc. 068
Fls. 25
Rub.

NUMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)

NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas)
Jose Walber Carneiro Lopes

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
Brasileira	Casado(a)

SEXO	REGIME DE BENS (se casado)
M☒ F☐	Comunhão parcial

FILHO DE (pai)	(mãe)
Claudio Fernando Gomes Lopes	Graça Maria Carneiro Lopes

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE numero	Orgão emissor	UF	CPF (numero)
30-09-1973	016372712001-1	SSP	MA	508.894.273-72

EMANCIPADO POR (forma de emancipação – somente no caso de menor)

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO – rua, av. etc.)	NUMERO
Rua E, Quadra E	06

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP	CODIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
	Residencial Primavera Turu	65066-620	

MUNICÍPIO	UF
São Luis	MA

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do **Estado do Maranhão**:

CODIGO DO ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	CODIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
080	Inscrição		

CODIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	CODIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO

NOME EMPRESARIAL
J. W. CARNEIRO LOPES

LOGRADOURO (rua, av. etc.)	NUMERO
Avenida Daniel de La Touche	1440

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP	CODIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
Loja 109	Cohama	65074-115	

MUNICÍPIO	UF	PAIS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
SÃO LUIS	MA	BRASIL	

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL (por extenso)
50.000,00	(Cinquenta Mil Reais).

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal)	DESCRIÇÃO DO OBJETO
Atividade principal Atividades secundárias 7250-8/00 5271-0/02 7139-0/04 7133-1/00	Manutenção, reparação e instalação de maquinas de escritório e de informática; Reparação e manutenção de aparelhos telefônicos; Aluguel de materiais e equipamentos para eventos; Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios, inclusive computadores e material telefônico.

DATA DE INICIO DAS ATIVIDADES	NUMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL 1 - SIM 3 - NÃO
19-10-2006				

ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente)
J W CARNEIRO LOPES

DATA DA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
19-10-2006	José Walber Carneiro Lopes

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE

Valéria Rodrigues Abreu
Julgador Singular do
Registro Mercantil
Mat. 1636

AUTENTICAÇÃO

JUCEMA

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO

CERTIFICO O REGISTRO EM 06/11/2006
SOB O NUMERO: 21101498451
Protocolo: 06/038423-9

J W CARNEIRO LOPES

JUCEMA

CLINEU CÉSAR COELHO FILHO
SECRETÁRIO GERAL

Nº A043332

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Secretaria do Desenvolvimento da Produção
Departamento Nacional de Registro do Comércio

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

INSTI

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO
POSTO PRAIA GRANDE

07/034882-0

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somen
2110149845-1	

NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas)
JOSÉ WALBER CARNEIRO LOPES

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRO	Casado(a)

SEXO	REGIME DE BENS (se casado)
M☒ F☐	Comunhão parcial

Proc. 008
Fls. 96
Rub.

FILHO DE (pai)
CLAUDIO FERNANDO GOMES LOPES

(mãe)
GRAÇA MARIA CARNEIRO LOPES

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE número	Órgão emissor	UF	CPF (número)
30-09-1973	016372712001-1	SSP	MA	508.894.273-72

EMANCIPADO POR (forma de emancipação – somente no caso de menor)

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO – rua, av, etc.)	NÚMERO
RUA E, QUADRA E	06

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
	RESIDENCIAL PRIMAVERA TURU	65066-620	

MUNICÍPIO	UF
SÃO LUIS	MA

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do **Estado do Maranhão**:

CÓDIGO DO ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
002	ALTERAÇÃO	021	ALTERAÇÃO DE DADOS
CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO

NOME EMPRESARIAL
J. W. CARNEIRO LOPES - ME

ATO
#@20070348820@#

LOGRADOURO (rua, av, etc.)	NÚMERO
AVENIDA DANIEL DE LA TOUCHE	1440

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
LOJA 109	COHAMA	65074-115	

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
SÃO LUIS	MA		

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL (por extenso)
50.000,00	CINQUENTA MIL REAIS.

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal)	DESCRIÇÃO DO OBJETO
Atividade principal 9511-8/00	REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES E DE EQUIPAMENTOS PERIFERICOS.
Atividades secundárias 4753-9/00	COM.VAREJ.ESPECIALIZADO DE ELETRODOMESTICOS E EQUIP., DE AUDIO E VIDEO.
4752-1/00	COM.VAREJ.ESPECIALIZADO DE EQUIP. DE TELEFONIA E COMUNICAÇÃO.
4751-2/00	COM.VAREJ.ESPECIALIZADO DE DE EQUIP. E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA
4789-0/07	COM.VAREJ. DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO.
7733-1/00	ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO.

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL ☐ 1 - SIM 3 - NÃO
19-10-2006	08.409.569/0001-17			

ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente)
J. W. CARNEIRO LOPES - ME

DATA DA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
10-08-2007	José Walber Carneiro Lopes

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE	AUTENTICAÇÃO
Corregedor Singular do Registro Mercantil Port. 2170 20/08/2007	

JUCEMA

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO

CERTIFICO O REGISTRO EM 20/08/2007
SOB O NÚMERO: 20070348820
Protocolo: 07/034882-0
Empresa: 21 1 0149845 1
J W CARNEIRO LOPES - ME

Nº

ADALBERTO AMARO FERREIRA FILHO
SECRETÁRIO GERAL

Documento assinado digitalmente por: JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO em 18/02/2019, às 15:10.
A autenticidade deste documento poderá ser consultada em http://www.jucema.ma.gov.br/consulta_certidao através do protocolo nº: 190110074

708003

AMADUL

Proc. 068
Fls. 27
Rub.



Documento assinado digitalmente por: JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO em 18/02/2019, às 15:10.
A autenticidade deste documento poderá ser consultada em http://www.jucema.ma.gov.br/consulta_certidao através do protocolo nº: 190110074

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Secretaria do Desenvolvimento da Produção
Departamento Nacional de Registro do Comércio

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO NO VERSO

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
2110149845-1	

NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas)
JOSÉ WALBER CARNEIRO LOPES

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRO	Casado(a)

Proc. 068
Fls. 02
Rub.

SEXO	REGIME DE BENS (se casado)
M☒ F☐	Comunhão parcial

FILHO DE (pai)	(mãe)
CLAUDIO FERNANDO GOMES LOPES	GRAÇA MARIA CARNEIRO LOPES

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE número	Órgão emissor	UF	CPF (número)
30-09-1973	016372712001-1	SSP	MA	508.894.273-72

EMANCIPADO POR (forma de emancipação – somente no caso de menor)

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc.)	NÚMERO
RUA E, QUADRA E	06

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
	RESIDENCIAL PRIMAVERA TURU	65066-620	

MUNICÍPIO	UF
SÃO LUIS	MA

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado do Maranhão:

CÓDIGO DO ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
002	ALTERAÇÃO	021	ALTERAÇÃO DE DADOS
CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO

NOME EMPRESARIAL
J. W. CARNEIRO LOPES - ME

LOGRADOURO (rua, av, etc.)	NÚMERO
AVENIDA DANIEL DE LA TOUCHE	1440

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
LOJA 109	COHAMA	65074-115	

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
SÃO LUIS	MA		

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL (por extenso)
50.000,00	CINQUENTA MIL REAIS.

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal)	DESCRIÇÃO DO OBJETO
Atividade principal Atividades secundárias 7739-0/03	ALUGUEL DE PALCOS, COBERTURAS E OUTRAS ESTRUTURAS DE USO TEMPORARIO, EXCETO ANDAIMES.

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL ☐ 1 - SIM 3 - NÃO
19-10-2006	08.409.569/0001-17			

ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente)
x J. W. CARNEIRO LOPES - ME

DATA DA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
10-08-2007	x José Walber Carneiro Lopes

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.
Conceição de Maria Viegas Fernandes
Julgador Singular do Registro Mercantil
Mat. 2170
20/08/2007

AUTENTICAÇÃO

JUCEMA

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO

CERTIFICO O REGISTRO EM 20/08/2007
SOB O NÚMERO: 20070348820
Protocolo: 07/034882-0
Empresa 21 1 0149845 1
J W CARNEIRO LOPES - ME

Nº

ADALBERTO AMARO FERREIRA FILHO
SECRETÁRIO GERAL

JUCEMA

Documento assinado digitalmente por: JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO em 18/02/2019, às 15:10.
A autenticidade deste documento poderá ser consultada em http://www.jucema.ma.gov.br/consulta_certidao através do protocolo nº: 190110074

708003

AM3UL

Proc. 068
Fls. 27
Rub.



Documento assinado digitalmente por: JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO em 18/02/2019, às 15:10.
A autenticidade deste documento poderá ser consultada em http://www.jucema.ma.gov.br/consulta_certidao através do protocolo nº: 190110074

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Secretaria de Comércio e Serviços
Departamento Nacional de Registro do Comércio

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 1/ 1

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
21101498451	xxxxxxxxxxxxx

NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas): JOSÉ WALBER CARNEIRO LOPES

Proc. 068
Fls. 50
Rub.

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	CASADO

SEXO: M [X] F [ ] | REGIME DE BENS(se casado): COMUNHÃO PARCIAL

FILHO DE (pai)	(mãe)
CLAUDIO FERNANDO GOMES LOPES	GRAÇA MARIA CARNEIRO LOPES

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE (número)	Órgão emissor	UF	CPF(número)
30/09/1973	0163727120011	SSP	MA	508.894.273-72

EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor): xxxxxxxxxxxxx

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc)		NÚMERO
AVENIDA DANIEL DE LA TOUCHE	ATO	1440

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO		CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da junta Comercial)
LOJA 109	COHAMA	#@20100155600@#	65.074-115	2587

MUNICÍPIO: SÃO LUÍS | UF: MA

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer à JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO

CÓDIGO DO ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
002	ALTERAÇÃO	021	ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
xxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxx

NOME EMPRESARIAL: J W CARNEIRO LOPES -ME.

LOGRADOURO (rua,cv, etc)		NÚMERO
RUA SÃO FRANCISCO		855

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da junta Comercial)
xxxxxxxxxxxxx	CENTRO	65.670-000	2525

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
PARAIBANO	MA	BRASIL	xxxxxxxxxxxxx

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL - (por extenso)
50.000,00	CINQUENTA MIL REAIS

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (cnae)	DESCRIÇÃO DO OBJETO
Atividade Principal 9511800 Atividade secundária 4753900 4752100 4751200 4789007 7733100 xxxxxxx	REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES E DE EQUIPAMENTOS PERIFÉRICOS COM. VAREJ. ESPECIALIZADO DE ELETRODOMESTICOS E EQUIP DE AUDIO E VIDEO. COM. VAREJ. ESPECIALIZADO DE EQUIP. DE TELEFONIA E COMUNICAÇÃO. COM.VAREJ. ESPECIALIZADO DE EQUIP. E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA. COM. VAREJ. DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO. ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO.

DATA DE INICIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL
19/10/2006	08409569000117	xxxxxxxxxxxxx	xx	DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL [ ] 1-sim 3-não

ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente)
J. W. CARNEIRO LOPES - ME

DATA DA ASSINATURA: 05/03/2010

ASSINATURA DO EMPRESÁRIO: José Walber Carneiro Lopes

1º OFÍCIO

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE
Cíntia Mª [illegible] Ferreira
Julgador Substituto
Registro Mercantil
Mat.232
10/03/2010

JUCEMA

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIFICO O REGISTRO EM 10/03/2010
SOB O NÚMERO: 20100155600
Protocolo: 10/015560-0
Empresa:21 1 0149845 1
J W CARNEIRO LOPES -ME.

CLEDINICE BASTOS DA FONSECA
SECRETÁRIO GERAL

Nº AC 078413

JUCEMA

MA1201001568192

Documento assinado digitalmente por: JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO em 18/02/2019, às 15:10.
A autenticidade deste documento poderá ser consultada em http://www.jucema.ma.gov.br/consulta_certidao através do protocolo nº: 190110074

Selo de Fiscalização
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
do Maranhão
Reconhecimento
de Firma
00001555563280

TJMA/Corrente
PARA
Carlos
Carvalho
058

ANEXO

Reconheço como verdadeira assinatura de:
José Walbes Carneiro Reis
Em test.º ___ da V:dade
Paraibano-MA. 08 de 03 de 2010.
Weseli Alves Dieiz Carvalho
Oficial do 2.º Ofício

Proc. 068
Fls. 31
Rub.

Documento assinado digitalmente por: JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃQ em 18/02/2019, às 15:10.
A autenticidade deste documento poderá ser consultada em http://www.jucema.ma.gov.br/consulta_certidao através do protocolo nº: 190110074

Proc. 068
Fls. 32
Rub.

Ministério da [illegible]
Secretaria de Comércio e Serviços
Departamento Nacional de Registro [illegible]

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 1/2

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE: 21101498451
NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial): XXXXXXXXXXXXX
NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas): JOSE WALBER CARNEIRO LOPES
NACIONALIDADE: BRASILEIRA
ESTADO CIVIL: DIVORCIADO
SEXO: M [X] F [ ]
REGIME DE BENS(se casado): XXXXXXXXXXXXX
FILHO DE (pai): CLÁUDIO FERNANDO GOMES LOPES
(mãe): GRAÇA MARIA CARNEIRO LOPES
NASCIDO EM (data de nascimento): 30/09/1973
IDENTIDADE (número): 0163727120011
Órgão emissor: SSP
UF: MA
CPF (número): 508.894.273-72
EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor): XXXXXXXXXXXX
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av., etc): RUA SETE DE SETEMBRO
COMPLEMENTO: XXXXXXXXXXXXX
BAIRRO/DISTRITO: CENTRO
NÚMERO: 817
MUNICÍPIO: PARAIBANO
CEP: 65.670-000
CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Tabela da Junta Comercial): 2525
UF: MA

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer à JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO

CÓDIGO DO ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
002	ALTERAÇÃO	021	ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
XXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX

NOME EMPRESARIAL: J. W. CARNEIRO LOPES - ME
LOGRADOURO (rua, av., etc): RUA SETE DE SETEMBRO
COMPLEMENTO: A
BAIRRO/DISTRITO: CENTRO
NÚMERO: 817
MUNICÍPIO: PARAIBANO
CEP: 65.670-000
CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Tabela da Junta Comercial): 2525
UF: MA
PAÍS: BRASIL
CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL): walberlopez@hotmail.com
VALOR DO CAPITAL - R$: 50.000,00
VALOR DO CAPITAL - (por extenso): CINQUENTA MIL REAIS

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (cnae)	DESCRIÇÃO DO OBJETO
Atividade Principal: 9511800	REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES E DE EQUIPAMENTOS PERIFÉRICOS
	COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO
Atividade secundária: 4753900	COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E COMUNICAÇÃO
4752100	COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA
*4751201	COMÉRCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO
4789007	ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIOS
7733100	TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL
*8599604	ATIVIDADES DE COBRANÇAS E INFORMAÇÕES CADASTRAIS
	OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE (CURSOS DE EDUCAÇÃO
	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXX

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES: XXXXXXXXXXXXX
NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ: 08409569000117
TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF - NIRE ANTERIOR: XXXXXXXXXXXXX
UF: XX
USO DA JUNTA COMERCIAL - DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL: 1-sim [ ] 3-não [ ]
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (representantes/atos plurilaterais):
2º OFÍCIO
DATA DA ASSINATURA: 27/11/2013
ASSINATURA DO EMPRESÁRIO:

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE

AUTENTICAÇÃO

MA1201304861396

Documento assinado digitalmente por: JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO em 18/02/2019, às 15:10.
A autenticidade deste documento poderá ser consultada em http://www.jucema.ma.gov.br/consulta_certidao através do protocolo nº: 190110074

RECONHECIMENTO DE FIRMA
5º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL DE PARAIBANO - MA
RECONHEÇO POR ☐ SEMELHANÇA ☐ AUTENTICIDADE FIRMA(S) DE
Paraibano 10 JAN. 2014
Em Test _____ da verdade.
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

Chrysllayrne Setuval Rego Santos
Escrevente Autorizada

Selo de Fiscalização
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
000022113650

Proc. 068
Fls. 33
Rub.

JUCEMA

Junta Comercial do Estado do Maranhão
Certifico o Registro em 21/01/2014 Sob Nº 20130860718
Protocolo : 130886718 de 19/12/2013 NIRE: 21101498451
J W CARNEIRO LOPES -ME.
Chancela B7755E26847A5FA3B6A3C28874B2DF40BA[illegible]CBA
São Luís, 21/01/2014

CLEDINICE BASTOS DA FONSECA
Secretário(a) Geral

Documento assinado digitalmente por: JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO em 18/02/2019, às 15:10.
A autenticidade deste documento poderá ser consultada em http://www.jucema.ma.gov.br/consulta_certidao através do protocolo nº: 190110074

Proc. 068
Fls. 54
Rub.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Secretaria de Comércio e Serviços
Departamento Nacional de Registro do Comércio

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 2/ 2

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
21101498451	XXXXXXXXXXXX

NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas)
JOSE WALBER CARNEIRO LOPES

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	DIVORCIADO

SEXO: M ☒ F ☐ | REGIME DE BENS (se casado): XXXXXXXXXXXX

FILHO DE (pai)	(mãe)
CLAUDIO FERNANDO GOMES LOPES	GRAÇA MARIA CARNEIRO LOPES

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE (número)	Órgão emissor	UF	(número)
30/09/1973	0163727120011	SSP	MA	3.894.273-72

EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor)
XXXXXXXXXXXX

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc) | NÚMERO
RUA SETE DE SETEMBRO | 17

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
XXXXXXXXXXXX	CENTRO	65.670-000	2525

MUNICÍPIO: PARAIBANO | UF: MA

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer à JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO

CÓDIGO DO ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
002	ALTERAÇÃO	021	ALTERAÇÃO DE DA[illegible] EMPRESARIAL) [illegible]XCETO NOME
CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX

NOME EMPRESARIAL
J. W. CARNEIRO LOPES - ME

LOGRADOURO (rua,av, etc) | NÚMERO
RUA SETE DE SETEMBRO | 17

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
A	CENTRO	65.670-000	2525

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
PARAIBANO	MA	BRASIL	walberlopez@hotmail.com

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL - (por extenso)
50.000,00	CINQUENTA MIL REAIS

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (cnae)	DESCRIÇÃO DO OBJETO
Atividade Principal: 9511800	PROFISSIONAL DE NÍVEL BÁSICO, DE DURAÇÃO VARIAVEL, DESTINADOS A QUALIFICAR E REQUALIFICAR OS TRABALHADORES, INDEPENDENTEMENTE DA ESCOLARIDADE PRÉVIA, NÃO ESTANDO SUJEITOS A REGULAMENTAÇÃO CURRICULAR) ATIVIDADES DE CONTABILIDADE SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIO E APOIO ADMINISTRATIVO SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E [illegible]ESTASXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXX
Atividade secundária: 8291100	
8599699	
6920601	
8211300	
8230001	
XXXXXXX	

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL
XXXXXXXXXXXX	08409569000117	XXXXXXXXXXXX	XX	DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL ☐ 1-sim 3-não

ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante,assistente/gerente)

2º OFÍCIO

DATA DA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
27/11/2013	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE	AUTENTICAÇÃO
/ /	MA1201304861396

Documento assinado digitalmente por: JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO em 18/02/2019, às 15:10.
A autenticidade deste documento poderá ser consultada em http://www.jucema.ma.gov.br/consulta_certidao através do protocolo nº: 190110074

Proc. 068
Fls. 55
Rub.

Junta Comercial do Estado do Maranhão
Certifico o Registro em 21/01/2014 Sob Nº 20130886716
Protocolo 130886716 de 18/12/2013 NIRE 21101498451
J W CARNEIRO LOPES ME
Chancela B7756E2684726EFA5DAA3C2B9740220F409A19C2A
SÃO LUÍS, 21/01/2014
CLEDINICE DASTOS DA FONSECA
Secretária(o) Geral

JUCEMA

RECONHECIMENTO POR SEMELHANÇA
2º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL DE PARNAÍBA - N/A
Nº 58
Em Test. 10 JAN. 2014 da verdade
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

Documento assinado digitalmente por: JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO em 18/02/2019, às 15:10.
A autenticidade deste documento poderá ser consultada em http://www.jucema.ma.gov.br/consulta_certidao através do protocolo nº: 190110074

Proc. 068
Fls. 36
Rub.

Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria da Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 1/5

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
21101498451	XXX

NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas)
JOSE WALBER CARNEIRO LOPES

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	CASADO(A)

SEXO	REGIME DE BENS (se casado)
Masculino	Comunhão Parcial

FILIAÇÃO (pai)	(mãe)
CLAUDIO FERNANDO GOMES LOPES	GRAÇA MARIA CARNEIRO LOPES

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE (número)	Órgão emissor	UF	CPF (número)
30/09/1973	0163727120011	SSP	MA	508.894.273-72

EMANCIPADO POR (termo de emancipação - somente no caso de menor)
XXX

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc)	NÚMERO
RUA SETE DE SETEMBRO	817

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
XXX	CENTRO	65670-000	002525 - Paraibano

MUNICÍPIO	UF
Paraibano	MA

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer:

À JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO	À JUNTA COMERCIAL DO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO 002 - ALTERAÇÃO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 02101 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO XXX

NOME EMPRESARIAL
J W CARNEIRO LOPES -ME - ME

LOGRADOURO (rua, av, etc)	NÚMERO
RUA QUINZE (RES PINHEIROS)	28

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
QUADRA39	COHAMA	65064-441	002587 - São Luís

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
São Luís	MA	BRASIL	JORDANIELBRITO@HOTMAIL.COM

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL - (por extenso)
50.000,00	cinquenta mil reais

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal)	Descrição do Objeto
Atividade Principal: 9511800 Atividades Secundárias: 4751201, 4752100, 4753900, 4789007, 6202300, 6209100, 6319400, 6920601, 7733100, 8211300, 8230001, 8291100, 8599604, 8599699	95.11-8-00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática 47.52-1-00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação 47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo 47.89-0-07 - Comércio varejista de equipamentos para escritório 82.91-1-00 - Atividades de cobranças e

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL: DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL
19/10/2006	08.409.569/0001-17			1 - SIM ☐ 3 - NÃO

DATA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
12/01/2017	José Walber Carneiro Lopes

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE	AUTENTICAÇÃO
__/__/____	MA1170000617719

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

* Este documento foi gerado no portal Empresa Fácil

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO

CERTIFICO O REGISTRO EM 14/01/2017 15:17 SOB Nº 20170013022.
PROTOCOLO: 170013022 DE 13/01/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11700155314. NIRE: 21101498451.
J W CARNEIRO LOPES - ME

JUCEMA

Lílian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETÁRIA-GERAL
SÃO LUÍS, 14/01/2017
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria da Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 2 e 3

Proc. 008
Fls. 31
Rub.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a Filial)
21101498451	XXX

NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas)
JOSE WALBER CARNEIRO LOPES

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	CASADO(A)

SEXO	REGIME DE BENS (se casado)
Masculino	Comunhão Parcial

FILIAÇÃO (pai)	(mãe)
CLAUDIO FERNANDO GOMES LOPES	GRAÇA MARIA CARNEIRO LOPES

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE (número)	Órgão emissor	UF	CPF (número)
30/09/1973	0163727120011	SSP	MA	508.894.273-72

EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor)
XXX

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc)	NÚMERO
RUA SETE DE SETEMBRO	817

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
XXX	CENTRO	65670-000	002525 - Paraibano

MUNICÍPIO	UF
Paraibano	MA

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer:

À JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO	À JUNTA COMERCIAL DO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO 002 - ALTERAÇÃO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 021(1) - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO XXX

NOME EMPRESARIAL
J W CARNEIRO LOPES -ME - ME

LOGRADOURO (rua, av, etc)	NÚMERO
RUA QUINZE (RES PINHEIROS)	28

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
QUADRA39	COHAMA	65064-441	002587 - São Luís

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
São Luís	MA	BRASIL	JORDANIELBRITO@HOTMAIL.COM

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL - (por extenso)
50.000,00	cinquenta mil reais

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal)	Descrição do Objeto
Atividade Principal 9511800 Atividade Secundária	informações cadastrais 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial 85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente (as instituições que oferecem cursos de educação profissional de nível básico, de duração variável, destinados a qualificar e requalificar os trabalhadores, independentemente da escolaridade prévia, não estando sujeitos a regulamentação curricular; as atividades dos cursos de datilografia, os

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL
19/10/2006	08.409.569/0001-17			☐ 1 - SIM 3 - NÃO

DATA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
12/01/2017	José Walber Carneiro Lopes

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE	AUTENTICAÇÃO
__/__/____	MA1170000617719

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

* Este documento foi gerado no portal Empresa Fácil

JUCEMA

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO

CERTIFICO O REGISTRO EM 14/01/2017 15:17 SOB Nº 20170013022.
PROTOCOLO: 170013022 DE 13/01/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11700155314. NIRE: 21101498451.
J W CARNEIRO LOPES - ME

Lílian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETÁRIA-GERAL
SÃO LUÍS, 14/01/2017
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria da Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

Proc. 068
Fls. 38
Rub.

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 3/5

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
21101498451	XXX

NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas)
JOSE WALBER CARNEIRO LOPES

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	CASADO(A)

SEXO	REGIME DE BENS (se casado)
Masculino	Comunhão Parcial

FILHO DE (pai)
CLAUDIO FERNANDO GOMES LOPES

(mãe)
GRAÇA MARIA CARNEIRO LOPES

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE (número)	Órgão emissor	UF	CPF (número)
30/09/1973	0163727/20011	SSP	MA	508.894.273-72

EMANCIPADO POR (termo de emancipação - somente no caso de menor)
XXX

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc)	NÚMERO
RUA SETE DE SETEMBRO	817

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
XXX	CENTRO	65670-000	002525 - Paraibano

MUNICÍPIO	UF
Paraibano	MA

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer:

À JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO	À JUNTA COMERCIAL DO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO 002 - ALTERAÇÃO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 02101 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO XXX

NOME EMPRESARIAL
J W CARNEIRO LOPES -ME. - ME

LOGRADOURO (rua,av, etc)	NÚMERO
RUA QUINZE (RES PINHEIROS)	28

COMPLEMENTO	BAIRRO DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
QUADRA39	COHAMA	65064-441	002587 - São Luís

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
São Luís	MA	BRASIL	JORDANIELBRITO@HOTMAIL.COM

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL - (por extenso)
50.000,00	cinquenta mil reais

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal)	Descrição do Objeto
Atividade Principal: 9511800 Atividade Secundária:	atividades de professores autônomos ou constituídos como empresas individuais, exceto de esportes, de arte e cultura e de idiomas) 69.20-6-01 - Atividades de contabilidade 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo 82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas 77.33-1-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios 63.19-4/00 – Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL: DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL
19/10/2006	08.409.569/0001-17			☐ 1 - SIM ☐ 3 - NÃO

DATA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
12/01/2017	José Walber Carneiro Lopes

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE	AUTENTICAÇÃO
_____ __/__/____	MA1170000617719

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

* Este documento foi gerado no portal Empresa Fácil

JUCEMA

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO

CERTIFICO O REGISTRO EM 14/01/2017 15:17 SOB Nº 20170013022.
PROTOCOLO: 170013022 DE 13/01/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11700155314. NIRE: 21101498451.
J W CARNEIRO LOPES - ME

Lílian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETÁRIA-GERAL
SÃO LUÍS, 14/01/2017
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria da Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

Proc. 068
Fls. 37
Rub.

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 4

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 21101498451	NIRE DA FILIAL (preencher somente se o referente a filial) XXX
NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas) JOSE WALBER CARNEIRO LOPES	
NACIONALIDADE BRASILEIRA	ESTADO CIVIL CASADO(A)
SEXO Masculino	REGIME DE BENS(se casado) Comunhão Parcial
FILHO DE (pai) CLAUDIO FERNANDO GOMES LOPES	(mãe) GRAÇA MARIA CARNEIRO LOPES
NASCIDO EM (data de nascimento) 30/09/1973	IDENTIDADE (número) 0163727120011 / Órgão emissor: SSP / UF: MA / CPF (número) 508.894.273-72
EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor) XXX	
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc) RUA SETE DE SETEMBRO	NÚMERO 817
COMPLEMENTO XXX	BAIRRO/DISTRITO CENTRO / CEP 65670-000 / CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial) 002525 - Paraibano
MUNICÍPIO Paraibano	UF MA
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer:	
A JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO	A JUNTA COMERCIAL DO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO 002 - ALTERAÇÃO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 021(1) - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO XXX
NOME EMPRESARIAL J W CARNEIRO LOPES -ME - ME	
LOGRADOURO (rua,av, etc) RUA QUINZE (RES PINHEIROS)	NÚMERO 28
COMPLEMENTO QUADRA39	BAIRRO/DISTRITO COHAMA / CEP 65064-441 / CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial) 002587 - São Luís
MUNICÍPIO São Luís	UF MA / PAÍS BRASIL / CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) JORDANIELBRITO@HOTMAIL.COM
VALOR DO CAPITAL - R$ 50.000,00	VALOR DO CAPITAL - (por extenso) cinquenta mil reais
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal) Atividade Principal 9511800 Atividade Secundária	Descrição do Objeto informação na internet (a operação de páginas de internet (websites) ou de ferramentas de busca (search engine) para gerar e manter grandes bases de dados de endereços e conteúdos de internet; a operação de portais da internet que atualizam periodicamente seu conteúdo, como, por exemplo, os dos meios de comunicação; as páginas de entretenimento (jogos) na internet, exceto jogos de azar; as páginas de publicidade na internet; o acesso a programas na internet; os
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 19/10/2006	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 08.409.569/0001-17 / TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR / UF USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL ☐ 1 - SIM 3 - NÃO
DATA ASSINATURA 12/01/2017	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO José Walber Carneiro Lopes

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE __/__/____	AUTENTICAÇÃO MA1170000617719

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

* Este documento foi gerado no portal Empresa Fácil

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO

CERTIFICO O REGISTRO EM 14/01/2017 15:17 SOB Nº 20170013022.
PROTOCOLO: 170013022 DE 13/01/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11700155314. NIRE: 21101498451.
J W CARNEIRO LOPES - ME

JUCEMA

Lílian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETÁRIA-GERAL
SÃO LUÍS, 14/01/2017
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria da Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

Proc. 068
Fls. 10
Rub.

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 1/1

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 21101498451	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial) XXX
NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas) JOSE WALBER CARNEIRO LOPES	
NACIONALIDADE BRASILEIRA	ESTADO CIVIL CASADO(A)
SEXO Masculino	REGIME DE BENS(se casado) Comunhão Parcial
FILHO DE (pai) CLAUDIO FERNANDO GOMES LOPES	(mãe) GRAÇA MARIA CARNEIRO LOPES

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE (número)	Órgão emissor	UF	CPF (número)
30/09/1973	0163727120011	SSP	MA	508.894.273-72

EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor) XXX	
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc) RUA SETE DE SETEMBRO	NUMERO 817

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)	
XXX	CENTRO	65670-000	002525 - Paraibano	
MUNICÍPIO Paraibano				UF MA

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer:

À JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO	À JUNTA COMERCIAL DO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO 002 - ALTERAÇÃO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 021(1) - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO XXX

NOME EMPRESARIAL J W CARNEIRO LOPES -ME. - ME	
LOGRADOURO (rua, av, etc) RUA QUINZE (RES PINHEIROS)	NUMERO 28

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)	
QUADRA39	COHAMA	65064-441	002587 - São Luís	
MUNICÍPIO São Luís	UF MA	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) JORDANIELBRITO@HOTMAIL.COM	

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL - (por extenso)
50.000,00	cinquenta mil reais

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal)	Descrição do Objeto
Atividade Principal 9511800 Atividade Secundária	serviços de disponibilização de música através da internet e os serviços de e-mail) 62.02-3-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis 62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL ☐ 1 - SIM ☐ 3 - NÃO
19/10/2006	08.409.569/0001-17			

DATA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
12/01/2017	José Walber Carneiro Lopes

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE	AUTENTICAÇÃO
José Walber Carneiro Lopes __/__/____	MA1170000617719

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

* Este documento foi gerado no portal Empresa...

JUCEMA

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO

CERTIFICO O REGISTRO EM 14/01/2017 15:17 SOB Nº 20170013022.
PROTOCOLO: 170013022 DE 13/01/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11700155314. NIRE: 21101498451.
J W CARNEIRO LOPES - ME

Lílian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETÁRIA-GERAL
SÃO LUÍS, 14/01/2017
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria da Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 1/2

Proc. 068
Fls. 4
Rub.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
21101498451	XXX

NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas)
JOSE WALBER CARNEIRO LOPES

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	DIVORCIADO(A)

SEXO	REGIME DE BENS (se casado)
Masculino	Comunhão Parcial

FILHO DE (pai)	(mãe)
CLAUDIO FERNANDO GOMES LOPES	GRAÇA MARIA CARNEIRO LOPES

DATA DE NASCIMENTO	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO (número)	Órgão emissor	UF	CPF (número)
30/09/1973	0163727120911	SSP	MA	508.894.273-72

MUNICÍPIO DE NOME EXÓTICO (cidade de nascimento - somente no caso de estrangeiro)
XXX

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av. etc)	NÚMERO
RUA SETE DE SETEMBRO	817

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Use da junta Comercial)
XXX	CENTRO	65670-000	002525 - Parnarama

MUNICÍPIO	UF
Parnarama	MA

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer:

À JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO	À JUNTA COMERCIAL DO
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO 002 - ALTERAÇÃO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO

NOME EMPRESARIAL	ENQUADRAMENTO
J W CARNEIRO LOPES - ME	ME (Microempresa)

LOGRADOURO (rua, av., etc)	NÚMERO
RUA QUINZE (RES PINHEIROS)	28

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Use da junta Comercial)
QUADRA 39	COHAMA	65064-441	002587 - São Luís

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
São Luís	MA	BRASIL	JORDANIELBRITO@HOTMAIL.COM

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL - (por extenso)
50.000,00	cinquenta mil reais

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal)	Descrição do Objeto
Atividade Principal 6319400 Atividade Secundária 6202300, 6209100, 6311900, 6920601, 7311400, 7733100, 8211300, 8219901, 8291100, 8599604	6319-4/00 -Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet 8291-1/00 - Atividades de cobrança e informações cadastrais 8599-6/04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial 6920-6/01 - Atividades de contabilidade 8211-3/00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo 7733-1/00 - Aluguel de maquinas e equipamentos para escritório 6202-3/00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis 6209-1/00 -

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE, DE FILIAL DE OUTRA UF (NIRE ANTERIOR)	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL (DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL)
19/10/2006	08.409.569/0001-17			☐ 1 - SIM ☐ 3 - NÃO

DATA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
17/04/2018	José Walber Carneiro Lopes

1º Ofício de Notas

USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE	AUTENTICAÇÃO
_____	MA2180001638245

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

* Este documento foi gerado no portal Empresa Fácil

CERTIFICO O REGISTRO EM 20/04/2018 11:04 SOB Nº 20180315641.
PROTOCOLO: 180315641 DE 20/04/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11801480642. NIRE: 21101498451.
J W CARNEIRO LOPES - ME

JUCEMA

Lílian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETÁRIA-GERAL
SÃO LUÍS, 20/04/2018
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria da Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 2/2

Proc. 08
Fls. 12
Rub.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 21101498451		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial) XXX		
NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas) JOSE WALBER CARNEIRO LOPES				
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL DIVORCIADO(A)		
SEXO Masculino	REGIME DE BENS (se casado) Comunhão Parcial			
FILHO DE (pai) CLAUDIO FERNANDO GOMES LOPES		MÃE(S) GRAÇA MARIA CARNEIRO LOPES		
NASCIDO EM (data de nascimento) 30/09/1973	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO (número) 0163727120911	Órgão emissor SSP	UF MA	CPF (número) 508.894.273-72
EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor) XXX				
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av., etc.) RUA SETE DE SETEMBRO				NÚMERO 817
COMPLEMENTO XXX	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	CEP 65670-000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial) 002525 - Paraibano	
MUNICÍPIO Paraibano				UF MA

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer:

A JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO	A JUNTA COMERCIAL DO
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO 002 - ALTERAÇÃO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO

NOME EMPRESARIAL J W CARNEIRO LOPES - ME				ENQUADRAMENTO ME (Microempresa)
ESTABELECIMENTO (LOGRADOURO - rua, av., etc.) RUA QUINZE (RES PINHEIROS)				NÚMERO 28
COMPLEMENTO QUADRA 39	BAIRRO/DISTRITO COHAMA	CEP 65064-441	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial) 002587 - São Luís	
MUNICÍPIO São Luís	UF MA	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) JORDANIELBRITO@HOTMAIL.COM	
VALOR DO CAPITAL - R$ 50.000,00	VALOR DO CAPITAL - (por extenso) cinquenta mil reais			

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal) Atividade Principal 6319400 Atividade Secundária	Descrição do Objeto Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação 7311-4/00 - Agências de publicidade 8219-9/01 - Fotocópias 6311-9/00 - Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 19/10/2006	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 08.409.569/0001-17	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL ☐ 1 - SIM ☐ 3 - NÃO
DATA ASSINATURA 17/04/2018	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO José Walber Carneiro Lopes			

1º Ofício de Notas

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE	AUTENTICAÇÃO
	MA2180001638245

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

* Este documento foi gerado no portal Empresa Fácil

JUCEMA

CERTIFICO O REGISTRO EM 20/04/2018 11:04 SOB Nº 20180315641.
PROTOCOLO: 180315641 DE 20/04/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11801480642. NIRE: 21101498451.
J W CARNEIRO LOPES - ME

Lílian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETÁRIA-GERAL
SÃO LUÍS, 20/04/2018
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Proc. 068
Fls. 13
Rub.

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
08.409.569/0001-17 **MATRIZ**		**06/11/2006**

NOME EMPRESARIAL
J. W. CARNEIRO LOPES

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
WORKCENTER CONSULT. ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE TI	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
63.19-4-00 - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
62.02-3-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis
62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação
63.11-9-00 - Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet
69.20-6-01 - Atividades de contabilidade
73.11-4-00 - Agências de publicidade
77.33-1-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios
82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo
82.19-9-01 - Fotocópias
82.91-1-00 - Atividades de cobranças e informações cadastrais
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R QUINZE (RES PINHEIROS)	**28**	**QUADRA39**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
65.064-441	**COHAMA**	**SAO LUIS**	**MA**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
WORKCENTER.MA@HOTMAIL.COM	**(99) 8157-2748/ (98) 9232-6263**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**06/11/2006**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **14/04/2026** às **14:12:11** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Proc. 068
Fls. 44
Rub.

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: J. W. CARNEIRO LOPES
CNPJ: 08.409.569/0001-17

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 16:01:43 do dia 20/02/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 19/08/2026.
Código de controle da certidão: **88AB.1BF8.B772.8386**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Proc. 88
Fls. 45
Rub.

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: J. W. CARNEIRO LOPES (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 08.409.569/0001-17
Certidão nº: 15560992/2026
Expedição: 11/03/2026, às 13:10:51
Validade: 07/09/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **J. W. CARNEIRO LOPES (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **08.409.569/0001-17**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Voltar Imprimir

Proc. 068
Fls. 16
Rub.

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 08.409.569/0001-17
Razão Social: J. W. CARNEIRO LOPES
Endereço: R QUINZE 28 QUADRA39 / COHAMA / SAO LUIS / MA / 65064-441

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:27/03/2026 a 25/04/2026

Certificação Número: 2026032701381415923509

Informação obtida em 14/04/2026 14:13:54

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Proc. 068
Fls. 47
Rub.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº Certidão: 063309/26 **Data da Certidão:** 24/03/2026 08:13:58

CPF/CNPJ 08409569000117 NÃO INSCRITO NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS DO ESTADO MARANHÃO.

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 22/06/2026.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 26/03/2026 11:49:13

Proc. 068
Fls. 18
Rub.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 030562/26 **Data da Certidão:** 24/03/2026 08:15:19

CPF/CNPJ CONSULTADO: **08409569000117**

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156 da lei nº 2.231 de 29/12/1962, substanciado pelos, 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 22/06/2026.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 26/03/2026 11:50:06

PREFEITURA DE SÃO LUÍS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

DADOS CADASTRAIS DO CONTRIBUINTE

DADOS GERAIS

TIPO DE PESSOA: JURÍDICA **INSCRIÇÃO MUNICIPAL:** 58670006 **CNPJ:** 08409569000117
NOME EMPRESARIAL: J. W. CARNEIRO - ME
NOME FANTASIA: WORK CENTER COMP. E ASSISTENCIA TECNICA
SITUAÇÃO CADASTRAL: ATIVO
NATUREZA JURÍDICA: 2135 - Empresário (Individual)
CBO: -
DOC. CONSTITUIÇÃO: REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO **ALT. ATUAL. CONTR. SOC.:** 20/04/2018
ORGÃO DE REGISTRO: JUNTA COMERCIAL - **NIRE:** 021101498451
CAPITAL SOCIAL: 50.000,00 **INSCRIÇÃO ESTADUAL:** 122315339
REG. TRIBUTÃRIO: Simples Nacional **TIPO ESTABELECIMENTO:** SEDE/MATRIZ
SUBSTITUTO TRIBUTÃRIO: NÃO **REGIME PAGAMENTO:** DE COMPETENCIA
INSCR. MUNIC. PRINCIPAL: SIM **TIPO ENQUADRAMENTO:** ME
LIVRO: **FOLHA:** **DATA DO REGISTRO:** 14/01/2017
ATV. LICENCIADA VINCULADA: Taxa TLVLF Informática em Geral

TIPO PORTE: PEQUENO PORTE **TIPO DE INSCRIÇÃO:** NORMAL

ENDEREÇOS

ENDEREÇO ESTABELECIMENTO

TIPO DE ZONA URBANA **USO DO IMÓVEL:** ALUGADO
TIPO DE IMÓVEL: COMERCIAL **INSC. IMOBILIÃRIA**
CIDADE/UF: SAO LUIS / MA **NÚMERO:** 28
ENDEREÇO: R QUINZE (RES PINHEIROS) **CEP:** 65064441
COMPLEMENTO: QUADRA:39; **BAIRRO:** COHAMA
POVOADO: **ZONA RURAL:**
CCIR: **NIRF:**
DATUM REFERÃŠNCIA: **LATITUDE:**
LONGITUDE:

Proc. 068
Fls. 03
Rub.

ENDEREÇO CORRESPONDÊNCIA

CIDADE/UF: SAO LUIS / MA **NÚMERO:** 28
ENDEREÇO: R QUINZE (RES PINHEIROS) **CEP:** 65064441
COMPLEMENTO: QUADRA:39; **BAIRRO:** COHAMA

CONTATOS

TIPO DE CONTATO	DESCRIÇÃO
E-MAIL	walberlopez@hotmail.com
E-MAIL	workcenter.slz@hotmail.com
TELEFONE	(98) 988016863
	workcenter.slz@hotmail.com

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

OBJETO SOCIAL

null

FORMA DE ATUAÇÃO

Estabelecimento Fixo

LISTA DE ATIVIDADES

CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO	PRINCIPAL
773310000	ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO	
821130000	SERVICOS COMBINADOS DE ESCRITORIO E APOIO ADMINISTRATIVO	
829110000	ATIVIDADES DE COBRANCA E INFORMACOES CADASTRAIS	
859960400	TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL	
692060100	ATIVIDADES DE CONTABILIDADE	
620230000	DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR	
620910000	SUPORTE TECNICO, MANUTENCAO E OUTROS SERVICOS EM TECNOLOGIA	
821990100	FOTOCOPIAS, REPROGRAFIA, MICROFILMAGEM E DIGITALIZAÇÃO.	
631190000	TRATAMENTO DE DADOS, PROVEDORES DE SERVICOS DE APLICACAO E	
731140000	AGENCIAS DE PUBLICIDADE	
631940000	PORTAIS, PROVEDORES DE CONTEUDO E OUTROS SERVICOS DE	SIM

REPRESENTANTES E QSA

REPRESENTANTES DA EMPRESA

RESPONSABILIDADE	CPF/CNPJ	NOME/RAZÃO SOCIAL
Legal	50889427372	JOSE WALBER CARNEIRO LOPES
Contábil	NÃO DEFINIDO	NÃO DEFINIDO

QUADRO SOCIETÁRIO/INTEGRANTES

CPF/CNPJ	NOME	QUALIFICAÇÃO	PARTICIPAÇÃO
50889427372	JOSE WALBER CARNEIRO LOPES	EMPRESARIO	100%
50889427372	JOSE WALBER CARNEIRO LOPES	ADMINISTRADOR	

ÁREA/HORÁRIO FUNCIONAMENTO

IDENTIFICAÇÃO DO SOLO E DA ATIVIDADE

ÁREA FÍSICA OCUPADA: 0.00m² **QUANTIDADE:** 0

QUADRAS E CINEMAS

QUANTIDADE DE QUADRAS: 0
QUANTIDADE DE CINEMAS: 0

Local: SAO LUIS / MA , 10/03/2026

CPF/CNPJ: 08409569000117
Nome/Razão: J. W. CARNEIRO - ME
Contribuinte

null
Servidor

Proc. 068
Fls. 31
Rub.

CERTIFICADO
102026009212205 2

PREFEITURA DE SÃO LUÍS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Proc. 08
Fls. 37
Rub.

2026

ALVARÁ DE LICENÇA E FUNCIONAMENTO

FINALIDADE: FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	CPF/CNPJ	NÚMERO DE CONTROLE
58670006	08.409.569/0001-17	92120263591332

RAZÃO SOCIAL

J. W. CARNEIRO LOPES

NOME FANTASIA

WORKCENTER CONSULT. ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE TI

LOCALIZAÇÃO **INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA**

R QUINZE (RES PINHEIROS) QUADRA39 Nº 28, COHAMA
65064441 -SAO LUIS-MA

CNAE Principal e Secundários

631940000 - PORTAIS, PROVEDORES DE CONTEUDO E OUTROS SERVICOS DE INFORMACAO NA INTERNET
692060100 - ATIVIDADES DE CONTABILIDADE
773310000 - ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO
829110000 - ATIVIDADES DE COBRANCA E INFORMACOES CADASTRAIS
859960400 - TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL

RESTRIÇÕES

Este contribuinte está autorizado a desenvolver as atividades acima elencadas e firma compromisso, sob as penas da lei, de que conhece e atende os requisitos legais exigidos para funcionamento e exercício das atividades econômicas constantes do objeto social, no que respeita ao uso e ocupação do solo, as atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos, acessibilidade e de segurança sanitária, ambiental e de prevenção contra incêndios e pânico. O contribuinte reconhece que o não atendimento a estes requisitos acarretará a suspensão e a cassação subsequente do Alvará de Funcionamento, nos termos da legislação vigente.

NOTA: ESTE ALVARÁ DEVE SER AFIXADO EM LOCAL VISÍVEL E ACESSÍVEL À FISCALIZAÇÃO.

VALIDADE: 31/12/2026

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE:
0D853D509BE3E971E760EE7CC1C8C849

CERTIFICADO
1020260092153063

PREFEITURA DE SAO LUÍS

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA

Proc. 08
Fls. 57
Rub.

NÚMERO DA CERTIDÃO: 00013473982026

Validade: **13/05/2026**

Certificamos que, verificando os registros da secretaria municipal da fazenda, constatamos existir, nesta data, pendências cadastradas na inscrição da pessoa jurídica descrita abaixo, as quais estão com exigibilidade suspensa, conforme o disposto no artigo 151 do ctn e nos artigos 80 e 81, da lei 6.289, de 28/12/2017, ressalvado o direito de a fazenda pública municipal inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados.

DADOS DA PESSOA JURÍDICA	
CNPJ: 08.409.569/0001-17	**Inscrição Municipal:** 58670006
Razão Social: J. W. CARNEIRO LOPES	
ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL	
631940000 – PORTAIS, PROVEDORES DE CONTEUDO E OUTROS SERVICOS DE INFORMACAO NA INTERNET	
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO	
Logradouro: RUA QUINZE (RES PINHEIROS)	
Número: 28	**Complemento:** QUADRA39
Bairro: COHAMA	
Município: SAO LUIS – MA	**CEP:** 65064441

A presente certidão, sem conter rasuras, tem sua eficácia até a data de validade acima informada, tendo sido lavrada em São Luís (MA), em **13 de abril de 2026 as 13:38**, sob o código de autenticidade nº **D72EA4E52203EB650602C410AD9EC6DC**.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na Internet, em https://stm.semfaz.saoluis.ma.gov.br/validacaocertidao.

"NÃO É VÁLIDA A CERTIDÃO QUE CONTIVER EMENDAS, RASURAS OU ENTRELINHAS."

PREFEITURA DE SÃO LUÍS

Proc. 068
Fls. 53
Rub.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 004/2015-GS 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

Institui cronograma para implantação da Certidão de Regularidade Fiscal Unificada como documento único para comprovação de regularidade fiscal perante este Município, ressalvados os casos previstos no art. 262 da Consolidação das Leis Tributárias do Município de São Luís.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o artigo 3º, parágrafo único, inciso I, da Consolidação das Leis Tributárias do Município – CLTM, Decreto nº 33.144, de 28 de dezembro de 2007, e

CONSIDERANDO que o Município de São Luís, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, adquiriu novo sistema de administração tributária, em fase de implantação desde 01.06.2015 que, dentre demais benefícios, proporcionou a unificação do cadastro fiscal municipal (com integralização das informações oriundas do cadastro imobiliário e do cadastro mobiliário) para maior controle e monitoramento do passivo municipal;

CONSIDERANDO que em razão de referida implantação o Município de São Luís angariou meios suficientes para deixar de expedir certidões de regularidade que tenham por base unicamente os dados do cadastro mobiliário, denominada "**certidão negativa de dívida ativa relativa aos débitos de ISS e TLVF**";

CONSIDERANDO que na legislação federal e municipal não há qualquer previsão acerca da certidão específica anteriormente utilizada, mas tão somente à certidão de regularidade fiscal, cabendo a cada ente tributante definir as regras específicas sobre os documentos sob sua competência, sendo a certidão unificada já utilizada no âmbito

federal e estadual, tal qual em demais municípios em que já se dispõe de tecnologia para controle de cadastro único;

CONSIDERANDO que a filosofia de integralização adotada auxilia na ação de saneamento do cadastro do Município de São Luís, que é prioritária no escopo de construção de um Cadastro Técnico Multifinalitário Municipal, a ser utilizado como ferramenta para a organização das informações referentes às residências, condomínios, infraestrutura, prédios, equipamentos e serviços públicos, bem como outras informações que atendam às necessidades de vários órgãos na gestão do município, passando-se a dispor, assim, de dados fidedignos da malha fundiária do município e de seus munícipes, podendo-se atuar com mais eficácia e efetividade no planejamento e na execução das ações propostas;

CONSIDERANDO que a nova filosofia de integralização adotada auxilia igualmente na otimização dos mecanismos de arrecadação municipal, com vistas à cobrança baseada em uma política de justiça fiscal, com correção de dados referentes ao sujeito passivo e aos parâmetros que compõem a base de cálculo dos tributos, inclusive com implementação de providências para efetivação de recolhimento dos tributos decorrentes das transferências de imóveis e averbações de proprietários atuais dos imóveis;

CONSIDERANDO que, desde a adoção de referida medida, vários foram os requerimentos administrativos apresentados, com o fim de que a certidão específica de regularidade de débitos mobiliários pudesse ser expedida, diante dos diversos débitos imobiliários que passaram a impedir a comprovação de sua regularidade fiscal;

CONSIDERANDO o argumento exposto por esses contribuintes, de que não houve comunicação prévia acerca da alteração de filosofia da expedição das certidões de regularidade fiscal, estando habituados a fazer prova de regularidade fiscal por meio dos documentos anteriormente emitidos, o que vem lhes causando entraves para consecução de suas atividades;

CONSIDERANDO os termos do processo administrativo nº 31.539/2015, em que o Secretário Municipal de Governo manifestou-se favoravelmente ao pedido de concessão

de prazo para que os contribuintes se adequem ao novo modelo de certidão única de regularidade fiscal;

CONSIDERANDO a política de boa-fé que se tem como diretriz neste Município, que justifica os diálogos com as empresas contribuintes para implementação de medidas que auxiliem no incremento da arrecadação municipal, garantindo-se o desenvolvimento da economia ludovicense, com o consequente melhoramento nas áreas de competências fins deste ente;

CONSIDERANDO a necessidade de conciliação dos direitos esculpidos nos dispositivos do art. 5°, XXXIV, "b", art. 37, art. 170, art. 156, I e II da Constituição Federal, art. 205 e 123 do Código Tributário Nacional, art. 260 e ss. da Consolidação das Leis Tributárias do Município e demais legislação que rege a espécie

EXPEDE a seguinte Instrução Normativa, nos seguintes termos:

Art. 1°. Fica definido como termo final para implantação da **Certidão de Regularidade Fiscal Unificada Municipal**, como único documento hábil para comprovação de regularidade fiscal com este Ente, o dia **24 de março de 2016**.

Parágrafo Único – Ficam ressalvados os casos de certidões de regularidade previstos no art. 262 da Consolidação das Leis Tributárias do Município.

Art. 2°. Quando dos requerimentos para expedição de **Certidão de Regularidade Fiscal Unificada Municipal**, a consulta será feita pelo CNPJ/CPF do contribuinte, em relação aos débitos tributários constituídos e lançados no cadastro mobiliário e imobiliário, conjuntamente.

Art. 3°. Somente enquanto não exaurido o prazo previsto no Art. 1°, da presente Instrução, poderão ser expedidas certidões de regularidade fiscal específicas, com consultas direcionadas exclusivamente ao cadastro de débitos fiscais mobiliários.

PREFEITURA DE SÃO LUÍS

Proc. 088
Fls. 56
Rub.

Art. 4º. No caso das certidões expedidas nos termos do Art. 3º. da presente Instrução, sejam positivas, negativas ou positivas com efeitos de negativas, o prazo de validade não excederá o termo final do cronograma previsto no art. 1º desta Instrução.

Art. 5º. As certidões expedidas na forma do Art. 3º. da presente Instrução poderão ser disponibilizadas eletronicamente, por meio do portal de serviços da SEMFAZ.

Art. 6º. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revoga-se as disposições em contrário.

Art. 8º. Dê-se ciência à Secretaria Adjunta de Gestão Tributária e à Superintendência da Área de Informática, para imediata implementação e controle das regras da presente Instrução.

RAIMUNDO JOSÉ RODRIGUES DO NASCIMENTO
Secretário Municipal da Fazenda

Proc. 08
Fls. 57
Rub.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

CERTIDÃO ESTADUAL - PRIMEIRO GRAU

FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Data emissão: 14/04/2026
Data de validade: 14/06/2026

Nº da certidão: 12601750650
Código de Validação: 5236bb8422

NOME: J W CARNEIRO LOPES ME

CNPJ: 08.409.569/0001-17

Os dados dos documentos constantes nessa certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc.)

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição do 1o GRAU DE JURISDIÇÃO do Poder Judiciário do Estado do Maranhão sobre ocorrência de ações de pedido de Falência, Concordata e Recuperação Judicial distribuída(s) que esteja(m) em tramitação em face da pessoa acima identificada.

A Certidão de Falência, Concordata e Recuperação Judicial contempla ações de Falência, Recuperação Judicial/Extrajudicial e Insolvência Civil.

Observações:

a) Os dados do(a) solicitante acima informado são de sua responsabilidade, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário;

b) A validade desta certidão é de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão;

c) Esta certidão é válida apenas para maiores de 18 anos;

d) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Maranhão - www.tjma.jus.br - menu - Certidão Estadual, utilizando o código de validação acima identificado;

e) Fonte da pesquisa: sistema PJE (1o grau);

BALANÇO PATRIMONIAL ANALÍTICO EM 31/12/2023

J. W. CARNEIRO LOPES - ME

CNPJ 08.409.569/0001-17

Rua QUINZE, 28 QDA. 39 RES. PINHEIRO - COHAMA, São Luís MA - CEP: 65064441

NIRE 21101498451 - 06/11/2006 Folha: 0001

ATIVO

CIRCULANTE			78.375,23 D
DISPONÍVEL		78.375,23 D	
CAIXA			
Caixa	78.375,23 D		
ATIVO PERMANENTE			1.052.898,24 D
ATIVO IMOBILIZADO		1.052.898,24 D	
TERRENOS			
Terrenos	800.000,00 D		
VEÍCULOS			
Veículos	265.395,00 D		
(-) Depreciação Acumulada de Veículos	27.571,59 C		
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS			
Máquinas e Equipamentos	3.999,00 D		
(-) Depreciação Acumulada de Máquinas e Equipamentos	1.308,63 C		
MÓVEIS E UTENSÍLIOS			
Móveis e Utensílios	17.177,19 D		
(-) Depreciação Acumulada de Móveis e Utensilios	10.334,42 C		
EQUIPAMENTO INFORMATICA			
Equip. de Informatica	30.739,54 D		
(-) Depreciação Acumulada Equip. Inform.	25.197,85 C		
TOTAL DO ATIVO			**1.131.273,47 D**

Proc. 68
Fls. 58
Rub.

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial, realizado em 31/12/2023 estando de acordo com a documentação enviada à Contabilidade, somando tanto no Ativo como no Passivo o valor total de R$ 1.131.273,47 (Um milhão cento e trinta e um mil duzentos e setenta e três reais e quarenta e sete centavos).

BALANÇO PATRIMONIAL ANALÍTICO EM 31/12/2023

J. W. CARNEIRO LOPES - ME

CNPJ 08.409.569/0001-17

Rua QUINZE, 28 QDA. 39 RES. PINHEIRO - COHAMA, São Luís MA - CEP: 65064441

NIRE 21101498451 - 06/11/2006 Folha: 0002

São Luís, 31 de dezembro de 2023

J. W. CARNEIRO LOPES - ME

JOSÉ WALBER CARNEIRO LOPES

Diretor

CI: 016372712001-1 - SSP/MA CPF: 508.894.273-72

ROSANGELA LIONEZ BALDEZ MOURA

RG: 0305819320063 - SSPMA - 14/10/2010 - CPF: 251.020.873-04

Tec. Contabilidade - CRC: 4973 / MA

Proc. 068
Fls. 53
Rub.

BALANÇO PATRIMONIAL ANALÍTICO EM 31/12/2023

J. W. CARNEIRO LOPES - ME

CNPJ 08.409.569/0001-17

Rua QUINZE, 28 QDA. 39 RES. PINHEIRO - COHAMA, São Luís MA - CEP: 65064441

NIRE 21101498451 - 06/11/2006 Folha: 0003

P A S S I V O

PASSIVO CIRCULANTE			46.432,01 C
EXIGÍVEL		4.341,90 C	
FORNECEDORES			
EVEO Seviços de Internet Ltda	1.600,00 C		
AMIL - Assistencia Médica Internacional S/A	2.560,38 C		
CONTAS A PAGAR			
Internet a Pagar	181,52 C		
OBRIGAÇÕES SOCIAIS		42.090,11 C	
OBRIGAÇÕES SOCIAIS			
FGTS a Recolher	1.612,93 C		
INSS / IRRF a Recolher	2.921,49 C		
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS			
SIMPLES a Recolher	37.555,69 C		
PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO			279.115,37 C
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		279.115,37 C	
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS			
Banco Safra S/A a Pagar	172.531,05 C		
PARCELAMENTOS			
Parcelamento Receita Federal a Pagar	81.755,72 C		
Parcelamento Itau a Pagar	24.828,60 C		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			805.726,09 C
CAPITAL		50.000,00 C	
CAPITAL SOCIAL			
Capital Social	50.000,00 C		
LUCRO OU PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		686.793,48 C	
Lucro do Exercico Atual			

Proc. 068
Fls. 60
Rub.

BALANÇO PATRIMONIAL ANALÍTICO EM 31/12/2023

J. W. CARNEIRO LOPES - ME

CNPJ 08.409.569/0001-17

Rua QUINZE, 28 QDA. 39 RES. PINHEIRO - COHAMA, São Luís MA - CEP: 65064441

NIRE 21101498451 - 06/11/2006 Folha: 0004

Lucro do Exercicio Atual	686.793,48 C	
RESERVAS DE LUCROS		68.932,61 C
Reservas de Lucros	68.932,61 C	
TOTAL DO PASSIVO		**1.131.273,47 C**

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial, realizado em 31/12/2023 estando de acordo com a documentação enviada à Contabilidade, somando tanto no Ativo como no Passivo o valor total de R$ 1.131.273,47 (Um milhão cento e trinta e um mil duzentos e setenta e três reais e quarenta e sete centavos).

São Luís, 31 de dezembro de 2023

J. W. CARNEIRO LOPES - ME
JOSÉ WALBER CARNEIRO LOPES
Diretor
CI: 016372712001-1 - SSP/MA CPF: 508.894.273-72

ROSANGELA LIONEZ BALDEZ MOURA
RG: 0305819320063 - SSPMA - 14/10/2010 - CPF: 251.020.873-04
Tec. Contabilidade - CRC: 4973 / MA

Proc. 068
Fls. 61
Rub.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2023

J. W. CARNEIRO LOPES - ME

CNPJ 08.409.569/0001-17

Rua QUINZE, 28 QDA. 39 RES. PINHEIRO - COHAMA, São Luís MA - CEP: 65064441

NIRE 21101498451 - 06/11/2006 Folha: 0005

RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS	
Receita Bruta de Serviços	1.579.446,92
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	
Alienação de Bens do Ativo Permanente	72.000,00
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	
Hospedagem de Dominio de Dados	(24.143,16)
Hospedagem do Servidor da Transp.	(184,00)
Manutenção de Software - Portal	(106.800,00)
Manutenção em Paginas Web	(54.000,00)
CUSTOS PESSOAL	
Salários	(133.102,00)
Retirada Pró Labore	(53.868,00)
Honorários Autônomos	(26.400,00)
13º Salário	(12.218,00)
Férias	(15.704,00)
FGTS	(13.142,00)
Assistência Médica	(50,00)
Bolsa Estagio	(6.236,51)
Plano de Saúde	(27.244,08)
Honorários Advocaticios	(1.140,00)
DESPESAS OPERACIONAIS GERAIS	
Água	(611,76)
Energia Elétrica	(5.387,38)
Telefone	(1.464,31)
Telefone Celular	(4.217,48)
Despesas com Material Escritório	(466,04)
Despesas com Material de Informática	(2.161,60)
Despesas com Refeições e Lanches	(7.040,22)
Despesas com Conservação e Limpeza	(618,62)
Despesas com Combustíveis	(1.398,89)
Aluguel	(48.000,00)
Despesas com Viagens	(13.136,33)
Despesas com Cartório	(145,21)
Seguro Automotivo	(9.856,92)
Despesa com Manut. Predial	(26.844,50)
Depreciação	(42.508,45)
Despesas Diversas	(1.313,76)
Brindes Promocionais	(1.613,44)
Publicidade e Propaganda	(239,99)
Despesa com Manut. de Veiculos	(17.006,50)

Proc. 068
Fls. 67
Rub.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2023

J. W. CARNEIRO LOPES - ME

CNPJ 08.409.569/0001-17

Rua QUINZE, 28 QDA. 39 RES. PINHEIRO - COHAMA, São Luís MA - CEP: 65064441

NIRE 21101498451 - 06/11/2006 Folha: 0006

Internet	(3.060,80)
Assinatura e Revista	(1.145,51)
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	
SIMPLES	(198.871,15)
Outras Taxas e Impostos	(1.261,09)
Taxa Licenciamento	(85,00)
IPVA	(2.505,36)
DESPESAS FINANCEIRAS	
Juros Passivos	(66.187,84)
Despesas Bancárias	(4.359,96)
Juros e Multas	(12.887,48)
Variações Monetárias Passivas	(2.512,43)
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS GERAIS	
Bens do Ativo Permanente Alienado	(13.513,67)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	686.793,48

Proc. 068
Fls. 65
Rub.

Reconhecemos a exatidão do presente Demonstrativo, realizado em 31 de dezembro de 2023.

São Luís, 31 de dezembro de 2023

J. W. CARNEIRO LOPES - ME
JOSÉ WALBER CARNEIRO LOPES
Diretor
CI: 016372712001-1 - SSP/MA CPF: 508.894.273-72

ROSANGELA LIONEZ BALDEZ MOURA
RG: 0305819320063 - SSPMA - 14/10/2010 - CPF: 251.020.873-04
Tec. Contabilidade - CRC: 4973 / MA

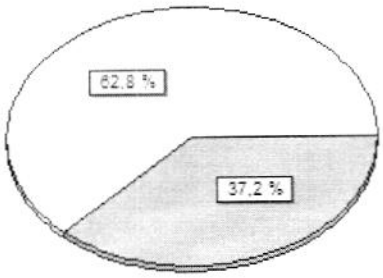
Indicadores Econômicos Financeiros em 31/12/2023

J. W. CARNEIRO LOPES - ME

CNPJ 08.409.569/0001-17 Folha: 0007

Liquidez Corrente

Ativo Circ.	R$ 78.375,23	= 1,69
Passivo Circ.	R$ 46.432,01	

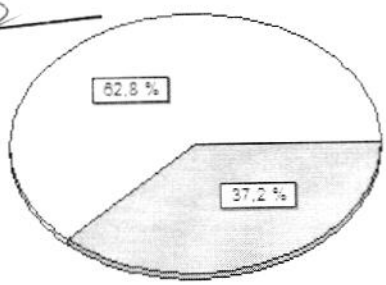


A empresa possui R$ 1,69 de ativo circulante para cada R$ 1,00 de dívida a curto prazo.

Proc. 068
Fls. 64
Rub.

Liquidez Seca

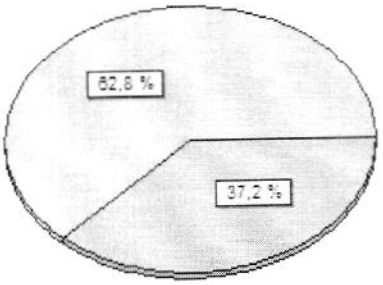
Ativo Circulante (-) Estoque	R$ 78.375,23	= 1,69
Passivo Circulante	R$ 46.432,01	



A empresa possui R$ 1,69 de ativo circulante para cada R$ 1,00 de dívida a curto prazo sem comprometer o estoque.

Liquidez Imediata

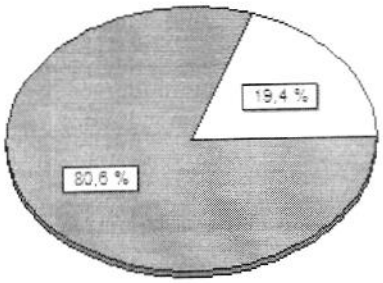
Disponibilidade	R$ 78.375,23	= 1,69
Passivo Circulante	R$ 46.432,01	



A empresa possui R$ 1,69 de disponibilidades para cada R$ 1,00 de dívida de curto prazo.

Liquidez Geral

Ativo Circ. (+) Realiz. L/Prazo	R$ 78.375,23	= 0,24
Passivo Circulante (+) Passivo Não Circ.	R$ 325.547,38	



A empresa possui R$ 0,24 de ativo circulante e ativo realizável a longo prazo para cada R$ 1,00 de dívida.

Indicadores Econômicos Financeiros em 31/12/2023

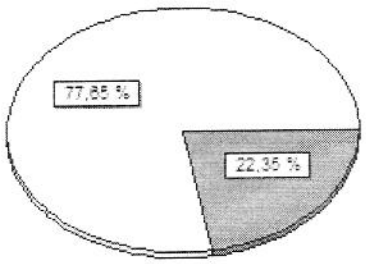
J. W. CARNEIRO LOPES - ME

CNPJ 08.409.569/0001-17

Folha: 0008

Solvência Geral

Ativo	R$ 1.131.273,47	= 3,47
Passivo Circulante (+) Passivo Não Circ.	R$ 325.547,38	



A empresa dispõe de R$ 3,47 de ativo total para cada R$ 1,00 de dívida

São Luís, 31 de dezembro de 2023

J. W. CARNEIRO LOPES - ME

JOSÉ WALBER CARNEIRO LOPES

Diretor

CI: 016372712001-1 - SSP/MA CPF: 508.894.273-72

ROSANGELA LIONEZ BALDEZ MOURA

RG: 0305819320063 - SSPMA - 14/10/2010 - CPF: 251.020.873-04

Tec. Contabilidade - CRC: 4973 / MA

Proc. 068
Fls. 65
Rub.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVANTADAS EM 31.12.2023

J. W. CARNEIRO LOPES – ME

CNPJ 08.409.569/0001-17

Rua Quinze, nº 28, Quadra 39, Res. Pinheiros - CEP: 65.064-441 – São Luís (MA)

NIRE: 21101498451 – 06/11/2006 **Folha 0009**

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa, Empresário Individual, pessoa jurídica de direito privado, tem sede e foro na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, e prazo de duração indeterminado. Constitui como objetivo principal Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet, dentre outras atividades do setor. Nas atividades mencionadas, destaca-se que grande parte das Receitas vem dos contratos de Licitação.

NOTA 02 - ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em obediência aos preceitos da Legislação Comercial e das Leis das Sociedades Anônimas e em conformidade aos Princípios da Contabilidade conforme práticas contábeis adotadas no Brasil.
A J W Carneiro Lopes - ME, mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processos eletrônicos. Os registros contábeis, contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidencie fatos e a prática de atos administrativos.

NOTA 03 - PRINCIPAIS PRATICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

Proc. 008
Fls. 66
Rub.

a) REGIME DE ESCRITURAÇÃO

Foi adotado o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício. A aplicação deste regime implica no reconhecimento dos ingressos, dispêndios e das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

b) DEPRECIAÇÕES

Os encargos de depreciação foram calculados pelo método linear, com base nas taxas legalmente admitidas, registradas a débito dos dispêndios de produção e dos dispêndios e despesas operacionais.

c) CRÉDITOS DE DIFÍCIL RECUPERAÇÃO

Foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa, em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos. Neste exercício foram reconhecidas como perdas o montante demonstrado no presente balanço.

d) REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Os valores contabilizados neste subgrupo são compostos pelos saldos das contas Empréstimos de Pessoas Ligadas e não Ligadas e Despesas do Exercício Seguinte.

NOTA 04 – OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial.

Importante destacar o saldo da conta Fornecedores, é um saldo relativamente baixo, pois a maioria das compras é a vista ou pagas a curto prazo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVANTADAS EM 31.12.2023

J. W. CARNEIRO LOPES – ME

CNPJ 08.409.569/0001-17

Rua Quinze, nº 28, Quadra 39, Res. Pinheiros - CEP: 65.064-441 – São Luís (MA)

NIRE: 21101498451 – 06/11/2006 **Folha 0010**

NOTA 05 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido representa os saldos da conta Capital Social e Lucros Acumulados.

NOTA 06 – RECEITAS

Como pode ser observado na DRE, houve aumento significativo nas receitas da empresa em relação a 2022.

O faturamento de R$ 926.513,92, em 2022 passou para R$ 1.579.446,92 em 2023, a empresa conseguiu retomar às suas atividades normais conseguindo aumento de receita, fazer investimento e cumprir com suas obrigações.

NOTA 07- LUCROS ACUMULADOS

O saldo de Lucros Acumulados saiu de R$ 322.537,36 em 2022 para R$ 686.793,48 em 2023, um aumento de 112,93%, o qual foi impulsionado pelas diminuições de custos no período.

NOTA 08- COMPOSIÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO

Conta	Valor dos Bens	Deprec. Acumulada	Valor Residual
Terrenos	800.000,00	0,00	800.000,00
Mov. Utensílios	17.177,19	10.334,42	6.842,77
Maq. Equipamentos	3.999,00	1.308,63	2.690,37
Equip. Informática	30.739,54	25.197,85	5.541,69
Veiculos	265.395,00	27.571,59	237.823,41
TOTAL	**1.117.310,73**	**64.412,49**	**1.052.898,24**

São Luís (MA), 31 de dezembro de 2023

Proc. 068
Fls. 69
Rub.

J W CARNEIRO LOPES - ME
JOSÉ WALBER CARNEIRO LOPES
Diretor
CI: 016372712001-1 SSP/MA. CPF: 508.894.273-72

ROSANGELA LIONEZ BALDEZ MOURA
RG: 0305819320063 –SSP/MA CPF: 251.020.87-04
Tec. Contabilidade – CRC:4973/MA

Proc. 068
Fls. 68
Rub.

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa J W CARNEIRO LOPES - ME consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
25102087304	ROSANGELA LIONEZ BALDEZ MOURA
50889427372	JOSÉ WALBER CARNEIRO LOPES

CERTIFICO O REGISTRO EM 10/04/2024 15:36 SOB Nº 20240465199.
PROTOCOLO: 240465199 DE 10/04/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12405067413. CNPJ DA SEDE: 08409569000117.
NIRE: 21101498451. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 10/04/2024.
J W CARNEIRO LOPES - ME

JUCEMA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

Folha: 0001

TERMO DE ABERTURA

Contém este Livro Diário Nº 007, com 0130 folhas, numeradas seguidamente por sistema de processamento de dados, do Nº 0001 a 0130, e servirá para lançamento das operações próprias do estabelecimento do contribuinte abaixo identificado no período de 01/01/2023 a 31/12/2023.

Empresa : J. W. CARNEIRO LOPES ME

Endereço: RUA QUINZE (RES. PINHEIRO), 28 QUADRA. 39

Bairro: COHAMA, CEP: 65.064-441

Cidade : São Luís - MA

CNPJ: 08.409.569/0001-17

Inscr. Estadual: ISENTA

Órgão de Inscrição: JUCEMA , em 6 de novembro de 2006

Nº da Inscrição: 21101498451

São Luís, 01 de janeiro de 2023

Proc. 068
Fls. 69
Rub.

J. W. CARNEIRO LOPES - ME
JOSÉ WALBER CARNEIRO LOPES
Empresario
CI: 016372712001-1 - SSP/MA CPF: 508.894.273-72

ROSANGELA LIONEZ BALDEZ MOURA
RG: 0305819320063 - SSPMA - 14/10/2010 - CPF: 251.020.873-04
Tec. Contabilidade - CRC 4973 / MA

Folha: 0130

Proc. 068
Fls. 20
Rub.

TERMO DE ENCERRAMENTO

Contém este Livro Diário Nº 007, com 0130 folhas, numeradas seguidamente por sistema de processamento de dados, do Nº 0001 a 0130, e sérvio para lançamento das operações próprias do estabelecimento do contribuinte abaixo identificado no período de 01/01/2023 a 31/12/2023.

Empresa : J. W. CARNEIRO LOPES ME

Endereço: RUA QUINZE (RES. PINHEIRO), 28 QUADRA. 39

Bairro: COHAMA, CEP: 65.064-441

Cidade : São Luís - MA

CNPJ: 08.409.569/0001-17

Inscr. Estadual: ISENTA

Órgão de Inscrição: JUCEMA , em 6 de novembro de 2006

Nº da Inscrição: 21101498451

São Luís, 31 de dezembro de 2023

J. W. CARNEIRO LOPES - ME
JOSÉ WALBER CARNEIRO LOPES
Empresario
CI: 016372712001-1 - SSP/MA CPF: 508.894.273-72

ROSANGELA LIONEZ BALDEZ MOURA
RG: 0305819320063 - SSPMA - 14/10/2010 - CPF: 251.020.873-04
Tec. Contabilidade - CRC: 4973 / MA

Ministério da Indústria e Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração

JUCEMA

Proc. 068
Fls. 7
Rub.

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - LIVRO DIGITAL

Declaro exatos os Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Digital com características abaixo, conferido e autenticado por ISABELA PALUSKI, sob a autenticidade n° 12405596513 em 22/04/2024, protocolo 240489772. Para validação de Autenticação dos Termos, deverá ser acessado o Portal de Serviços / verificação de documentos do Empreendedor (http://www.empresafacil.ma.gov.br) e informar o código de verificação.

Identificação de Empresa

Nome Empresarial:	J W CARNEIRO LOPES - ME
Número de Registro:	21101498451
CNPJ:	08409569000117
Munícipio:	São Luís

Identificação de Livro Digital

Tipo de Livro:	DIÁRIO
Número de Ordem:	7
Período de Escrituração:	01/01/2023 - 31/12/2023

Assinante(s)	Nome	CRC/OAB
25102087304	ROSANGELA LIONEZ BALDEZ MOURA	MA4973
50889427372	JOSÉ WALBER CARNEIRO LOPES	

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 22/04/2024 11:01 SOB N° 20240489772.
PROTOCOLO: 240489772 DE 15/04/2024. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12405596513. NIRE: 21101498451.
J W CARNEIRO LOPES - ME

JUCEMA

ISABELA PALUSKI
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 22/04/2024
empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

BALANÇO PATRIMONIAL ANALÍTICO EM 31/12/2024

J. W. CARNEIRO LOPES – ME

CNPJ 08.409.569/0001-17

RUA QUINZE, 28 QDA. 39 RES. PINHEIROS – COHAMA, SÃO LUÍS MA – CEP: 65.064-441

NIRE 21101498451 - 06/11/2006 Folha: 0001

ATIVO			
CIRCULANTE			223.220,59 D
DISPONÍVEL		223.220,59 D	
CAIXA			
Caixa	223.220,59 D		
ATIVO PERMANENTE			1.218.511,52 D
ATIVO IMOBILIZADO		1.218.511,52 D	
TERRENOS			
Terrenos	900.000,00 D		
VEÍCULOS			
Veículos	265.395,00 D		
(-) Depreciação Acumulada de Veículos	88.739,07 C		
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS			
Máquinas e Equipamentos	8.798,00 D		
(-) Depreciação Acumulada de Máquinas e Equipamentos	1.793,15 C		
MÓVEIS E UTENSÍLIOS			
Móveis e Utensílios	17.177,19 D		
(-) Depreciação Acumulada de Móveis e Utensílios	12.052,14 C		
EQUIPAMENTO INFORMATICA			
Equip. de Informatica	47.842,81 D		
(-) Depreciação Acumulada Equip. Inform.	29.857,12 C		
IMOVEL			
Aquisição de Imóvel por Consórcio	111.740,00 D		
TOTAL DO ATIVO			**1.441.732,11 D**

Proc. 06
Fls. 12
Rub.

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial, realizado em 31/12/2024 estando de acordo com a documentação enviada à Contabilidade, somando tanto no Ativo como no Passivo o valor total de R$ 1.441.732,11 (Um milhão quatrocentos e quarenta e um mil setecentos e trinta e dois reais e onze centavos).

BALANÇO PATRIMONIAL ANALÍTICO EM 31/12/2024 Folha: 0002

J. W. CARNEIRO LOPES - ME

CNPJ 08.409.569/0001-17

RUA QUINZE, 28 QDA. 39 RES. PINHEIROS – COHAMA, SÃO LUÍS MA – CEP: 65.064-441

NIRE 21101498451 - 06/11/2006

São Luís, 31 de dezembro de 2024

Proc. 008
Fls. 73
Rub.

J. W. CARNEIRO LOPES - ME
JOSÉ WALBER CARNEIRO LOPES
Diretor
CI: 016372712001-1 - SSP/MA CPF: 508.894.273-72

ROSANGELA LIONEZ BALDEZ MOURA
RG: 0305819320063 - SSPMA - 14/10/2010 - CPF: 251.020.873-04
Tec. Contabilidade - CRC: 4973 / MA

BALANÇO PATRIMONIAL ANALÍTICO EM 31/12/2024

J. W. CARNEIRO LOPES – ME

CNPJ 08.409.569/0001-17

RUA QUINZE, 28 QDA. 39 RES. PINHEIROS – COHAMA, SÃO LUÍS MA – CEP: 65.064-441

NIRE 21101498451 - 06/11/2006 Folha: 0003

PASSIVO			
PASSIVO CIRCULANTE			201.015,26 C
EXIGÍVEL		120.694,94 C	
FORNECEDORES			
AMIL - Assistencia Médica Internacional S/A	3.123,15 C		
CONTAS A PAGAR			
Cartão Crédito Mastercard - Itau a Pagar	9.604,05 C		
Consócio Itaú a Pagar	107.967,74 C		
OBRIGAÇÕES SOCIAIS		80.320,32 C	
OBRIGAÇÕES SOCIAIS			
FGTS a Recolher	2.281,37 C		
INSS / IRRF a Recolher	4.332,23 C		
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS			
SIMPLES a Recolher	73.706,72 C		
PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO			174.128,26 C
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		174.128,26 C	
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS			
Banco Safra S/A a Pagar	120.370,50 C		
PARCELAMENTOS			
Parcelamento Receita Federal a Pagar	53.757,76 C		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			1.066.588,59 C
CAPITAL		50.000,00 C	
CAPITAL SOCIAL			
Capital Social	50.000,00 C		
LUCRO OU PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		825.862,50 C	
Lucro do Exercício Atual			
Lucro do Exercício Atual	825.862,50 C		

Proc. 068
Fls. 34
Rub.

BALANÇO PATRIMONIAL ANALÍTICO EM 31/12/2024

J. W. CARNEIRO LOPES - ME

CNPJ 08.409.569/0001-17

RUA QUINZE, 28 QDA. 39 RES. PINHEIROS – COHAMA, SÃO LUÍS MA – CEP: 65.064-441

NIRE 21101498451 - 06/11/2006 Folha: 0004

RESERVAS DE LUCROS	190.726,09 C	
Reservas de Lucros	190.726,09 C	
TOTAL DO PASSIVO		**1.441.732,11 C**

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial, realizado em 31/12/2024 estando de acordo com a documentação enviada à Contabilidade, somando tanto no Ativo como no Passivo o valor total de R$ 1.441.732,11 (Um milhão quatrocentos e quarenta e um mil setecentos e trinta e dois reais e onze centavos).

São Luis, 31 de dezembro de 2024.

J. W. CARNEIRO LOPES - ME
JOSÉ WALBER CARNEIRO LOPES
Diretor
CI: 016372712001-1 - SSP/MA CPF: 508.894.273-72

ROSANGELA LIONEZ BALDEZ MOURA
RG: 0305819320063 - SSPMA - 14/10/2010 - CPF: 251.020.873-04
Tec. Contabilidade - CRC: 4973 / MA

Proc. 068
Fls. 25
Rub.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2024

J. W. CARNEIRO LOPES - ME

CNPJ 08.409.569/0001-17

RUA QUINZE, 28 QDA. 39 RES. PINHEIROS – COHAMA, SÃO LUÍS MA – CEP: 65.064-441

NIRE 21101498451 - 06/11/2006 Folha: 0005

RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS	
Receita Bruta de Serviços	1.934.640,69
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	
Hospedagem de Domínio de Dados	(42.223,03)
Hospedagem do Servidor da Transp.	(224,00)
Manutenção de Software - Portal	(10.000,00)
Manutenção em Paginas Web	(27.200,00)
Desp. de Plataforma de Licitação	(2.061,90)
Apoio Desenvolv. de Sistemas	(74.991,60)
CUSTOS PESSOAL	
Salários	(239.713,69)
Gratificações	(800,00)
Retirada Pró Labore	(60.000,00)
Honorários Autônomos	(30.000,00)
13º Salário	(23.470,50)
Férias	(34.352,75)
FGTS	(22.831,21)
Assistência Médica	(250,00)
Plano de Saúde	(32.412,87)
DESPESAS OPERACIONAIS GERAIS	
Água	(805,92)
Energia Elétrica	(6.909,19)
Telefone	(1.574,94)
Telefone Celular	(4.278,84)
Despesas com Material Escritório	(473,23)
Despesas com Material de Informática	(852,70)
Despesas com Refeições e Lanches	(9.956,18)
Despesas com Combustíveis	(5.496,65)
Aluguel	(60.000,00)
Despesas com Viagens	(2.888,82)
Despesas com Cartório	(140,00)
Prestação de Serviços PJ	(1.412,00)
Despesa com Manut. Predial	(17.010,07)
Depreciação	(68.028,99)
Despesas Diversas	(350,00)
Despesa com Manut. de Veiculos	(13.325,65)
Multa de Transito	(262,92)
Internet	(3.592,59)
Segurança e Alarme	(598,80)
Despesa c/Manut. de Maq. e Equipamentos	(350,00)
Taxa de Administ. Consórcio	(1.003,68)
Seguro de Consórcio	(400,20)
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	
SIMPLES	(272.613,75)
Outras Taxas e Impostos	(1.053,20)
Taxa Licenciamento	(85,00)
IPVA	(6.811,92)
IPTU	(1.644,16)

Proc. 068
Fls. 6
Rub.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2024

J. W. CARNEIRO LOPES - ME

CNPJ 08.409.569/0001-17

RUA QUINZE, 28 QDA. 39 RES. PINHEIROS – COHAMA, SÃO LUÍS MA – CEP: 65.064-441

NIRE 21101498451 - 06/11/2006 Folha: 0006

DESPESAS FINANCEIRAS	
Juros e Multas	(26.327,24)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	825.862,50

Reconhecemos a exatidão do presente Demonstrativo, realizado em 31 de dezembro de 2024.

Proc. 068
Fls. 27
Rub.

São Luis, 31 de dezembro de 2024

J. W. CARNEIRO LOPES - ME
JOSÉ WALBER CARNEIRO LOPES
Diretor
CI: 016372712001-1 - SSP/MA CPF: 508.894.273-72

ROSANGELA LIONEZ BALDEZ MOURA
RG: 0305819320063 - SSPMA - 14/10/2010 - CPF: 251.020.873-04
Tec. Contabilidade - CRC: 4973 / MA

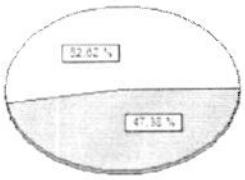
Indicadores Econômicos Financeiros em 31/12/2024

J. W. CARNEIRO LOPES - ME

CNPJ 08.409.569/0001-17 Folha: 0007

Liquidez Corrente

Ativo Circ.	R$ 223.220,59	= 1,11
Passivo Circ.	R$ 201.015,26	

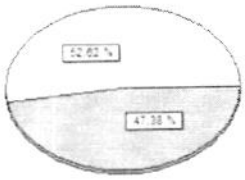


A empresa possui R$ 1,11 de ativo circulante para cada R$ 1,00 de dívida a curto prazo.

Proc. 68
Fls. 78
Rub.

Liquidez Seca

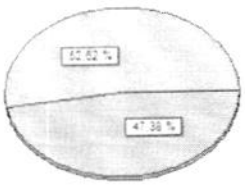
Ativo Circulante (-) Estoque	R$ 223.220,59	= 1,11
Passivo Circulante	R$ 201.015,26	



A empresa possui R$ 1,11 de ativo circulante para cada R$ 1,00 de dívida a curto prazo sem comprometer o estoque.

Liquidez Imediata

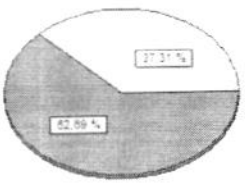
Disponibilidade	R$ 223.220,59	= 1,11
Passivo Circulante	R$ 201.015,26	



A empresa possui R$ 1,11 de disponibilidades para cada R$ 1,00 de dívida de curto prazo.

Liquidez Geral

Ativo Circ. (+) Realiz. L/Prazo	R$ 223.220,59	= 0,60
Passivo Circulante (+) Passivo Não Circ.	R$ 375.143,52	



A empresa possui R$ 0,60 de ativo circulante e ativo realizável a longo prazo para cada R$ 1,00 de dívida.

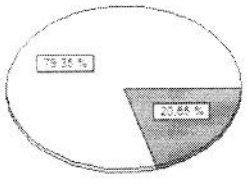
Indicadores Econômicos Financeiros em 31/12/2024

J. W. CARNEIRO LOPES - ME

CNPJ 08.409.569/0001-17 Folha: 0008

Solvência Geral

Ativo	R$ 1.441.732,11	= 3,84
Passivo Circulante (+) Passivo Não Circ.	R$ 375.143,52	



A empresa dispõe de R$ 3,84 de ativo total para cada R$ 1,00 de dívida

São Luís, 31 de dezembro de 2024

Proc. 068
Fls. 79
Rub.

J. W. CARNEIRO LOPES – ME
JOSÉ WALBER CARNEIRO LOPES
Diretor
CI: 016372712001-1 - SSP/MA CPF: 508.894.273-72

ROSANGELA LIONEZ BALDEZ MOURA
RG: 0305819320063 - SSPMA - 14/10/2010 - CPF: 251.020.873-04
Tec. Contabilidade - CRC: 4973 / MA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVANTADAS EM 31.12.2024

J. W. CARNEIRO LOPES – ME

CNPJ 08.409.569/0001-17

Rua Quinze, nº 28, Quadra 39, Res. Pinheiros - CEP: 65.064-441 – São Luís (MA)

NIRE: 21101498451 – 06/11/2006 **Folha 0009**

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa, Empresário Individual, pessoa jurídica de direito privado, tem sede e foro na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, e prazo de duração indeterminado. Constitui como objetivo principal Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet, dentre outras atividades do setor. Nas atividades mencionadas, destaca-se que grande parte das Receitas vem dos contratos de Licitação.

NOTA 02 - ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em obediência aos preceitos da Legislação Comercial e das Leis das Sociedades Anônimas e em conformidade aos Princípios da Contabilidade conforme práticas contábeis adotadas no Brasil.
A J W Carneiro Lopes - ME, mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processos eletrônicos. Os registros contábeis, contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidencie fatos e a prática de atos administrativos.

NOTA 03 - PRINCIPAIS PRATICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

Proc. 068
Fls. 80
Rub.

a) REGIME DE ESCRITURAÇÃO

Foi adotado o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício. A aplicação deste regime implica no reconhecimento dos ingressos, dispêndios e das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

b) DEPRECIAÇÕES

Os encargos de depreciação foram calculados pelo método linear, com base nas taxas legalmente admitidas, registradas a débito dos dispêndios de produção e dos dispêndios e despesas operacionais.

c) CRÉDITOS DE DIFÍCIL RECUPERAÇÃO

Foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa, em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos. Neste exercício foram reconhecidas como perdas o montante demonstrado no presente balanço.

d) REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Os valores contabilizados neste subgrupo são compostos pelos saldos das contas Financiamento de veiculo e Despesas do Exercício Seguinte.

NOTA 04 – OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial.

Importante destacar o saldo da conta Fornecedores, é um saldo relativamente baixo, pois a maioria das compras é a vista ou pagas a curto prazo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVANTADAS EM 31.12.2024

J. W. CARNEIRO LOPES – ME

CNPJ 08.409.569/0001-17

Rua Quinze, nº 28, Quadra 39, Res. Pinheiros - CEP: 65.064-441 – São Luís (MA)

NIRE: 21101498451 – 06/11/2006 **Folha 0010**

NOTA 05 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido representa os saldos da conta Capital Social e Lucros Acumulados.

NOTA 06 – RECEITAS

Como pode ser observado na DRE, houve aumento significativo nas receitas da empresa em relação a 2023.

O faturamento de R$ 1.579.446,92, em 2023 passou para R$ 1.934.640,69 em 2024, a empresa teve às suas atividades normais conseguindo aumento de receita, fazer investimento e cumprir com suas obrigações.

NOTA 07- LUCROS ACUMULADOS

O saldo de Lucros Acumulados saiu de R$ 686.793,48 em 2023 para R$ 825.862,50 em 2024, um aumento de 20,24%, o qual foi impulsionado pelas diminuições de custos no período.

NOTA 08- COMPOSIÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO

Conta	Valor dos Bens	Deprec. Acumulada	Valor Residual
Terrenos	900.000,00	0,00	900.000,00
Mov. Utensílios	17.177,19	12.052,14	5.125,05
Maq. Equipamentos	8.798,00	1.793,15	7.004,85
Equip. Informática	47.842,81	29.857,12	17985,69
Veículos	265.395,00	88.739,07	176.655,93
Imóvel por Consorcio	111.740,00	0,00	111.740,00
TOTAL	**1.350.953,00**	**132.441,48**	**1.218.511,52**

São Luís (MA), 31 de dezembro de 2024

Proc. 068
Fls. 81
Rub.

J W CARNEIRO LOPES - ME
JOSÉ WALBER CARNEIRO LOPES
Diretor
CI: 016372712001-1 SSP/MA. CPF: 508.894.273-72

ROSANGELA LIONEZ BALDEZ MOURA
RG: 0305819320063 –SSP/MA CPF: 251.020.87-04
Tec. Contabilidade – CRC:4973/MA

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa J W CARNEIRO LOPES - ME consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
25102087304	ROSANGELA LIONEZ BALDEZ MOURA
50889427372	JOSÉ WALBER CARNEIRO LOPES

Proc. 068
Fls. 87
Rub.

CERTIFICO O REGISTRO EM 30/04/2025 11:06 SOB Nº 20250548747.
PROTOCOLO: 250548747 DE 30/04/2025.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12507104790. CNPJ DA SEDE: 08409569000117.
NIRE: 21101498451. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 30/04/2025.
J W CARNEIRO LOPES - ME

JUCEMA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

TERMO DE ABERTURA

Contém este Livro Diário N° 008, com 0135 folhas, numeradas seguidamente por sistema de processamento de dados, do N° 0001 a 0135, e servirá para lançamento das operações próprias do estabelecimento do contribuinte abaixo identificado no período de 01/01/2024 a 31/12/2024.

Empresa : J. W. CARNEIRO LOPES ME

Endereço: RUA QUINZE (RES. PINHEIRO), 28 QUADRA. 39

Bairro: COHAMA. CEP: 65.064-441

Cidade : São Luís - MA

CNPJ: 08.409.569/0001-17

Inscr. Estadual: ISENTA

Órgão de Inscrição: JUCEMA , em 6 de novembro de 2006

N° da Inscrição: 21101498451

Proc. 068
Fls. 83
Rub.

São Luís, 01 de janeiro de 2024

J. W. CARNEIRO LOPES - ME
JOSÉ WALBER CARNEIRO LOPES
Empresário
CI 016372712001-1 - SSP/MA CPF: 508.894.273-72

ROSANGELA LIONEZ BALDEZ MOURA
RG: 0305819320063 - SSPMA - 14/10/2010 - CPF: 251.020.873-04
Tec. Contabilidade - CRC 4973 / MA

Proc. 068
Fls. 84
Rub.

TERMO DE ENCERRAMENTO

Contém este Livro Diário N° 008, com 0135 folhas, numeradas seguidamente por sistema de processamento de dados, do N° 0001 a 0135, e sérvio para lançamento das operações próprias do estabelecimento do contribuinte abaixo identificado no período de 01/01/2024 a 31/12/2024.

Empresa :	J. W. CARNEIRO LOPES ME
Endereço:	RUA QUINZE (RES. PINHEIRO), 28 QUADRA. 39
Bairro:	COHAMA, CEP: 65.064-441
Cidade :	São Luís - MA
CNPJ:	08.409.569/0001-17
Inscr. Estadual:	ISENTA
Órgão de Inscrição:	JUCEMA , em 6 de novembro de 2006
N° da Inscrição:	21101498451

São Luís, 31 de dezembro de 2024.

J. W. CARNEIRO LOPES - ME
JOSÉ WALBER CARNEIRO LOPES
Empresário
CI: 016372712001-1 - SSP/MA CPF: 508.894.273-72

ROSANGELA LIONEZ BALDEZ MOURA
RG: 0305819320063 - SSPMA - 14/10/2010 - CPF: 251.020.873-04
Tec. Contabilidade - CRC: 4973 / MA

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa J W CARNEIRO LOPES - ME consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
25102087304	ROSANGELA LIONEZ BALDEZ MOURA
50889427372	JOSÉ WALBER CARNEIRO LOPES

Proc. 068
Fls. 85
Rub.

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 07/05/2025 07:20 SOB Nº 20250552418.
PROTOCOLO: 250552418 DE 30/04/2025. NIRE: 21101498451.
J W CARNEIRO LOPES - ME

JUCEMA

ISABELA PALUSKI
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 07/05/2025
empresafacil.ma.gov.br

Ministério da Indústria e Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração

JUCEMA

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - LIVRO DIGITAL

Declaro exatos os Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Digital com características abaixo, conferido e autenticado por ISABELA PALUSKI, sob a autenticidade n° 12507408080 em 07/05/2025, protocolo 250552418. Para validação de Autenticação dos Termos, deverá ser acessado o Portal de Serviços / verificação de documentos do Empreendedor (http://www.empresafacil.ma.gov.br) e informar o código de verificação.

Identificação de Empresa

Nome Empresarial:	J W CARNEIRO LOPES - ME
Número de Registro:	21101498451
CNPJ:	08409569000117
Município:	São Luís

Proc. 068
Fls. 86
Rub.

Identificação de Livro Digital

Tipo de Livro:	DIÁRIO
Número de Ordem:	8
Período de Escrituração:	01/01/2024 - 31/12/2024

Assinante(s)	Nome	CRC/OAB
25102087304	ROSANGELA LIONEZ BALDEZ MOURA	MA4973
50889427372	JOSÉ WALBER CARNEIRO LOPES	

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 07/05/2025 07:21 SOB N° 20250552418.
PROTOCOLO: 250552418 DE 30/04/2025. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12507408080. NIRE: 21101498451.
J W CARNEIRO LOPES - ME

JUCEMA

ISABELA PALUSKI
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 07/05/2025
empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE MATÕES-MA

Folha nº _____
Processo nº _____
Rúbrica _____

CONTRATO

Proc. 068
Fls. 87
Rub.

Processo Administrativo nº 002/2023.
Dispensa de Licitação nº. 01/2023.
Contrato nº 002/2023.

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE MATÕES/MA E A FIRMA J W CARNEIRO LOPES - ME, PARA ATENDER AS NECESSIDADES ADMINISTRATIVAS E LEGISLATIVAS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE MATÕES/MA.

CONTRATANTE
Pelo presente instrumento particular de Contrato, reuniram-se, de um lado a **CÂMARA MUNICIPAL DE MATÕES/MA**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.561.963/0001/27, com sede administrativa na Rua Nossa Senhora da Conceição, s/n, Centro, Matões/MA, aqui representado pelo Presidente da Câmara Sr. THYAGO MORAIS DE BRITO, brasileiro, portador do CPF nº 856.928.753-49, residente na sede do Município de Matões/MA, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**.

CONTRATADA
A empresa J W CARNEIRO LOPES ME, inscrita no CNPJ sob nº 08.409.569/0001-17, sediada na Rua Quinze, nº 28, quadra 28, Residencial Pinheiros, Cohama, São Luís/MA, representada neste ato pelo seu representante legal, o Senhor JOSÉ WALBER CARNEIRO LOPES, portador do RG nº 016372712001-1 SESP/MA e CPF nº 508.894.273-72, doravante denominada **CONTRATADA**, têm justo e contratado o integral cumprimento das cláusulas e condições a seguir:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA - VINCULAÇÃO
1.1 O presente contrato vincula-se às determinações da Lei Federal nº 8.666/1993, LC 123/2006, as exigências e condições gerais da **Dispensa de Licitação nº 01/2023** e a proposta elaborada pela **CONTRATADA**, passando tais documentos, a fazerem parte integrante do presente instrumento para todos os fins de direito.

2 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
2.1 Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de licença e cessão de direito de uso de software integrado (portal da transparência) para cumprimento da lei de acesso a informação para a gestão pública municipal da Câmara de Matões/MA.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO
3.1 Iniciar-se-á na data de sua assinatura, depois da publicação do seu resumo na impressa oficial, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis e terá vigência até 31 de dezembro de 2023.

3.2 O contrato poderá ser prorrogado em conformidade com a Lei 8.666/1993, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.

4 - CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE MATÕES-MA

Folha nº _____
Processo nº _____
Rúbrica _____

4.1 As despesas decorrentes do objeto deste contrato serão atendidas à conta de serviços específicos consignados no orçamento da CONTRATANTE, mediante Destaque de Crédito Orçamentário na LOA 2023, conforme dotação orçamentária abaixo:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	01 – Câmara Municipal;
FUNÇÃO PROGRAMÁTICA:	01.031.0001.2001.0000 – Manutenção da Câmara Municipal;
NATUREZA DA DESPESA:	3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros, Pessoa Jurídica;

5 - CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR CONTRATUAL

5.1 Pelo objeto contratado, a Contratante pagará à Contratada o valor de R$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais) mensais, que totalizará no valor de R$ 16.800,00 (dezesseis mil e oitocentos reais) durante a vigência contratual de 12 (doze) meses, a serem pagos conforme execução das ordens de fornecimentos, que deverão ser expedidas pela Contratante, que não deverão superar o valor contratado.

5.2 Os pagamentos se darão nos **termos:** Mediante apresentação da ordem de execução dos serviços, Nota Fiscal Eletrônica correspondente à ordem de serviços, atestada e liquidada, prova de regularidade junto as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, INSS e FGTS. Havendo disponibilidade financeira e cumpridas as formalidades, o Câmara Municipal de Matões/MA.

5.3 Os valores explicitados na cláusula 5.1, deste instrumento contratual, referem-se aos seguintes itens, com suas respectivas descrições, bem como quantitativos e valores contratados, conforme seguem abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UND	QTD	VALOR PROPOSTO PELA CONTRATADA	
				V. MENSAL	V. TOTAL
1	Prestação de Serviços de licença e cessão de direito de uso de software integrado (portal da transparência) para cumprimento da lei de acesso a informação para a Gestão Pública Municipal da Câmara de Matões/MA – MA	mês	12	R$ 1.400,00	R$ 16.800,00
VALOR TOTAL GLOBAL				R$ 16.800,00	

Proc. 068
Fls. 88
Rub.

6 CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 O regime jurídico deste Contrato confere ao CONTRATANTE, as prerrogativas decorrentes da Lei 8.666/1993, obrigando-se ainda a:

a) Proceder ao pagamento à CONTRATADA na forma ajustada;

b) Fiscalizar diretamente a execução dos serviços, na pessoa do funcionário público municipal designado com funções especifica para tal fim, nos termos da legislação aplicável.

c) Informar por escrito à CONTRATADA, quaisquer irregularidades, que porventura venham a existir durante a execução dos serviços ora pactuados;

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE MATÕES-MA

Folha nº _____
Processo nº _____
Rubrica _____

d) Acompanhar e avaliar o desempenho das atividades no que pertinente ao objeto contratado;

e) Promover a retenção do encargo de responsabilidade da CONTRATADA, para fins de recolhimento, nos termos da lei pertinente.

Proc. 088
Fls. 89
Rub.

f) Monitorar e avaliar as ações executadas pela CONTRATADA;

7 CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Constitui obrigações da CONTRATADA, além das constantes dos arts da Lei 8.666/1993.

a) Iniciar a execução dos serviços após a assinatura deste contrato;

b) Atender e cumprir rigorosamente as especificações, características e condições definidas e relacionadas na Dispensa de Licitação nº 01/2023 e na sua proposta de preços;

c) Responsabilizar-se por todo o pessoal que utilizar a qualquer título, a execução dos serviços, o qual lhe será diretamente subordinado e vinculado e não terá com a CONTRATANTE relação jurídica de qualquer natureza;

d) Responder pelas obrigações e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus prestadores ou terceiros em razão ou não do objeto do contrato;

e) Dirigir, supervisionar, administrar, fornecer os recursos necessários na execução dos serviços contratados, sob sua única e exclusiva responsabilidade;

f) Manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e as condições de habilitação e qualificação, exigidas nos termos da Lei 8.666/1993.

PARÁGRAFO ÚNICO - A execução das atividades prevista obedecerá rigorosamente às metas, etapas, cronogramas e estratégias de ação constantes no termo de referência, apresentados e aprovados pela coordenação técnica da CONTRATANTE.

8 CLÁUSULA NONA – DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

8.1 Integra o presente Contrato, como se aqui transcrito estivesse o processo administrativo nº 002/2023, Dispensa de Licitação Nº.01/2023, em todas as suas condições.

9 CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESPONSABILIDADE

9.1 A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade pelos danos causados a CONTRATANTE, ou a terceiros na execução dos serviços, inclusive acidentes de que possam ser vítimas seus funcionários, mortes, perdas, quando em serviço, ou destruição e multas, isentando a CONTRATANTE de todas e quaisquer reclamações pertinentes à vigência deste contrato, obrigando-se a reparar os danos e ressarcir os prejuízos, conforme lei 8.666/1993.

10 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

10.1 Constitui motivo para rescisão do presente contrato, assegurado o contraditório e a ampla defesa, a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas na lei 8.666/1993, desde que cabíveis a presente contratação, resguardadas as prerrogativas conferidas por essa Lei Federal à CONTRATANTE, consoante o que estabelece a lei 8.666/1993.

Parágrafo Primeiro - Na hipótese da rescisão pela inexecução total ou parcial do contrato por parte da CONTRATADA, ficará a mesma sujeita às sanções previstas na lei 8.666/1993, além das previstas na CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA, deste instrumento.

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE MATÕES-MA

Folha nº _____
Processo nº _____
Rúbrica _____

Parágrafo Segundo - O não cumprimento das obrigações, objeto do presente contrato, acarretará as consequências previstas na lei 8.666/1993, podendo a rescisão ser determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE.

11CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

11.1 As penalidades aplicadas à CONTRATADA serão previstas na lei 8.666/1993, além das previstas nesta Cláusula. A empresa que desistir da efetivação do objeto que lhe foi adjudicado ou que descumprir quaisquer das obrigações estabelecidas neste instrumento, e ainda:

a) advertência, por escrito na primeira ocorrência;

b) multa sendo:

b1). de até 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor total do contrato por dia de atraso na execução dos serviços;

b2). de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa da CONTRATADA em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido, ou inexecução total na execução dos serviços, ou ainda no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, a critério da Administração, levando-se em conta o prejuízo causado, devidamente fundamentado, devendo ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação;

c) quem, convocado dentro do prazo de validade da proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores e prestadores de serviços a que se refere o inc. XIV do Art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 05(cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO ÚNICO: As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

Proc. 068
Fls. 90
Rub.

12 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS MODIFICAÇÕES

12.1 O presente contrato poderá ser modificado ou complementado, mediante acordo entre as partes, observado as formalidades legais e regulamentares pertinentes, para a solução dos casos omissos e dúvidas emergentes, através de termo aditivo considerado parte integrante deste contrato.

Parágrafo Único - As modificações que acarretarem aumento ou diminuição de quantitativos e despesas serão medidas, pagas ou deduzidas, com base nos preços unitários do contrato, respeitados os limites estabelecidos na lei 8.666/1993.

13 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1 Não será permitida a subcontratação do fornecimento contratado, conforme apresentados na cláusula 5.3 deste instrumento contratual.

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE MATÕES-MA

Folha nº _____
Processo nº _____
Rúbrica _____

14.1 Os casos omissos serão resolvidos sempre em consonância com as disposições da Lei 8.666/93.

15 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Matões/MA, para resolver qualquer divergência ou dúvida fundada no presente instrumento, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes contratadas assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo firmadas, para que produza efeitos legais.

Matões/MA, 06 de janeiro de 2023.

Proc. 08
Fls. 91
Rub.

THYAGO MORAIS DE BRITO
Presidente da Câmara Municipal de Matões/MA

JOSE WALBER CARNEIRO LOPES
Representante Legal da Empresa Contratada
J W CARNEIRO LOPES ME

TESTEMUNHAS:

Nome: Antonio Bispo dos Santos	**Nome:** Luis Carlos Dos Santos
CPF nº	**CPF nº** 039.534.073-09

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE MATÕES-MA

Folha nº _____
Processo nº _____
Rúbrica _____

Proc. 068
Fls. 97
Rub.

CERTIDÃO DE PUBLICIDADE

Certificamos, para fins de prova junto ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Maranhão – TCE/MA, que foi fixado no Mural da Câmara Municipal de Matões/MA, em local especifico destinado a fixação dos atos oficiais do Poder Legislativo Municipal, nos termos do Art. 147, IX, da Constituição Estadual, os Termos do Contrato Administrativo nº 002/2023, celebrado entre a Câmara Municipal de Matões/MA e a empresa J W CARNEIRO LOPES, CNPJ nº 08.409.569/0001-17, no valor de R$ 16.800,00 (dezesseis mil e oitocentos reais), com vigência até 31 de dezembro do ano em curso.

Matões/MA, 06 de janeiro de 2023.

THYAGO MORAIS DE BRITO
Presidente da Câmara Municipal de Matões/MA

Folha (s) 14
Assinatura

QUARTA-FEIRA, 03 DE MAIO DE 2023 LEGISLATIVO VOL. 03, Nº 0432 – PÁGINAS: 08

DIÁRIO OFICIAL

PORTARIA Nº 021/2023

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MATÕES, NO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade o que determina a Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Art. Exonerar o senhor **EDSON FERREIRA LINDOSO**, portador do CPF nº. 016.817.533-91, do Cargo de Contador, desta Augusta Casa Legislativa Municipal.

Art. 2º A presente portaria entra em vigor nesta data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Art. 3º - Publica-se, dê ciência e cumpram-se.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Matões - MA, 31 de março de 2023.

THYAGO MORAIS DE BRITO
CPF.:856.928.753-49
PRESIDENTE

Proc. 68
Fls. 97
Rub.

PORTARIA Nº 022/2023

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MATÕES, NO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade o que determina a Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Art. Nomear o senhor **MARCOS ANTONIO DA COSTA BARBOSA**, portador do CPF nº 033.804.853-73, para exercer o Cargo de Contador, desta Augusta Casa Legislativa Municipal.

Art. 2º A presente portaria entra em vigor nesta data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Art. 3º - Publica-se, dê ciência e cumpram-se.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Matões - MA, 28 de abril de 2023.

THYAGO MORAIS DE BRITO
CPF.:856.928.753-49
PRESIDENTE

AVISO DE ADJUDICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2023

A Comissão de Contratação da Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da Adjudicação da Inexigibilidade de Licitação nº 001/2023, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de assessoria contábil, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Matões/MA, durante o ano de 2023. Processo Administrativo nº 001/2023. Amparo legal: Lei 8.666/93, Art. 25, inciso II, comunica ainda, que o processo encontra-se com vistas no prazo estabelecido na legislação, e que será publicado na imprensa oficial, em obediência ao artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fonte do Recurso: 0101 – Câmara Municipal de Matões do Maranhão; Função Programática: 01.031.0001.2001 – Manutenção da Câmara Municipal; Elemento da Despesa: 3.3.90.35 – Serviços de Consultoria. VALOR GLOBAL CONTRATADO: R$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais), em favor do licitante: R G RIBEIRO LINDOSO - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 21.238.725/0001-92. Matões do Maranhão, em 05 de janeiro de 2023. Raimundo de Moura Silva Junior, Membro da CPL da Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA.

AVISO DE ADJUDICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2023

A Comissão de Contratação da Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da Adjudicação da Dispensa de Licitação nº 001/2023, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de licença e cessão de direito de uso de software integrado (portal da transparência) para cumprimento da lei de acesso a informação para a gestão pública municipal da Câmara de Matões/MA, Processo Administrativo nº 002/2023. Amparo legal: Lei 8.666/93, Art. 24, inciso II, comunica ainda, que o processo encontra-se com vistas no prazo estabelecido na legislação, e que será publicado na imprensa oficial, em obediência ao artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011. VALOR GLOBAL CONTRATADO: R$ 16.800,00 (dezesseis mil e oitocentos reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fonte do Recurso: 0101 – Câmara Municipal de Matões do Maranhão; Função Programática: 01.031.0001.2001.0000 – Manutenção da Câmara Municipal; Elemento da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros, Pessoa Jurídica, em favor do licitante: J W CARNEIRO LOPES, CNPJ nº 08.409.569/0001-17. Matões do Maranhão, em 04 de janeiro de 2023. Raimundo de Moura Silva Junior, Membro da CPL da Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA.

AVISO DE ADJUDICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2023

A Comissão de Contratação da Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da Adjudicação da Dispensa de Licitação nº 002/2023, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para locação de software de sistemas integrados para uso da contabilidade, para a gestão pública municipal da Câmara de Matões/MA, Processo Administrativo nº 003/2023. Amparo legal: Lei 8.666/93, Art. 24, inciso II, comunica ainda, que o processo encontra-se com vistas no prazo estabelecido na legislação, e que será publicado na imprensa oficial, em obediência ao artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fonte do Recurso: 0101 – Câmara Municipal de Matões do Maranhão; Função Programática: 01.031.0001.2001.0000 – Manutenção da Câmara Municipal; Elemento da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros, Pessoa Jurídica. VALOR GLOBAL CONTRATADO: R$ 8.028,00 (oito mil e vinte e oito reais), em favor do licitante: A D T R SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA, CNPJ: 17.422.433/0001-38. Matões do Maranhão, em 05 de janeiro de 2023. Raimundo de Moura Silva Junior, Membro da CPL da Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA.

AVISO DE ADJUDICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2023

A Comissão de Contratação da Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da Adjudicação da Dispensa de Licitação nº 004/2023, cujo

ICP Brasil Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

QUARTA-FEIRA, 03 DE MAIO DE 2023 LEGISLATIVO VOL. 03, Nº 0432 – PÁGINAS: 08
DIÁRIO OFICIAL

objeto é a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de consultoria e assessoria em licitações, compras e contratos administrativos, para atender às demandas e necessidades da Câmara Municipal de Matões do Maranhão, Processo Administrativo nº 005/2023. Amparo legal: Lei 14.133/21, Art. 75, inciso II, comunica ainda, que o processo encontra-se com vistas no prazo estabelecido na legislação, e que será publicado na imprensa oficial, em obediência ao artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fonte do Recurso: 0101 – Câmara Municipal de Matões do Maranhão; Função Programática: 01.031.0001.2001 – Manutenção da Câmara Municipal; Elemento da Despesa: 3.3.90.35 – Serviços de Consultoria. VALOR MENSAL CONTRATADO: R$ 4.700,00 (quatro mil e setecentos reais), em favor do licitante: L C S JUNIOR SÁ CONSULTORIA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 42.746.199/0001-41. Matões do Maranhão, em 05 de janeiro de 2023. Selma Nayra de Oliveira Carvalho, Agente de Contratações/Presidente da CPL da Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA.

AVISO DE ADJUDICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2023

A Comissão de Contratação da Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da Adjudicação da Dispensa de Licitação nº 005/2023, cujo objeto é a Contratação empresa especializada para a prestação de serviços de assistência técnica para manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de informática, com finalidade de suprir as necessidades da Câmara Municipal de Matões/MA, Processo Administrativo nº 006/2023. Amparo legal: Lei 14.133/21, Art. 75, inciso II, comunica ainda, que o processo encontra-se com vistas no prazo estabelecido na legislação, e que será publicado na imprensa oficial, em obediência ao artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011. VALOR GLOBAL CONTRATADO: R$ 29.400,00 (vinte e nove mil e quatrocentos reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fonte do Recurso: 0101 – Câmara Municipal de Matões do Maranhão; Função Programática: 01.031.0001.2001 – Manutenção da Câmara Municipal; Elemento da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros (PJ), em favor do licitante: DISTRIBUIDORA E SERVIÇO VILANOVA LTDA LTDA, CNPJ: 19.083.170/0001-05. Matões do Maranhão, em 14 de março de 2023. Raimundo de Moura Silva Junior, Agente de Contratações/Presidente da CPL da Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA.

AVISO DE ADJUDICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2023

A Comissão de Contratação da Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da Adjudicação da Dispensa de Licitação nº 006/2023, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada em fornecimento e instalação de equipamentos para a captação de energia solar, com finalidade de gerar uma economia futura nas despesas com energia elétrica desta Câmara Municipal de Matões/MA, Processo Administrativo nº 007/2023. Amparo legal: Lei 14.133/21, Art. 75, inciso II, comunica ainda, que o processo encontra-se com vistas no prazo estabelecido na legislação, e que será publicado na imprensa oficial, em obediência ao artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011. VALOR GLOBAL CONTRATADO: R$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fonte do Recurso: 0101 – Câmara Municipal de Matões do Maranhão; Função Programática: 01.031.0001.1001.0000 - Reforma e Ampliação do prédio da Câmara Municipal; Elemento da Despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações, em favor do licitante: NORTH ENERGIA SOLAR - ME, CNPJ nº 42.746.199/0001-41. Matões do Maranhão, em 22 de março de 2023. Raimundo de Moura Silva Junior, Agente de Contratações/Presidente da CPL da Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA.

AVISO DE ADJUDICAÇÃO

Dispensa de Licitação nº 007/2023. A Comissão de Contratação da Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da Adjudicação da Dispensa de Licitação nº 007/2023, cujo objeto é a Contratação empresa especializada em fornecimento de materiais de limpeza, materiais de expediente e gêneros alimentícios, conforme apresentado e especificado no termo de referência, para atender às demandas e necessidades da Câmara Municipal de Matões/MA, Processo Administrativo nº 008/2023. Amparo legal: Lei 14.133/21, Art. 75, inciso II, comunica ainda, que o processo encontra-se com vistas no prazo estabelecido na legislação, e que será publicado na imprensa oficial, em obediência ao artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011. VALOR GLOBAL CONTRATADO: R$ 57.205,20 (cinquenta e sete mil, duzentos e cinco reais, e vinte centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fonte do Recurso: 0101 – Câmara Municipal de Matões do Maranhão; Função Programática: 01.031.0001.2001 – Manutenção da Câmara Municipal; Elemento da Despesa: 3.3.90.30 – Materiais de Consumo, em favor do licitante: DISTRIBUIDORA E SERVIÇO VILANOVA LTDA LTDA, CNPJ: 19.083.170/0001-05. Matões do Maranhão, em 28 de março de 2023. Raimundo de Moura Silva Junior, Agente de Contratações/Presidente da CPL da Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA.

Proc. 94
Fls.
Rub.

AVISO DA HOMOLOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2023

A Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da homologação da Inexigibilidade de Licitação nº 001/2023, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de assessoria contábil, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Matões/MA, durante o ano de 2023, Processo Administrativo nº 001/2023. Amparo legal: Lei 8.666/93, Art. 25, inciso II, comunica ainda, que o processo encontra-se com vistas no prazo estabelecido na legislação, e que será publicado na imprensa oficial, em obediência ao artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fonte do Recurso: 0101 – Câmara Municipal de Matões do Maranhão; Função Programática: 01.031.0001.2001 – Manutenção da Câmara Municipal; Elemento da Despesa: 3.3.90.35 – Serviços de Consultoria. VALOR GLOBAL CONTRATADO: R$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais), em favor do licitante: R G RIBEIRO LINDOSO - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 21.238.725/0001-92. Matões do Maranhão, em 06 de janeiro de 2023. Thyago Brito, Presidente da Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA.

AVISO DA HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2023

A Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da homologação da Dispensa de Licitação nº 001/2023, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de licença e cessão de direito de uso de software integrado (portal da transparência) para cumprimento da lei de acesso a informação para a gestão pública municipal da Câmara de Matões/MA, Processo

ICP Brasil Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

QUARTA-FEIRA, 03 DE MAIO DE 2023 LEGISLATIVO VOL. 03, Nº 0432 – PÁGINAS: 08

DIÁRIO OFICIAL

Folha (s) Nº
Assinatura

Administrativo nº 002/2023. Amparo legal: Lei 8.666/93, Art. 24, inciso II, comunica ainda, que o processo encontra-se com vistas no prazo estabelecido na legislação, e que será publicado na imprensa oficial, em obediência ao artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011. VALOR GLOBAL CONTRATADO: R$ 16.800,00 (dezesseis mil e oitocentos reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fonte do Recurso: 0101 – Câmara Municipal de Matões do Maranhão; Função Programática: 01.031.0001.2001.0000 – Manutenção da Câmara Municipal; Elemento da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros, Pessoa Jurídica, em favor do licitante: J W CARNEIRO LOPES, CNPJ nº 08.409.569/0001-17. Matões do Maranhão, em 05 de janeiro de 2023. Thyago Brito, Presidente da Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA.

AVISO DA HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2023

A Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da homologação da Dispensa de Licitação nº 002/2023, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para locação de software de sistemas integrados para uso da contabilidade, para a gestão pública municipal da Câmara de Matões/MA, Processo Administrativo nº 003/2023. Amparo legal: Lei 8.666/93, Art. 24, inciso II, comunica ainda, que o processo encontra-se com vistas no prazo estabelecido na legislação, e que será publicado na imprensa oficial, em obediência ao artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fonte do Recurso: 0101 – Câmara Municipal de Matões do Maranhão; Função Programática: 01.031.0001.2001.0000 – Manutenção da Câmara Municipal; Elemento da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros, Pessoa Jurídica. VALOR GLOBAL CONTRATADO: R$ 8.028,00 (oito mil e vinte e oito reais), em favor do licitante: A D T R SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA, CNPJ: 17.422.433/0001-38. Matões do Maranhão, em 06 de janeiro de 2023. Thyago Brito, Presidente da Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA.

AVISO DA HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2023

A Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da homologação da Dispensa de Licitação nº 004/2023, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de consultoria e assessoria em licitações, compras e contratos administrativos, para atender às demandas e necessidades da Câmara Municipal de Matões do Maranhão, Processo Administrativo nº 008/2023. Amparo legal: Lei 14.333/21, Art. 75, inciso II, comunica ainda, que o processo encontra-se com vistas no prazo estabelecido na legislação, e que será publicado na imprensa oficial, em obediência ao artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fonte do Recurso: 0101 – Câmara Municipal de Matões do Maranhão; Função Programática: 01.031.0001.2001 – Manutenção da Câmara Municipal; Elemento da Despesa: 3.3.90.35 – Serviços de Consultoria. VALOR MENSAL CONTRATADO: R$ 4.700,00 (quatro mil e setecentos reais), em favor do licitante: L C S JUNIOR SÁ CONSULTORIA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 42.746.199/0001-41. Matões do Maranhão, em 06 de janeiro de 2023. Thyago Brito, Presidente da Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA.

AVISO DA HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2023

A Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da homologação da Dispensa de Licitação nº 005/2023, cujo objeto é a Contratação empresa especializada para a prestação de serviços de assistência técnica para manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de informática, com finalidade de suprir as necessidades da Câmara Municipal de Matões/MA, Processo Administrativo nº 006/2023. Amparo legal: Lei 14.333/21, Art. 75, inciso II, comunica ainda, que o processo encontra-se com vistas no prazo estabelecido na legislação, e que será publicado na imprensa oficial, em obediência ao artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011. VALOR GLOBAL CONTRATADO: R$ 29.400,00 (vinte e nove mil e quatrocentos reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fonte do Recurso: 0101 – Câmara Municipal de Matões do Maranhão; Função Programática: 01.031.0001.2001 – Manutenção da Câmara Municipal; Elemento da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros (PJ), em favor do licitante: DISTRIBUIDORA E SERVIÇO VILANOVA LTDA LTDA, CNPJ: 19.083.170/0001-05. Matões do Maranhão, em 15 de março de 2023. Thyago Brito, Presidente da Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA.

AVISO DA HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2023

A Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da homologação da Dispensa de Licitação nº 006/2023, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada em fornecimento e instalação de equipamentos para a captação de energia solar, com finalidade de gerar uma economia futura nas despesas com energia elétrica desta Câmara Municipal de Matões/MA, Processo Administrativo nº 007/2023. Amparo legal: Lei 14.333/21, Art. 75, inciso II, comunica ainda, que o processo encontra-se com vistas no prazo estabelecido na legislação, e que será publicado na imprensa oficial, em obediência ao artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011. VALOR GLOBAL CONTRATADO: R$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fonte do Recurso: 0101 – Câmara Municipal de Matões do Maranhão; Função Programática: 01.031.0001.1001.0000 - Reforma e Ampliação do prédio da Câmara Municipal; Elemento da Despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações, em favor do licitante: NORTH ENERGIA SOLAR - ME, CNPJ nº 42.746.199/0001-41. Matões do Maranhão, em 22 de março de 2023. Thyago Brito, Presidente da Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA.

Proc. 68
Fls. 95
Rub.

AVISO DA HOMOLOGAÇÃO

Dispensa de Licitação nº 007/2023. A Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da homologação da Dispensa de Licitação nº 007/2023, cujo objeto é a Contratação empresa especializada em fornecimento de materiais de limpeza, materiais de expediente e gêneros alimentícios, conforme apresentado e especificado no termo de referência, para atender às demandas e necessidades da Câmara Municipal de Matões/MA, Processo Administrativo nº 008/2023. Amparo legal: Lei 14.333/21, Art. 75, inciso II, comunica ainda, que o processo encontra-se com vistas no prazo estabelecido na legislação, e que será publicado na imprensa oficial, em obediência ao artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011. VALOR GLOBAL CONTRATADO: R$ 57.205,20 (cinquenta e sete mil, duzentos e cinco reais, e vinte

ICP Brasil Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Proc. 68
Fls.
Rub.

Folha (s) Nº
Assinatura

centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fonte do Recurso: 0101 – Câmara Municipal de Matões do Maranhão; Função Programática: 01.031.0001.2001 – Manutenção da Câmara Municipal; Elemento da Despesa: 3.3.90.30 – Materiais de Consumo, em favor do licitante: DISTRIBUIDORA E SERVIÇO VILANOVA LTDA LTDA, CNPJ: 19.083.170/0001-05. Matões do Maranhão, em 29 de março de 2023. Thyago Brito, Presidente da Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 01.561.004/2023. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2023

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para confecção de material de gráfico para a Câmara Municipal de Matões durante o ano de 2023. **Srº. THYAGO MORAIS DE BRITO**, Presidente da Câmara Municipal de Matões -MA, no uso das suas atribuições legais e em conformidade com a lei Orgânica deste Município, cumulado com o regimento interno desta Augusta casa parlamentar e com fundamentação no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº. 14.133/2021. **ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.** Declaro como dispensável a licitação, com fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, **HOMOLOGO** o presente termo de dispensa de licitação, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, na forma do Art. 75, II, da Lei 14.133/2021, constante do presente processo administrativo para confecção de materiais gráficos, para a Câmara Municipal durante o ano de 2022. A empresa contratada é KENNEDY O DE SOUSA ME, devidamente registrado no Cadastro de Nacional de Pessoa Jurídico com nº 03.861.181/0001-39, e a Contratante é a Câmara Municipal de Matões -MA, perfazendo um valor global de **R$ 35.325,00 (Trinta e cinco mil e trezentos e vinte e cinco reais)**. Acolho o Parecer da Assessoria Jurídica da Câmara Municipal de Matões e encontrando-se o processo regularmente instruído na forma da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, **RATIFICO** a mencionada declaração de dispensa de licitação ficando, pois, autorizada a contratação. E autorizo o empenho da despesa, no valor de **R$ 35.325,00 (Trinta e cinco mil e trezentos e vinte e cinco reais),** em favor da empresa KENNEDY O DE SOUSA ME, cujo pagamento far-se-á de acordo com cláusulas contratuais. Para eficácia desta ratificação determino que Publique-se na forma da lei – Matões (MA), 26 de janeiro de 2023 – Thyago Morais de Brito – **Presidente da Câmara Municipal de Matões.**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2023. REF.: PROCESSO Nº 001/2023, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 001/2023

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE MATÕES DO MARANHÃO/MA, CNPJ nº 01.561.963/0001-27, e do outro lado como CONTRATADA: (Razão social) R G RIBEIRO LINDOSO - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 21.238.725/0001-92. OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de assessoria contábil, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Matões/MA, durante o ano de 2023. VIGÊNCIA DO CONTRATO: iniciar-se-á na data de sua assinatura, depois da publicação do seu resumo na impressa oficial, em obediência ao artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis e terá vigência até 31 de dezembro de 2023. VALOR GLOBAL CONTRATADO: R$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fonte do Recurso: 0101 – Câmara Municipal de Matões do Maranhão; Função Programática: 01.031.0001.2001 – Manutenção da Câmara Municipal; Elemento da Despesa: 3.3.90.35 – Serviços de Consultoria. Signatários: Sr. Thyago Brito, Presidente da Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA; e Rafael George Ribeiro Lindoso, CPF nº 663.462.153-53, Representante da contratada. Matões do Maranhão, em 7 de janeiro de 2023.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 002/2023. REF.: PROCESSO Nº 002/2023, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 001/2023

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE MATÕES DO MARANHÃO/MA, CNPJ nº 01.561.963/0001-27, e do outro lado como CONTRATADA: (Razão social) J W CARNEIRO LOPES, CNPJ nº 08.409.569/0001-17. OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de licença e cessão de direito de uso de software integrado (portal da transparência) para cumprimento da lei de acesso a informação para a gestão pública municipal da Câmara de Matões/MA. VIGÊNCIA DO CONTRATO: iniciar-se-á na data de sua assinatura, depois da publicação do seu resumo na impressa oficial, em obediência ao artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis e terá vigência até 31 de dezembro de 2023. VALOR GLOBAL CONTRATADO: R$ 16.800,00 (dezesseis mil e oitocentos reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fonte do Recurso: 0101 – Câmara Municipal de Matões do Maranhão; Função Programática: 01.031.0001.2001.0000 – Manutenção da Câmara Municipal; Elemento da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros, Pessoa Jurídica. Signatários: Sr. Thyago Brito, Presidente da Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA; e José Walber Cameiro Lopes, CPF nº 508.894.273-72, Representante da contratada. Matões do Maranhão, em 06 de janeiro de 2023.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 003/2023. REF.: PROCESSO Nº 003/2023, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 002/2023

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE MATÕES DO MARANHÃO/MA, CNPJ nº 01.561.963/0001-27, e do outro lado como CONTRATADA: (Razão social) A D T R SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA, CNPJ: 17.422.433/0001-38. OBJETO: Contratação de empresa especializada para locação de software de sistemas integrados para uso da contabilidade, para a gestão pública municipal da Câmara de Matões/MA. VIGÊNCIA DO CONTRATO: iniciar-se-á na data de sua assinatura, depois da publicação do seu resumo na impressa oficial, em obediência ao artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis e terá vigência até 31 de dezembro de 2023. VALOR GLOBAL CONTRATADO: R$ 8.028,00 (oito mil e vinte e oito reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fonte do Recurso: 0101 – Câmara Municipal de Matões do Maranhão; Função Programática: 01.031.0001.2001.0000 – Manutenção da Câmara Municipal; Elemento da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros, Pessoa Jurídica. Signatários: Sr. Thyago Brito, Presidente da Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA; e THAIANE MARIA ARAUJO BARROSO, CPF nº 008.564.563-06, Representante da contratada. Matões do Maranhão, em 7 de janeiro de 2023.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 005/2023. REF.: PROCESSO Nº 005/2023, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 004/2023

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE MATÕES DO MARANHÃO/MA, CNPJ nº 01.561.963/0001-27, e do outro lado como CONTRATADA: (Razão social) L C S JUNIOR SÁ CONSULTORIA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 42.746.199/0001-41. OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de consultoria e assessoria em licitações, compras e contratos administrativos, para atender às demandas e necessidades da Câmara Municipal de Matões do Maranhão.

ICP Brasil *Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil*

AVISO DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 117/2023-CSL/EMSERH PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 29.447/2023 - EMSERH OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de **materiais médico-hospitalares (compressas de gazes),** para atender as necessidades das unidades hospitalares administradas pela **Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares – EMSERH. CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO POR LOTE. **DATA DA ABERTURA:** às **09h00min** do dia **02/06/2023**, horário de Brasília/DF. **ID [999961] LOCAL DE REALIZAÇÃO:** Sistema *Licitações-e: **www.licitacoes-e.com.br**. Edital* e demais informações estão disponíveis no site da EMSERH (**www.emserh.ma.gov.br**). Informações adicionais serão prestadas na CSL/EMSERH localizada, na Av. Borborema, Qd-16, nº 25, Bairro do Calhau, São Luís/MA, pelos e-mails **csl.emserh.ma@gmail.com**, e/ou **laurocsl8@gmail.com** ou pelo **Telefone (98) 3235-7333**. São Luís (MA), 04 de maio de 2023. ***Lauro César Costa*** *Agente de Licitação da CSL/EMSERH* Matrícula nº 528.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO - JUCEMA

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 001/2023-CSL/JUCEMA, REFERENTE AO **PROCESSO Nº 00411173/2023- JUCEMA. CONTRATO 003/2022 – CSL/JUCEMA**, CONTRATANTE: JUNTA COMERCIAL DO MARANHAO, CNPJ 05.289.160/0001-16, REPRESENTANTE DA CONTRATANTE: SERGIO SILVA SOMBRA, CPF: 215.360.403-63. CONTRATADA: **BABAÇU VIAGENS E TURISMO LTDA.**, CNPJ nº 11.319.217/0001-85, REPRESENTANTE DA CONTRATADA: **AMADEU ARAÚJO LISBOA JÚNIOR**, CPF: 177.338.203-91. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de serviços de agenciamento de passagens aéreas nacionais, compreendendo serviços de emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento com fornecimento do bilhete eletrônico para atender às necessidades dos servidores da JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO – JUCEMA. **VIGÊNCIA:** A vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitado a sua duração a 60 (sessenta) meses, com fulcro no artigo 57, inciso II, da Lei no 8.666, de 1993. **VALOR GLOBAL:** O valor total estimado para o contrato é de R$ 70.000,00 (setenta mil reais), sendo aplicado o desconto de 5,00% (cinco por cento), sobre o total da passagem (passagem aérea + Taxa DU), levando-se em conta os preços efetivamente praticados pelas concessionárias, inclusive aquelas promocionais, excluindo-se apenas o valor da taxa de embarque. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária: 23201; Programa: 0122 – Registro de atividades Mercantis; Ação: 4450 - Gestão do Programa; Subação: 0843 – Passagens aéreas; Natureza da Despesa: 339099; Fonte de Recurso: 0501. **MODALIDADE DE LICITAÇÃO:** MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014 e Lei complementar nº 155, de 27 de outubro de 2016, Lei Estadual nº. 10.403 de 29 de dezembro de 2015, aplicando subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/1993 e demais normas regulamentares pertinentes à espécie. DATA DE **ASSINATURA DO CONTRATO:** 04/05/2023. RESPONSÁVEL PELA RESENHA: Dayana Jéssica de Sousa Sá – Presidente da CSL/JUCEMA.

HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO 002/2023-CSL/JUCEMA. Homologo o Pregão Eletrônico nº 002/ 2023 – CSL/JUCEMA, **Processo Administrativo nº 10003/2023**, cuja **Contratação de empresa especializada para aquisição de material de consumo e expediente, cujos quantitativos, especificações mínimas dos materiais e demais condições estão descritas no Termo de Referência**, com base na Adjudicação da Pregoeira designado pela Portaria nº 202 de 05 de janeiro de 2023 e amparo Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014 e Lei complementar nº 155, de 27 de outubro de 2016, Lei Estadual nº. 10.403 de 29 de dezembro de 2015, aplicando subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/1993 e demais normas regulamentares pertinentes à espécie, para a empresa ***LOTE 1: PREMIER COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA***, CNPJ nº 45.249.840/0001-20, no valor global de **R$ 13.900,00** (treze mil e novecentos reais); **LOTE 3: PREMIER COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA**, CNPJ nº 45.249.840/0001-20, no valor global de R$ 4.700,00 (quatro mil e setecentos reais). São Luís (MA), 03 de maio de 2023. **SERGIO SILVA SOMBRA** – *Presidente da JUCEMA-AE.*

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA - MA

ESTADO DO MARANHÃO CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA (MA) ADJUDICAÇÃO MODALIDADE Pregão Presencial nº 002/2023 – CPL *OBJETO: Aquisição de motocicleta para atender as necessidades da Câmara Municipal de João Lisboa (MA).* AMPARO LEGAL Lei nº 10.520/02 PRAZO DE EXECUÇÃO: O objeto deverá ser executado imediatamente, a partir do recebimento da "**Ordem de fornecimento**" expedida pela Câmara Municipal de João Lisboa (MA). VALOR TOTAL R$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais). *Em decorrência do processo de licitação acima individuado, com escora na Lei nº 8.666/93, adjudico o objeto a empresa* **M C S COMERCIO E SERVIÇOS LTDA.** João Lisboa (MA), 24 de abril de 2023. **JOÃO MARCOS RODRIGUES SILVA – PREGOEIRO.**

ESTADO DO MARANHÃO CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA (MA) HOMOLOGAÇÃO MODALIDADE Pregão Presencial nº 002/2023 – CPL OBJETO: Aquisição de motocicleta para atender as necessidades da Câmara Municipal de João Lisboa (MA). AMPARO LEGAL Lei nº 10.520/02 PRAZO DE EXECUÇÃO: O objeto deverá ser executado imediatamente, a partir do recebimento da "**Ordem de fornecimento**" expedida pela Câmara Municipal de João Lisboa (MA). VALOR TOTAL R$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais). Em decorrência do processo de licitação acima individuado, com escora na Lei nº 8.666/93, homologo o objeto a empresa **M C S COMERCIO E SERVIÇOS LTDA.** João Lisboa (MA), 25 de abril de 2023. **RONNIE VON LUÍS RODRIGUES – PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.**

CÂMARA MUNICIPAL DE MATÕES DO MARANHÃO

Aviso de Adjudicação da Inexigibilidade de Licitação nº 001/2023 A Comissão de Contratação da Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da Adjudicação da Inexigibilidade de Licitação nº 001/2023, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de assessoria contábil, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Matões/MA, durante o ano de 2023, Processo Administrativo nº 001/2023. Amparo legal: Lei 8.666/93, Art. 25, inciso II, comunica ainda, que o processo encontra-se com vistas no prazo estabelecido na legislação, e que será publicado na imprensa oficial, em obediência ao artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fonte do Recurso: 0101 – Câmara Municipal de Matões do Maranhão; Função Programática: 01.031.0001.2001 – Manutenção da Câmara Municipal; Elemento da Despesa: 3.3.90.35 – Serviços de Consultoria. VALOR GLOBAL CONTRATADO: R$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais), em favor do licitante: R G RIBEIRO LINDOSO - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 21.238.725/0001-92. Matões do Maranhão, em 05 de janeiro de 2023. Raimundo de Moura Silva Junior, Membro da CPL da Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA.

Aviso de Adjudicação da Dispensa de Licitação nº 001/2023 A Comissão de Contratação da Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da Adjudicação da Dispensa de Licitação nº 001/2023, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços

Proc. 068
Fls. 97
Rub.

Folha (s) Nº

Assinatura

de licença e cessão de direito de uso de software integrado (portal da transparência) para cumprimento da lei de acesso a informação para a gestão pública municipal da Câmara de Matões/MA, Processo Administrativo nº 002/2023. Amparo legal: Lei 8.666/93, Art. 24, inciso II, comunica ainda, que o processo encontra-se com vistas no prazo estabelecido na legislação, e que será publicado na imprensa oficial, em obediência ao artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011. VALOR GLOBAL CONTRATADO: R$ 16.800,00 (dezesseis mil e oitocentos reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fonte do Recurso: 0101 – Câmara Municipal de Matões do Maranhão; Função Programática: 01.031.0001.2001.0000 – Manutenção da Câmara Municipal; Elemento da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros, Pessoa Juridica, em favor do licitante: J W CARNEIRO LOPES, CNPJ nº 08.409.569/0001-17. Matões do Maranhão, em 04 de janeiro de 2023. Raimundo de Moura Silva Junior, Membro da CPL da Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA.

Aviso de Adjudicação da Dispensa de Licitação nº 002/2023 A Comissão de Contratação da Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da Adjudicação da Dispensa de Licitação nº 002/2023, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para locação de software de sistemas integrados para uso da contabilidade, para a gestão pública municipal da Câmara de Matões/MA, Processo Administrativo nº 003/2023. Amparo legal: Lei 8.666/93, Art. 24, inciso II, comunica ainda, que o processo encontra-se com vistas no prazo estabelecido na legislação, e que será publicado na imprensa oficial, em obediência ao artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fonte do Recurso: 0101 – Câmara Municipal de Matões do Maranhão; Função Programática: 01.031.0001.2001.0000 – Manutenção da Câmara Municipal; Elemento da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros, Pessoa Jurídica. VALOR GLOBAL CONTRATADO: R$ 8.028,00 (oito mil e vinte e oito reais), em favor do licitante: A D T R SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA, CNPJ: 17.422.433/0001-38. Matões do Maranhão, em 05 de janeiro de 2023. Raimundo de Moura Silva Junior, Membro da CPL da Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA.

Aviso de Adjudicação da Dispensa de Licitação nº 004/2023 A Comissão de Contratação da Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da Adjudicação da Dispensa de Licitação nº 004/2023, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de consultoria e assessoria em licitações, compras e contratos administrativos, para atender às demandas e necessidades da Câmara Municipal de Matões do Maranhão, Processo Administrativo nº 005/2023. Amparo legal: Lei 14.133/21, Art. 75, inciso II, comunica ainda, que o processo encontra-se com vistas no prazo estabelecido na legislação, e que será publicado na imprensa oficial, em obediência ao artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fonte do Recurso: 0101 – Câmara Municipal de Matões do Maranhão; Função Programática: 01.031.0001.2001 – Manutenção da Câmara Municipal; Elemento da Despesa: 3.3.90.35 – Serviços de Consultoria. VALOR MENSAL CONTRATADO: R$ 4.700,00 (quatro mil e setecentos reais), em favor do licitante: L C S JUNIOR SÁ CONSULTORIA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 42.746.199/0001-41. Matões do Maranhão, em 05 de janeiro de 2023. Selma Nayra de Oliveira Carvalho, Agente de Contratações/Presidente da CPL da Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA.

Aviso de Adjudicação da Dispensa de Licitação nº 005/2023 A Comissão de Contratação da Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da Adjudicação da Dispensa de Licitação nº 005/2023, cujo objeto é a Contratação empresa especializada para a prestação de serviços de assistência técnica para manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de informática, com finalidade de suprir as necessidades da Câmara Municipal de Matões/MA, Processo Administrativo nº 006/2023. Amparo legal: Lei 14.133/21, Art. 75, inciso II, comunica ainda, que o processo encontra-se com vistas no prazo estabelecido na legislação, e que será publicado na imprensa oficial, em obediência ao artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011. VALOR GLOBAL CONTRATADO: R$ 29.400,00 (vinte e nove mil e quatrocentos reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fonte do Recurso: 0101 – Câmara Municipal de Matões do Maranhão; Função Programática: 01.031.0001.2001 – Manutenção da Câmara Municipal; Elemento da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros (PJ), em favor do licitante: DISTRIBUIDORA E SERVIÇO VILANOVA LTDA LTDA, CNPJ: 19.083.170/0001-05. Matões do Maranhão, em 14 de março de 2023. Raimundo de Moura Silva Junior, Agente de Contratações/Presidente da CPL da Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA.

Aviso de Adjudicação da Dispensa de Licitação nº 006/2023 A Comissão de Contratação da Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da Adjudicação da Dispensa de Licitação nº 006/2023, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada em fornecimento e instalação de equipamentos para a captação de energia solar, com finalidade de gerar uma economia futura nas despesas com energia elétrica desta Câmara Municipal de Matões/MA, Processo Administrativo nº 007/2023. Amparo legal: Lei 14.133/21, Art. 75, inciso II, comunica ainda, que o processo encontra-se com vistas no prazo estabelecido na legislação, e que será publicado na imprensa oficial, em obediência ao artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011. VALOR GLOBAL CONTRATADO: R$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fonte do Recurso: 0101 – Câmara Municipal de Matões do Maranhão; Função Programática: 01.031.0001.1001.0000 - Reforma e Ampliação do prédio da Câmara Municipal; Elemento da Despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações, em favor do licitante: NORTH ENERGIA SOLAR - ME, CNPJ nº 42.746.199/0001-41. Matões do Maranhão, em 22 de março de 2023. Raimundo de Moura Silva Junior, Agente de Contratações/Presidente da CPL da Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA.

Aviso de Adjudicação Dispensa de Licitação nº 007/2023. A Comissão de Contratação da Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da Adjudicação da Dispensa de Licitação nº 007/2023, cujo objeto é a Contratação empresa especializada em fornecimento de materiais de limpeza, materiais de expediente e gêneros alimenticios, conforme apresentado e especificado no termo de referência, para atender às demandas e necessidades da Câmara Municipal de Matões/MA, Processo Administrativo nº 008/2023. Amparo legal: Lei 14.133/21, Art. 75, inciso II, comunica ainda, que o processo encontra-se com vistas no prazo estabelecido na legislação, e que será publicado na imprensa oficial, em obediência ao artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011. VALOR GLOBAL CONTRATADO: R$ 57.205,20 (cinquenta e sete mil, duzentos e cinco reais, e vinte centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fonte do Recurso: 0101 – Câmara Municipal de Matões do Maranhão; Função Programática: 01.031.0001.2001 – Manutenção da Câmara Municipal; Elemento da Despesa: 3.3.90.30 – Materiais de Consumo, em favor do licitante: DISTRIBUIDORA E SERVIÇO VILANOVA LTDA LTDA, CNPJ: 19.083.170/0001-05. Matões do Maranhão, em 28 de março de 2023. Raimundo de Moura Silva Junior, Agente de Contratações/Presidente da CPL da Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA.

Aviso da Homologação da Inexigibilidade a de Licitação nº 001/2023 A Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da homologação da Inexigibilidade de Licitação nº 001/2023, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de assessoria contábil, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Matões/MA, durante o ano de 2023, Processo Administrativo nº 001/2023. Amparo legal: Lei 8.666/93, Art. 25, inciso II, comunica ainda, que

Proc. 02
Fls. 98
Rub.

Folha (s) nº
Assinatura

o processo encontra-se com vistas no prazo estabelecido na legislação, e que será publicado na imprensa oficial, em obediência ao artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fonte do Recurso: 0101 – Câmara Municipal de Matões do Maranhão; Função Programática: 01.031.0001.2001 – Manutenção da Câmara Municipal; Elemento da Despesa: 3.3.90.35 – Serviços de Consultoria. VALOR GLOBAL CONTRATADO: R$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais), em favor do licitante: R G RIBEIRO LINDOSO - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 21.238.725/0001-92. Matões do Maranhão, em 06 de janeiro de 2023. Thyago Brito, Presidente da Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA.

Aviso da Homologação da Dispensa de Licitação nº 001/2023 A Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da homologação da Dispensa de Licitação nº 001/2023, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de licença e cessão de direito de uso de software integrado (portal da transparência) para cumprimento da lei de acesso a informação para a gestão pública municipal da Câmara de Matões/MA, Processo Administrativo nº 002/2023. Amparo legal: Lei 8.666/93, Art. 24, inciso II, comunica ainda, que o processo encontra-se com vistas no prazo estabelecido na legislação, e que será publicado na imprensa oficial, em obediência ao artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011. VALOR GLOBAL CONTRATADO: R$ 16.800,00 (dezesseis mil e oitocentos reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fonte do Recurso: 0101 – Câmara Municipal de Matões do Maranhão; Função Programática: 01.031.0001.2001.0000 – Manutenção da Câmara Municipal; Elemento da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros, Pessoa Jurídica, em favor do licitante: J W CARNEIRO LOPES, CNPJ nº 08.409.569/0001-17. Matões do Maranhão, em 05 de janeiro de 2023. Thyago Brito, Presidente da Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA.

Aviso da Homologação da Dispensa de Licitação nº 002/2023 A Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da homologação da Dispensa de Licitação nº 002/2023, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para locação de software de sistemas integrados para uso da contabilidade, para a gestão pública municipal da Câmara de Matões/MA, Processo Administrativo nº 003/2023. Amparo legal: Lei 8.666/93, Art. 24, inciso II, comunica ainda, que o processo encontra-se com vistas no prazo estabelecido na legislação, e que será publicado na imprensa oficial, em obediência ao artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fonte do Recurso: 0101 – Câmara Municipal de Matões do Maranhão; Função Programática: 01.031.0001.2001.0000 – Manutenção da Câmara Municipal; Elemento da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros, Pessoa Jurídica. VALOR GLOBAL CONTRATADO: R$ 8.028,00 (oito mil e vinte e oito reais), em favor do licitante: A D T R SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA, CNPJ: 17.422.433/0001-38. Matões do Maranhão, em 06 de janeiro de 2023. Thyago Brito, Presidente da Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA.

Aviso da Homologação da Dispensa de Licitação nº 004/2023 A Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da homologação da Dispensa de Licitação nº 004/2023, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de consultoria e assessoria em licitações, compras e contratos administrativos, para atender às demandas e necessidades da Câmara Municipal de Matões do Maranhão, Processo Administrativo nº 008/2023. Amparo legal: Lei 14.333/21, Art. 75, inciso II, comunica ainda, que o processo encontra-se com vistas no prazo estabelecido na legislação, e que será publicado na imprensa oficial, em obediência ao artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fonte do Recurso: 0101 – Câmara Municipal de Matões do Maranhão; Função Programática: 01.031.0001.2001 – Manutenção da Câmara Municipal; Elemento da Despesa: 3.3.90.35 – Serviços de Consultoria. VALOR MENSAL CONTRATADO: R$ 4.700,00 (quatro mil e setecentos reais), em favor do licitante: L C S JUNIOR SÁ CONSULTORIA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 42.746.199/0001-41. Matões do Maranhão, em 06 de janeiro de 2023. Thyago Brito, Presidente da Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA.

Aviso da Homologação da Dispensa de Licitação nº 005/2023 A Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da homologação da Dispensa de Licitação nº 005/2023, cujo objeto é a Contratação empresa especializada para a prestação de serviços de assistência técnica para manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de informática, com finalidade de suprir as necessidades da Câmara Municipal de Matões/MA, Processo Administrativo nº 006/2023. Amparo legal: Lei 14.333/21, Art. 75, inciso II, comunica ainda, que o processo encontra-se com vistas no prazo estabelecido na legislação, e que será publicado na imprensa oficial, em obediência ao artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011. VALOR GLOBAL CONTRATADO: R$ 29.400,00 (vinte e nove mil e quatrocentos reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fonte do Recurso: 0101 – Câmara Municipal de Matões do Maranhão; Função Programática: 01.031.0001.2001 – Manutenção da Câmara Municipal; Elemento da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros (PJ), em favor do licitante: DISTRIBUIDORA E SERVIÇO VILANOVA LTDA LTDA, CNPJ: 19.083.170/0001-05. Matões do Maranhão, em 15 de março de 2023. Thyago Brito, Presidente da Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA.

Aviso da Homologação da Dispensa de Licitação nº 006/2023 A Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da homologação da Dispensa de Licitação nº 006/2023, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada em fornecimento e instalação de equipamentos para a captação de energia solar, com finalidade de gerar uma economia futura nas despesas com energia elétrica desta Câmara Municipal de Matões/MA, Processo Administrativo nº 007/2023. Amparo legal: Lei 14.333/21, Art. 75, inciso II, comunica ainda, que o processo encontra-se com vistas no prazo estabelecido na legislação, e que será publicado na imprensa oficial, em obediência ao artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011. VALOR GLOBAL CONTRATADO: R$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fonte do Recurso: 0101 – Câmara Municipal de Matões do Maranhão; Função Programática: 01.031.0001.1001.0000 - Reforma e Ampliação do prédio da Câmara Municipal; Elemento da Despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações, em favor do licitante: NORTH ENERGIA SOLAR - ME, CNPJ nº 42.746.199/0001-41. Matões do Maranhão, em 22 de março de 2023. Thyago Brito, Presidente da Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA.

Aviso da Homologação Dispensa de Licitação nº 007/2023. A Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da homologação da Dispensa de Licitação nº 007/2023, cujo objeto é a Contratação empresa especializada em fornecimento de materiais de limpeza, materiais de expediente e gêneros alimentícios, conforme apresentado e especificado no termo de referência, para atender às demandas e necessidades da Câmara Municipal de Matões/MA, Processo Administrativo nº 008/2023. Amparo legal: Lei 14.333/21, Art. 75, inciso II, comunica ainda, que o processo encontra-se com vistas no prazo estabelecido na legislação, e que será publicado na imprensa oficial, em obediência ao artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011. VALOR GLOBAL CONTRATADO: R$ 57.205,20 (cinquenta e sete mil, duzentos e cinco reais, e vinte centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fonte do Recurso: 0101 – Câmara Municipal de Matões do Maranhão; Função Programática: 01.031.0001.2001 – Manutenção da Câmara Municipal; Elemento da Despesa: 3.3.90.30 – Materiais de Consumo, em favor do licitante: DISTRIBUIDORA E SERVIÇO VILANOVA LTDA LTDA, CNPJ: 19.083.170/0001-05. Matões do Maranhão, em 29 de março de 2023. Thyago Brito, Presidente da Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA.

Proc. 08
Fls. 94
Rub.

Folha (s) nº
Assinatura

Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 175.745.628-73. **Objeto**: contratação de empresa especializada para os serviços de consultoria e suporte técnico de implantação da solução do Building Information Modelling - *BIM*, visando assessoria no planejamento da execução da obra e no recebimento dos projetos básicos e executivos para dois Projetos Pilotos, localizados no Porto do Itaqui em São Luís – MA. **Valor:** R$ 68.355,20 (sessenta e oito mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e vinte centavos). **Vigência:** 14 (quatorze) meses a partir da data de sua assinatura. **Dotação Orçamentária**: disponibilidade financeira e orçamentária no orçamento Geral da EMAP - para os exercícios financeiros – 2023/2024 – fonte 227 – recursos das empresas estatais – Infraestrutura Portuária – Consultoria em Engenharia. **Modalidade, tipo de licitação e regime de execução**: Lei nº 13.303/2016 (artigo 29, inciso II) e com o Regulamento de Licitações e Contratos da Empresa Maranhense de Administração Portuária (artigo 18, inciso II), e tendo em vista o constante do Processo Administrativo ECM nº 00281/2023, têm entre si justo e avençado o presente contrato, decorrente da Dispensa de Licitação nº 011/2023-EMAP. **Data da Assinatura:** 04/05/2023. **Publique-se**. São Luís, 04 de maio de 2023. **Enviado para publicação por**: Genivaldo Silva Carvalho, Assessor Administrativo IV.

COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO MARANHÃO – CAEMA

EXTRATO DE CONTRATO ***PROCESSO Nº 5110/2022-CAEMA; CONTRATO Nº 016/2023-PRJ; CONTRATANTE: COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO MARANHÃO – CAEMA, C.N.P.J. (MF) N.º 06.274.757/0001-50****, neste ato representada pelo Diretor Presidente,* ***Eng.º MARCOS AURÉLIO ALVES FREITAS****, RG n.º 179.79927, SESP/MA, CPF nº 471.367.153-34, e pelo Diretor de Operação, Manutenção e Atendimento ao Cliente - DO,* **Eng.º ERIONE JOSÉ CAMPELO DO NASCIMENTO, RG** nº 3015508941-SSP/MA, CPF nº 726847713.91, *e a* ***CONTRATADA: ECO SYSTEM - PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE LTDA,*** *inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ(MF) sob o n.º 02.067.846/0001-74, representada por representada por* ***FABRIZIO SCAPPINI,*** *CPF nº 096.945.718-98, RG nº 9.093.589-5.* ***OBJETO:*** *É a Execução dos Serviços de Coleta, Transporte e Ensaios Físicos, Químicos e Microbiológicos dos Afluentes e Efluentes das Estações de Tratamento de Esgotos de São Luís e Interior-MA*, conforme os parâmetros relacionados, em cumprimento a Resolução CONAMA 430/2011 do Ministério do Meio Ambiente; ***VIGÊNCIA:*** *12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato;* ***VALOR: R$*** *470.103,00;* **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** 12206 – **NATUREZA DA DESPESA** 33.90.36.35 Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional – **FONTE DO RECURSO** 3.7.53.218000 Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos – **PROGRAMA DE TRABALHO** *17 512 0552 4965 019422;* ***MODALIDADE:*** *Pregão Eletrônico nº 062/2022 – PRE/CAEMA.* ***BASE LEGAL:*** *Inteligência da Lei Federal nº 10.520/2002, do Decreto nº 5.540/2005, Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas pertinentes à espécie* ***ASSINATURA: 03/05/2023.*** *São Luís/MA, 05 de maio de 2023.***Camila Araújo Martins** Procuradoria Jurídica.

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA - MA

EXTRATO DO CONTRATO CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA CONTRATADO: M C S COMERCIO E SERVIÇOS LTDA. OBJETO: Aquisição de motocicleta para atender as necessidades da Câmara Municipal de João Lisboa (MA). VIGÊNCIA: INÍCIO: 25/04/2023 TÉRMINO: 31/12/2023. VALOR: R$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais). REGÊNCIA: LEI Nº 10.520/02 e LEI Nº 8.666/93 Dotação Orçamentária: 01.031.0001.2-001 – Manutenção das Atividades Legislativas da Câmara Municipal 4.4.90.52.00.00 Equipamentos e Material Permanente. João Lisboa (MA), 25 de abril de 2023. **RONNIE VON LUÍS RODRIGUES – PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.**

CÂMARA MUNICIPAL DE MATÕES DO MARANHÃO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2023. REF.: Processo nº 001 /2023, Inexigibilidade de Licitação nº. 001/2023. CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE MATÕES DO MARANHÃO/MA, CNPJ nº 01.561.963/0001-27, e do outro lado como CONTRATADA: (Razão Social) R G RIBEIRO LINDOSO - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 21.238.725/0001-92. OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de assessoria contábil, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Matões/MA, durante o ano de 2023. VIGÊNCIA DO CONTRATO: iniciar-se-á na data de sua assinatura, depois da publicação do seu resumo na impressa oficial, em obediência ao artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis e terá vigência até 31 de dezembro de 2023. VALOR GLOBAL CONTRATADO: *R$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais).* DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fonte do Recurso: 0101 – Câmara Municipal de Matões do Maranhão; Função Programática: 01.031.0001.2001 – Manutenção da Câmara Municipal; Elemento da Despesa: 3.3.90.35 – Serviços de Consultoria. Signatários: Sr. Thyago Brito, Presidente da Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA; e Rafael George *Ribeiro Lindoso, CPF nº 663.462.153-53, Representante da contratada.* Matões do Maranhão, em 7 de janeiro de 2023.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 002/2023. REF.: Processo nº 002 /2023, Dispensa de Licitação nº. 001/2023. CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE MATÕES DO MARANHÃO/MA, CNPJ nº 01.561.963/0001-27, e do outro lado como CONTRATADA: (Razão Social) J W CARNEIRO LOPES, CNPJ nº 08.409.569/0001-17. OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de licença e cessão de direito de uso de software integrado (portal da transparência) para cumprimento da lei de acesso a informação para a gestão pública municipal da Câmara de Matões/MA. VIGÊNCIA DO CONTRATO: iniciar-se-á na data de sua assinatura, depois da publicação do seu resumo na impressa oficial, em obediência ao artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis e terá vigência até 31 de dezembro de 2023. VALOR GLOBAL CONTRATADO: R$ 16.800,00 (dezesseis mil e oitocentos reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fonte do Recurso: 0101 – Câmara Municipal de Matões do Maranhão; Função Programática: 01.031.0001.2001.0000 – Manutenção da Câmara Municipal; Elemento da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros, Pessoa Jurídica. Signatários: Sr. Thyago Brito, Presidente da Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA; e José Walber Carneiro Lopes, CPF nº 508.894.273-72, Representante da contratada. Matões do Maranhão, em 06 de janeiro de 2023.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 003/2023. REF.: Processo nº 003 /2023, Dispensa de Licitação nº. 002/2023. CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE MATÕES DO MARANHÃO/MA, CNPJ nº 01.561.963/0001-27, e do outro lado como CONTRATADA: (Razão social) A D T R SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA, CNPJ: 17.422.433/0001-38. OBJETO: Contratação de empresa especializada para locação de software de sistemas integrados para uso da contabilidade, para a gestão pública municipal da Câmara de Matões/MA. VIGÊNCIA DO CONTRATO: iniciar-se-á na data de sua assinatura, depois da publicação do seu resumo na impressa oficial, em obediência ao artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis e terá vigência até 31 de dezembro de 2023. VALOR GLOBAL CONTRATADO: R$ 8.028,00 (oito mil e vinte e oito reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fonte do Recurso: 0101 – Câmara Municipal de Matões do Maranhão; Função Programática: 01.031.0001.2001.0000 – Manutenção da Câmara Municipal; Elemento da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros, Pessoa Jurídica. Signatários: Sr. Thyago Brito, Presidente da Câmara Municipal de Matões do Maranhão/MA; e THAIANE MARIA ARAUJO BARROSO, CPF nº 008.564.563-06, Representante da contratada. Matões do Maranhão, em 7 de janeiro de 2023.

Proc. 068
Fls. 108
Rub.

PREFEITURA DE SÃO LUÍS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFSe

Número da Nota
00001533

Data e Hora da Emissão
02/03/2022 15:04:56

Código de Verificação
018C.FE39.2E26.F158.37A4.2EE6.0EDC.8DF3

CERTIFICADO
10202200921140

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Nome / Razão Social: **J. W. CARNEIRO - ME**
CPF / CNPJ: **08.409.569/0001-17** Inscrição Municipal: **58670006**
Endereço: **R QUINZE (RES PINHEIROS) 28 QUADRA:39; - BAIRRO COHAMA - CEP: 65064441**
Município: **SAO LUIS** UF: **MA** Email: **walberlopez@hotmail.com** Telefone: **(98)**

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome / Razão Social: **PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA**
CPF/CNPJ: **01.612.325/0001-98** Inscrição Municipal:
Endereço: **AV AVENIDA PRINCIPAL,01 0 - BAIRRO JARDIM DAS LARANJEIRAS - CEP: 65138000**
Município: **RAPOSA** UF: **MA** Email: **pmraposa_ma@hotmail.com** Telefone: **(98) 32290202**

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Descrição:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PRODUÇÃO E REVISÃO DE LAYOUT (WEB DESIGN) E NAVEGAÇÃO, BEM COMO MANUTENÇÃO DO PORTAL INSTITUCIONAL E PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA, DE INTERESSE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO-SECAP, CONFORME PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2022 E PRESTAÇÃO SERVIÇOS REALIZADOS EM FEVREIRO/2022
DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA:
BANCO ITAU
CÓDIGO BANCO: 341
AGENCIA: 7859
CONTA CORRENTE: 24967-9

Tipo do Item	Item	Quantidade	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
TRIBUTÁVEL	SERVIÇOS DE PRODUÇÃO E REVISÃO DE LAYOUT (WEB DESIGN) E MANUTENÇÃO DO PORTAL	1	4.500,00	4.500,00

Proc. 068
Fls. 101
Rub.

PIS (0,0000%):	COFINS (0,0000%):	INSS (0,0000%):	IR (0,0000%):	CSLL (0,0000%):
R$ 0,00	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**

VALOR TOTAL DA NOTA = R$ 4.500,00

Valor Total Composição:	Valor Total Deduções:	Base Cálculo:	Aliquota:	Valor ISS:
R$ 0,00	**R$ 0,00**	**R$ 4.500,00**	**3,45%**	**R$ 155,25**

OUTRAS INFORMAÇÕES

Descrição NBS:
Local de Incidência Imposto: Estabelecimento do Prestador Tributação: TRIBUTÁVEL S.N Mês de 03/2022
Local de Prestação do: RAPOSA / MA
Recolhimento: PRÓPRIO
Atividade: 620230000 - DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR CUSTOMIZAVEIS
Serviço: 0105 - LICENCIAMENTO OU CESSAO DE DIREITO DE USO DE PROGRAMAS DE COMPUTACAO.

PREFEITURA
RAPOSA
terra: cidadão crescer para todos

RAPOSA MA
Proc.: 068/2022
Fls: 543
Rub.:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SECAP

CONVOCAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

O **Município de Raposa/MA**, através do **Secretário Municipal de Administração e Planejamento**, convoca a empresa **J. W. CARNEIRO LOPES-ME**, CNPJ nº **08.409.569/0001-17**, para a assinatura do **Contrato Administrativo**, objetivando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de **Produção e Revisão de Layout (Web Design) e Navegação, bem como Manutenção do Portal Institucional e Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Raposa**, para atender às necessidades da **Secretaria Municipal de Administração e Planejamento-SECAP**, conforme especificações constantes no **Termo de Referência** em anexo ao Edital.

O Represente Legal dessa empresa deverá comparecer no prazo de até **05 (cinco) dias úteis** (segunda-feira a sexta-feira) e no horário das 08h00min (oito horas) às 12h00min (doze horas) para assinar o **Contrato Administrativo**, contados a partir da data de recebimento desta **Convocação**.

O não comparecimento dentro do prazo e condições estabelecidos neste instrumento, ressalvado o direito a justificativa, decairá à empresa o direito à contratação e contra a mesma serão aplicadas as sanções administrativas e penalidades previstas em lei.

Atenciosamente.

Raposa/MA, 01 de fevereiro de 2022.

GESIEL GOMES BRAZ
Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Ciente em: 01/02/2022.

José Walter Carneiro Lopes

J. W. CARNEIRO LOPES-ME
CNPJ nº **08.409.569/0001-17**

Proc. 068
Fls. 102
Rub.

Contrato Administrativo nº 004/2022-SECAP
Processo Administrativo nº 004/2022
Pregão Presencial nº 002/2022

CONTRATO DE **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE RAPOSA**, POR INTERMÉDIO DA **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO-SECAP**, E, A EMPRESA **J. W. CARNEIRO LOPES-ME**, NA FORMA ABAIXO:

O **MUNICÍPIO DE RAPOSA/MA**, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO-SECAP**, CNPJ nº **01.612.325/0001-98**, sediada na **Avenida dos Pescadores, s/nº, Jardim das Oliveiras. CEP: 65.138-000 - Raposa/MA**, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Secretário Municipal, o Senhor **GESIEL GOMES BRAZ**, brasileiro, casado, RG nº **18515802001-1 - SSP/MA**, CPF nº **431.848.473-49**, residente e domiciliado à **Avenida Brasil, nº 1055, Chácara Brasil, Turu. CEP: 65.066-842 - São Luís/MA**, e, a empresa **J. W. CARNEIRO LOPES-ME**, CNPJ nº **08.409.569/0001-17**, com sede na **Rua Quinze, Quadra nº 39, nº 28, Residencial Pinheiros, Cohama. CEP: 65.064-441 - São Luís/MA**, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Representante Legal, o Senhor **JOSÉ WÁLBER CARNEIRO LOPES**, brasileiro, divorciado, RG nº **016372712001-1 - SSP/MA**, CPF nº **508.894.273-72**, residente e domiciliado à **Rua Sete de Setembro, nº 817, Centro. CEP: 65.670-000 - Paraibano/MA**, têm, entre si, ajustado o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, resultante do **Pregão Presencial nº 002/2022**, formalizada nos autos do **Processo Administrativo nº 004/2022**, com fundamento na Lei Federal nº 10.520/2002; Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e pela Lei Complementar nº 155/2016; Decreto Federal nº 3.555/2000; Decreto Municipal nº 03/2017, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações e demais normas pertinentes à espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Contrato Administrativo tem por objeto a prestação de serviços de **Produção e Revisão de Layout (Web Design) e Navegação, bem como Manutenção do Portal Institucional e Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Raposa**, de interesse da **Secretaria Municipal de Administração e Planejamento-SECAP.**

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

2.1. O CONTRATANTE e a CONTRATADA vinculam-se plenamente ao presente Contrato Administrativo e aos documentos adiante enumerados, colacionados ao **Processo Administrativo nº 004/2022** e que são partes integrantes deste instrumento, independente de transcrição:

Proc. 004
Fls. 103
Rub.

a) Termo de Referência;

b) Edital do **Pregão Presencial nº 002/2022**;

c) Proposta de Preços da CONTRATADA e demais documentos apresentados no procedimento da licitação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

3.1. O presente Contrato Administrativo rege-se pelas seguintes normas:

a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

b) Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho 1993 e suas alterações posteriores;

c) Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014 e pela Lei Complementar nº 155, de 27 de outubro de 2016;

d) Decreto Federal nº 3.555, de 08 de agosto de 2000;

RAPOSA - MA
Proc.: 001/2022
Fl.: 545
Rub.:

e) Decreto Municipal nº 03, de 01 de fevereiro de 2017, que regulamenta a modalidade Pregão Presencial;

f) Instrução Normativa-IN nº 073, de 05 de agosto de 2020, da Secretaria de Gestão-SG, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital-SEDGGD, do Ministério da Economia-ME, enquanto parâmetro de boa prática.

Proc. 068
Fls. 104
Rub.

g) Edital do **Pregão Presencial nº 002/2022** e seus anexos;

h) Demais normas regulamentares aplicáveis à matéria.

3.2. Na interpretação, integração, aplicação ou em casos de divergência entre as disposições deste Contrato Administrativo e as disposições dos documentos que o integram, deverá prevalecer o conteúdo das cláusulas contratuais.

3.3. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/1993 e demais normas pertinentes às licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, em especial a Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

4. CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR TOTAL ESTIMADO

4.1. O valor total estimado deste Contrato Administrativo é de **R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)**, não se obrigando a CONTRATANTE a demandar todos os quantitativos previstos neste instrumento.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	Customização, migração de conteúdo, ativação e treinamento, para servidores, segmentados por área de gerenciamento do PORTAL INSTITUCIONAL e PORTAL DA TRANSPARÊNCIA	Unidade	01	0,00	0,00
02	Licença de Uso, Hospedagem Domínio, Suporte Técnico Mensal - PORTAL INSTITUCIONAL e PORTAL DA TRANSPARÊNCIA	Mês	12	4.500,00	54.000,00
				Valor Total	54.000,00
R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais).					

4.2. No valor acima estão incluídos todas os custos diretos e indiretos, tributos, contribuições, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4.3. O preço permanecerá fixo e irreajustável durante a vigência do presente Contrato Administrativo.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes do presente Contrato Administrativo correrão à conta de recursos específicos, consignados no orçamento da **Secretaria Municipal de Administração e Planejamento-SECAP**, em conformidade com a seguinte dotação orçamentária:

Unidade Orçamentária	02.02.01 - **Secretaria Municipal de Administração e Planejamento**
Função Programática	04.122.0004.2008.000 - Manutenção e Funcionamento da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.
Categoria Econômica	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

6.1. A prestação de serviços de **Produção e Revisão de Layout (Web Design) e Navegação, bem como Manutenção do Portal Institucional e Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Raposa**, possui natureza continua e este Contrato Administrativo estabelece em suas cláusulas todas as condições, obrigações e responsabilidades entre as partes, em conformidade com o Termo de Referência, a Proposta de Preços e o Edital de Licitação.

6.2. O prazo de vigência deste Contrato Administrativo firmado em decorrência desta licitação será de **12 (doze) meses**, contado da data de assinatura, com eficacia após a publicação do seu extrato na imprensa oficial.

6.3. O prazo de vigência do Contrato Administrativo poderá ser prorrogado, mediante Termo Aditivo, até o limite de **60 (sessenta) meses**, com fulcro no artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993.

6.4. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual que objetiva a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, desde que a instrução processual contemple os seguintes requisitos:

a) demonstração de que os serviços tenham sido prestados regularmente, conforme relatório do órgão;

b) justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

c) comprovação de que o valor do Contrato Administrativo permanece economicamente vantajoso para a Administração;

d) manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse da prorrogação;

e) comprovação de que a CONTRATADA mantém as condições iniciais de habilitação.

6.5. A não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência da Administração não gerará à CONTRATADA direito a qualquer espécie de indenização.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.1. Os preços contratados somente poderão ser reajustados após **01 (um) ano** da data de apresentação da Proposta de Preços, mediante justificativa, desde que realizada negociação prévia entre as partes, tendo como limite maximo a variação do IGP-M/FGV ou outro índice que vier substituí-lo.

7.2. Caberá a CONTRATADA, a iniciativa e o encargo dos cálculos, que deverão ser apresentados para análise e aprovação da **Secretaria Municipal de Administração e Planejamento-SECAP**.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de **12 (doze) meses** será contado a partir da data de inicio dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido.

7.4. Caso a CONTRATADA não requeira tempestivamente o reajuste e prorrogue o Contrato Administrativo sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

7.5. O reajuste poderá ser formalizado por meio de Apostilamento ao Contrato Administrativo vigente.

7.6. É vedado à CONTRATADA interromper o serviço enquanto aguarda o trâmite do processo de reajuste de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções administrativas previstas.

8. CLÁUSULA OITAVA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

8.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ao quantitativo do objeto contratado, de acordo com o teor do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

8.2. Os acréscimos dos serviços deverão observar o percentual de até **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do Contrato Administrativo.

RAPOSA MA
Proc.: 084/2022
Fl.: 547
Rubr.:

8.3. As supressões deverão observar o percentual de até **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do Contrato Administrativo, podendo exceder este limite desde que celebrado acordo com a CONTRATADA, conforme o caso, nos termos artigo 65, § 2°, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993.

9. CLÁUSULA NONA – DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

9.1. A CONTRATADA não poderá subcontratar total ou parcialmente o objeto deste Contrato Administrativo, bem como cedê-lo ou transferi-lo, no todo ou em parte, sob pena de imediata rescisão e aplicação das sanções administrativas cabíveis.

10. CLÁUSULA DEZ – DO PRAZO PARA INÍCIO E CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. O prazo para a disponibilização dos sistemas/módulos contratados em pleno funcionamento será de **10 (dez) dias úteis**, contados a partir da data de assinatura do **Contrato Administrativo**.

10.1.1. O prazo de início da execução dos serviços poderá ser excepcionalmente prorrogado, desde que demonstrado o interesse público e a critério da Administração, observado o disposto no artigo 57, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

10.2. A CONTRATADA deverá realizar treinamento para os servidores designados como usuários da CONTRATANTE custeado às suas expensas. As turmas deverão ter no mínimo **05 (cinco)** e no máximo **30 (trinta) participantes** e serão definidas pela CONTRATANTE, bem como, datas, locais e horários.

10.3. O treinamento deverá ser composto pela capacitação dos servidores para o manuseio dos sistemas/módulos de suas competências, além de diagnosticar e prestar suporte na otimização dos procedimentos e ações.

10.4. A CONTRATADA deverá indicar um técnico do seu quadro de funcionários como canal de contato direto da CONTRATANTE a fim de facilitar e agilizar a comunicação entre CONTRATANTE e CONTRATADA.

Proc. 068
Fls. 106
Rub.

11. CLÁUSULA ONZE – DA FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1. O regime de execução dos serviços, os requisitos que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE estão previstos neste **Termo de Referência**.

11.1.1. O prazo máximo de implantação será de **10 (dez) dias úteis**, contados a partir da data de assinatura do **Contrato Administrativo**.

11.1.2. O serviço de capacitação de servidores da CONTRATANTE, na operacionalização da solução de software, deverá ser executado dentro do prazo máximo para a implantação.

11.2. TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DE PESSOAL DO CONTRATANTE

11.2.1. A CONTRATADA deverá prever treinamento e capacitação de servidores do CONTRATANTE, de acordo com o número de licenças de uso contratadas, visando o domínio, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, conforme descrito abaixo:

a) Das opções de operação da solução fornecida; e

b) Dos procedimentos requeridos para que a CONTRATADA mantenha o atendimento contínuo das solicitações do CONTRATANTE.

11.2.2. Ao término da capacitação os colaboradores designados deverão estar aptos para uso da solução e devidamente certificados pela CONTRATADA.

11.2.3. A capacitação prevista deverá ser feita pela CONTRATADA de acordo com o conteúdo necessário ao pleno domínio da solução fornecida, e contemplará:

11.2.4. O treinamento obedecerá ao estabelecido neste item e deverá utilizar facilitadores e material didático da CONTRATADA, devendo ser executado nas dependências do CONTRATANTE.

11.2.5. Os custos com os treinadores correrão por parte da CONTRATADA.

11.2.6. Os custos decorrentes de deslocamento e hospedagem, quando houver treinamentos em mais de um local, serão de responsabilidade do CONTRATANTE.

11.3. ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO

11.3.1. A implantação de sistemas deve passar pela necessidade de capacitação de pessoal técnico, administrativo e operacional, orientando-os para o uso dos sistemas e ferramentas a serem implementadas.

12. CLÁUSULA DOZE – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1. O recebimento dos serviços será efetuado por **Fiscal do Contrato** especialmente designado, da **Secretaria Municipal de Administração e Planejamento-SECAP**, sob a coordenação do **Gestor do Contrato**, aplicando-se subsidiariamente o artigo 15, § 8º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

12.2. A simples execução do serviço não implica na sua aceitação definitiva, o que ocorrerá somente após a vistoria e comprovação de conformidade, observados os seguintes procedimentos.

a) **Recebimento Provisório:** os serviços serão recebidos provisoriamente pelo **Fiscal do Contrato** no ato da entrega, mediante Recibo, para efeito de posterior verificação quanto à quantidade, qualidade e conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na Proposta de Preços da CONTRATADA, bem como atendimento das obrigações estipuladas no Contrato Administrativo;

b) **Recebimento Definitivo:** os serviços serão recebidos definitivamente após a verificação pelo **Fiscal do Contrato** do Contrato Administrativo quanto à quantidade, qualidade e conformidade dos serviços, bem como o cumprimento do prazo de entrega, mediante Ateste, que deverá ser expedido no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, contado da data do Recibo que formalizar o Recebimento Provisório.

12.3. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, o serviço executado em desacordo com as condições estabelecidas neste Contrato Administrativo, na Proposta de Preços da CONTRATADA e no respectivo Contrato Administrativo, ficando a CONTRATADA sujeita à **retificação** do serviço rejeitado, conforme **CLÁUSULA TREZE** deste Contrato Administrativo.

12.4. O aceite/aprovação do serviço pela Administração não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA, especialmente quanto a vícios de quantidade ou qualidade do serviço ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, verificadas, posteriormente, garantindo-se a **Prefeitura Municipal de Raposa** as faculdades previstas no artigo18 da Lei Federal nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor.

12.5. O recebimento definitivo não isenta a empresa de responsabilidades futuras quanto à qualidade dos serviços executados.

13. CLÁUSULA TREZE – DA RETIFICAÇÃO DE SERVIÇO REPROVADO

13.1. A CONTRATADA deverá retificar, no todo ou em parte, às suas expensas, os serviços:

a) reprovados no recebimento provisório, quando o serviço prestado estiver em desacordo com as especificações contidas no Termo de Referência, na Proposta de Preços do CONTRATADA e no respectivo Contrato Administrativo;

b) que apresentem vício redibitório que os torne impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam.

13.2. Em caso de recusa do serviço será lavrado o Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o serviço ser retificado pela CONTRATADA no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir do recebimento da **Notificação**.

13.2.1. Caso a retificação do serviço recusado não ocorra no prazo determinado será considerada inexecução contratual e a CONTRATADA estará sujeita à aplicação das sanções administrativas previstas no Termo de Referência, inclusive multa de mora.

13.3. A CONTRATADA deverá arcar com todos os custos decorrentes da retificação, inclusive as despesas de remoção e do transporte

13.4. O vício redibitório poderá ser identificado após o recebimento definitivo.

14. CLÁUSULA QUATORZE – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. Dentre outras atribuições decorrentes neste Contrato Administrativo e no respectivo **Termo de Referência**, a CONTRATADA se obriga a:

a) Ceder a **Prefeitura Municipal de Raposa** a Licença e o Direito de Uso Integral de todos os Módulos/Serviços website detalhados no Termo de Referência, durante o período de vigência do Contrato Administrativo, sem limites quanto ao número de usuários simultâneos.

b) Os Módulos/Serviços correspondem ao software para o ambiente de internet denominado website, e serão empregados no seu gerenciamento, cujo acesso na internet pública se dará através do endereço qualificado de domínio **https://www.raposa.ma.gov.br/**

c) O referido website deverá ser implantado em um Centro de Hospedagem de Dados (hosting) de responsabilidade da contratada conforme as especificações constantes no Termo de Referência.

d) A CONTRATADA se responsabilizará pela inserção de conteúdo inicial, bem como a migração de todo o conteúdo do website atual da **Prefeitura Municipal de Raposa**, seja de forma automatizada ou manual.

e) A CONTRATADA deverá prestar serviços de suporte técnico à **Prefeitura Municipal de Raposa**, a partir das dependências da contratada, nas seguintes áreas:

e.1) Nas atividades específicas de implantação do website.

e.2) Planejamento e desenvolvimento de nova identidade visual (layout) do website. A contratada deverá desenvolver projeto de identidade visual do website junto à **Prefeitura Municipal de Raposa**. O referido projeto deverá ter como limites as imposições advindas das especificações nos itens deste Termo de Referência, bem como o resultado do levantamento (briefing) sobre a ativação inicial dos módulos/serviços do website.

e.2.1) O desenvolvimento dos produtos constantes deste item constituirá o projeto de identidade visual do website, que deverá permitir à **Prefeitura Municipal de Raposa** visualizar, minimamente:

e.2.1.1) A organização do conteúdo e a distribuição dos módulos/serviços na página principal e demais páginas internas (produção de layouts e usabilidade da solução);

e.2.1.2) A organização dos menus de acesso (taxonomia);

e.2.1.3) A definição dos padrões de cores e formatos de texto (aspectos visuais e padronização);

e.2.1.4) Os objetos gráficos integrados aos layouts (desing gráfico voltado à produção de painéis, banner e demais gráficos).

e.2.2) A CONTRATADA deverá desenvolver os seguintes produtos, referentes ao website da **Prefeitura Municipal de Raposa**: um conjunto de até 5 (cinco) painéis aplicáveis à página principal e demais páginas internas e de uma imagem para aplicação na área de fundo da página principal. A produção inicial do layout, a parametrização do esquema das cores e das fontes de letras, contemplando a distribuição de conteúdo, serviços e/ou funções na página principal e demais páginas internas, o desenvolvimento da distribuição inicial dos menus de acesso da página principal.

e.3) Planejamento e organização do conteúdo e serviços.

e.3.1) A CONTRATADA deverá capacitar os servidores designados pela **Prefeitura Municipal de Raposa** na metodologia de planejamento e organização de conteúdo e serviços, previstos no Termo de Referência.

e.4) Carga de conteúdo e migração de dados.

e.4.1) A CONTRATADA se responsabilizará pela carga inicial de conteúdo, que deverá ser coletado e implantado nas dependências da contratante, em conjunto com os servidores designados para serem capacitados, para o gerenciamento de todo o conteúdo do website, conforme características descritas no Termo de Referência.

e.5) Preparação do ambiente tecnológico.

e.5.1) A CONTRATADA será responsável pelo ambiente tecnológico que dará suporte ao sítio eletrônico da **Prefeitura Municipal de Raposa** (hardware e software), gerenciando todos os recursos necessários ao funcionamento integral dos módulos/serviços no centro de hospedagem de dados (hosting).

e.6) Nas demais atividades de suporte

e.6.1) A CONTRATADA deverá disponibilizar à **Prefeitura Municipal de Raposa**, durante o período de vigência do contrato, serviço de ajuda continuada (help desk) para atender as demandas relativas à correta operação dos módulos/serviços, bem como dispor de ambiente para receber notificações quanto a problemas em seu funcionamento.

e.6.2) A CONTRATADA deverá informar, em sua proposta comercial, o endereço do seu Centro de Atendimento Técnico (CAT), bem como estabelecer os mecanismos disponíveis e os critérios que deverão ser empregados na abertura e gerenciamento dos chamados técnicos relativos ao fornecimento de ajuda ou a notificação de problemas, conforme requisitos mínimos exigidos no Termo de Referência.

e.7) Evolução dos módulos/serviços do website.

e.7.1) A CONTRATADA deverá disponibilizar, para a **Prefeitura Municipal de Raposa**, durante o período de vigência do contrato, todas as evoluções e/ou correções nos módulos/serviços, através de releases ou novas versões que comporão um pacote de atualização, cabendo exclusivamente a adoção dos novos recursos a serem disponibilizados.

e.7.2) A CONTRATADA deverá, sempre que disponibilizar o pacote de atualização, informar à **Prefeitura Municipal de Raposa** sobre o conteúdo do mesmo, descrevendo todas as melhorias e evoluções da ferramenta.

e.7.3) A CONTRATADA será totalmente responsável pela implantação das atualizações, que deverá ser previamente autorizada pela **Prefeitura Municipal de Raposa**.

e.8) Desenvolvimento dos processos de capacitação.

e.8.1) A CONTRATADA deverá disponibilizar à **Prefeitura Municipal de Raposa**, durante o período de vigência do contrato, serviços de capacitação técnica que deverão atender aos requisitos do website especificados no Termo de Referência.

e.8.2) Os serviços de capacitação serão realizados pela contratada após a liberação do website para carga de conteúdo, em um ambiente de testes.

e.8.3) Os treinamentos dos servidores municipais da **Prefeitura Municipal de Raposa** deverão ser ministrados pela contratada, em local a ser definido pela contratante, e em turmas separadas por módulos/serviços, com capacidade máxima de 15 (quinze) alunos por turma, sendo no máximo 2 (duas) turmas por módulo.

e.9) Prazo para disponibilidade da solução.

e.9.1) A CONTRATADA deverá garantir à **Prefeitura Municipal de Raposa**, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, após a assinatura do **Contrato Administrativo**, a disponibilidade para uso integral de todos os módulos/serviços constantes neste termo, através da internet pública.

e.9.2) Será descontado deste prazo o tempo gasto pela **Prefeitura Municipal de Raposa** para escolha de layouts de páginas e outras pendências relacionadas ao processo de implantação.

e.10) Quanto à confidencialidade da informação.

e.10.1) A CONTRATADA deverá garantir total confidencialidade sobre qualquer informação obtida durante o desenvolvimento dos serviços constantes deste Termo de Referência, ou que sejam pertinentes ao gerenciamento dos módulos/serviços do website, não podendo alterá-las ou disponibilizá-las diretamente sob qualquer forma, sem a prévia e expressa autorização da **Prefeitura Municipal de Raposa**

f) Responder por qualquer acidente, dano ou prejuízo material ou pessoal causados por dolo ou culpa à CONTRATANTE, a seus empregados ou a terceiros, em face da execução dos serviços objeto de Contrato Administrativo.

g) providenciar a seguinte documentação para fins de instrução do processo de pagamento, devidamente atualizados:

g.1) Prova de regularidade com a Fazenda Federal e com a Seguridade Social (INSS), mediante Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a qual se refira às contribuições previdenciárias e as de terceiros;

g.2) Certidão Negativa de Débitos Fiscais, junto à Fazenda Estadual;

g.3) Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa, junto à Fazenda Estadual;

g.4) Certidão Negativa de Débitos Fiscais (ISSQN e TLVF), junto à Fazenda Municipal;

g.5) Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa, junto à Fazenda Municipal;

g.6) Certificado de Regularidade do FGTS-CRF;

g.7) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas-CNDT.

Proc. 068
Fls. 170
Rub.

h) responsabilizar-se solidariamente com os fornecedores dos produtos (fabricante, produtor ou importador) pelos vícios de qualidade e/ou quantidade que os torne irrecuperáveis, impróprios ou inadequados à utilização a que se destinam;

i) não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da contratação;

j) designar preposto e apresentar relação com endereços físico e eletrônico (e-mail), telefones, fac-símiles e nomes dos responsáveis, para fins de contato;

k) identificar seu pessoal nos atendimentos de entrega dos produtos;

l) comunicar imediatamente qualquer alteração no seu estatuto social, razão social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefone, fax e outros dados que forem importantes;

m) responsabilizar-se pela qualidade dos produtos fornecidos, sob pena de responder pelos danos causados à Administração ou a terceiros;

n) arcar com as despesas de embalagem, frete, despesas com transporte, carga e descarga, encargos, tributos, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias e quaisquer outras despesas decorrentes do fornecimento;

o) respeitar e fazer com que seu pessoal respeite as normas de segurança da repartição pública onde serão entregues os produtos;

p) respeitar e fazer com que seu pessoal respeite as normas de segurança, higiene e medicina do trabalho;

q) responder pela supervisão, direção técnica e administrativa e mão-de-obra necessárias à execução do fornecimento, como única e exclusiva empregadora;

r) responsabilizar-se por quaisquer acidentes sofridos pelos empregados, quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem;

s) responsabilizar-se civil, administrativa e penalmente, sob as penas da lei, por quaisquer danos e/ou prejuízos materiais ou pessoais causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando do fornecimento dos produtos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Administração;

t) manter, durante a vigência do Contrato Administrativo, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

15. CLÁUSULA QUINZE – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

15.1. O **MUNICÍPIO DE RAPOSA**, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio da **Secretaria Municipal de Administração e Planejamento-SECAP**, obriga-se a:

a) Quanto às atividades de sua competência.

a.1) A **Prefeitura Municipal de Raposa** deverá fornecer todas as informações e recursos, de ordem técnica e humana pertinentes à execução dos serviços relacionados no Termo de Referência, bem como indicar servidor ou comissão de servidores, que será referência junto à CONTRATADA para a realização de qualquer solicitação, resposta e homologação dos serviços executados.

b) Acompanhamento de todo o processo de implantação e posteriormente o gerenciamento integral do sítio eletrônico.

b.1) Planejamento da administração colaborativa e ativação de serviços.

b.1.1) A **Prefeitura Municipal de Raposa**, depois de capacitada conforme previsto no Termo de Referência, será a responsável pelos fluxos internos de atualização de conteúdo e gestão dos serviços, administrar os serviços que serão ativados inicialmente, bem como pela administração dos usuários e grupos de usuários que terão acesso ao gerenciamento de conteúdo, relacionando a eles o conjunto de permissões definidas na política de segurança.

b.2) Planejamento e tratamento do conteúdo do website.

b.2.1) A **Prefeitura Municipal de Raposa**, depois de capacitada será a responsável pelo gerenciamento do conteúdo do website, no que diz respeito à sua seleção e organização, levando em consideração, minimamente: a necessidade de atualização (ciclo de publicação), o enfoque, o contexto e a estratégia da sua apresentação no website, observando sempre o projeto de identidade visual do sítio eletrônico.

b.2.2) Sobre o trabalho de tratamento, a **Prefeitura Municipal de Raposa** deverá adequar o conteúdo aos requisitos técnicos impostos pelo ambiente tecnológico que operacionalizará o website e a ferramenta de gerenciamento de conteúdo. Os requisitos técnicos serão aplicados aos trabalhos de tratamento, tais como: a digitalização de documentos analógicos; a formatação eletrônica de arquivos digitais e a avaliação dos tipos e pesos de arquivos digitais que serão integrados ao website.

b.3) Planejamento e parametrização de serviços.

b.3.1) A **Prefeitura Municipal de Raposa** se responsabilizará por desenvolver os trabalhos de planejamento dos parâmetros de funcionamento dos serviços, e demais recursos técnicos relacionados, bem como executar a sua implantação e posterior gerenciamento.

b.4) Carga inicial e gerenciamento do conteúdo do website.

Proc. 068
Fls. 111
Rub.

b.4.1) A **Prefeitura Municipal de Raposa** será responsável por acompanhar a inserção de todo o conteúdo já existente na administração municipal. A inserção inicial de conteúdo, embora de inteira responsabilidade da contratada, cabe à **Prefeitura Municipal de Raposa** a supervisão e homologação dos serviços, a fim de assegurar que todas as informações possam ser migradas para o novo sistema.

c) Responsabilidade do conteúdo publicado.

d) A **Prefeitura Municipal de Raposa** será responsável pelo conteúdo publicado no website, obedecendo a legislação vigente.

e) Emitir a Nota de Empenho.

f) Fiscalizar os serviços objeto do presente termo ficando a cargo do responsável indicado para a gestão do Contrato Administrativo oriundo do **Termo de Referência**, em nenhuma hipótese eximirá a CONTRATADA das suas responsabilidades contratuais e legais, bem como sobre danos materiais ou pessoais que forem causados à CONTRATANTE, seja por atos ou omissões da empresa, de seu pessoal técnico ou preposto.

g) Receber os serviços em conformidade com as especificações, quantidade, qualidade, prazos e demais condições estabelecidas no Termo de Referência e na Proposta de Preços da CONTRATADA;

h) Atestar as notas fiscais/faturas, por servidor/comissão competente, emitidas pela CONTRATADA, recusando-as quando inexatas ou incorretas, efetuando todos os pagamentos nas condições pactuadas;

i) Notificar a CONTRATADA, para retificar os serviços reprovados no recebimento provisório, conforme Termo de Recusa;

j) Notificar CONTRATADA, para retificar os serviços reprovados que apresentarem vícios redibitórios após a assinatura do documento que formalizar o recebimento definitivo, conforme Termo de Recusa;

k) efetuar os pagamentos de acordo com a forma e prazo estabelecidos, observando as normas administrativas e financeiras em vigor;

l) comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a prestação dos serviços.

m) Dar ciência à CONTRATADA de quaisquer modificações que venham a ocorrer;

n) Comunicar à CONTRATADA qualquer falha e/ou irregularidade no fornecimento dos serviços ou na utilização dos sistemas/módulos formalmente através do sistema de registro de chamados;

o) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

p) aplicar as sanções administrativas e demais cominações legais pelo descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, garantida a ampla defesa e o contraditório;

q) fiscalizar para que, durante a vigência do Contrato Administrativo, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

16. CLÁUSULA DEZESSEIS – DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias consecutivos**, contados a partir da data de assinatura do ateste que formalizar o recebimento definitivo dos produtos, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos seguintes documentos:

Proc. 068
Fls. 112
Rub.

a) cópia do Contrato Administrativo;

b) cópia da Nota de Empenho;

c) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

d) Certidão Negativa de Débitos Fiscais, junto à Fazenda Estadual;

e) Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa, junto à Fazenda Estadual;

f) Certidão Negativa de Débitos Fiscais (ISSQN e TLVF), junto à Fazenda Municipal;

g) Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa, junto à Fazenda Municipal;

h) Certificado de Regularidade do FGTS-CRF;

i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas-CNDT.

Proc. 068
Fls. 113
Rub.

16.2. A nota fiscal/fatura será conferida e atestada pelo **Fiscal do Contrato** responsável pelo recebimento dos produtos, que também deverá conferir toda a documentação constante no item anterior.

16.3. O pagamento será creditado em nome da CONTRATADA, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada.

16.4. Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

16.5. Em caso de ausência ou irregularidade nas Certidões de regularidade fiscal e trabalhista o prazo de pagamento será contado a partir da sua (re) apresentação, devidamente regularizadas.

16.6. A Administração poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

16.7. O valor dos bilhetes ou trechos não utilizados pela CONTRATANTE e os valores decorrentes da diferença de tarifas para os bilhetes alterados deverão ser creditados a favor da CONTRATANTE de forma integral, para que sejam deduzidos em faturas posteriores.

16.8. Caso o pagamento seja efetuado em data além do prazo estabelecido e desde que não tenha sido ocasionado direta ou indiretamente pela CONTRATADA e este tenha cumprido integralmente as obrigações contratuais, acrescido de correção monetária, a **Prefeitura Municipal de Raposa** fica sujeita ao pagamento do valor devido atualizado, até a data de sua liquidação.

17. CLÁUSULA DEZESSETE – DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTA, SOCIAL, PREVIDENCIÁRIA E FISCAL

17.1. A utilização temporária ou não de pessoal que se tornar necessária para a execução do objeto do Contrato Administrativo, não configurará vínculo empregatício de qualquer natureza, nem gerará qualquer tipo de obrigação trabalhista, social, previdenciária ou fiscal para o CONTRATANTE.

17.2. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, social, previdenciários, fiscais e comerciais, estabelecidos no Contrato Administrativo, não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato Administrativo ou restringir a regularização e a execução dos serviços.

18. CLÁUSULA DEZOITO – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas, sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 10.520/2002, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/1993.

18.2. Aplicando-se o disposto no artigo 86 da Lei Federal nº 8.666/1993, o atraso injustificado na entrega ou substituição dos produtos sujeitará a CONTRATADA às seguintes multas de mora, garantida a ampla defesa e o contraditório:

a) multa moratória diária de **0,06% (seis centésimos por cento)** incidente sobre o valor total dos serviços prestados com atraso, até o limite de **10% (dez por cento)**;

b) multa moratória diária de **0,06% (seis centésimos por cento)** incidente sobre o valor total dos serviços prestados reprovados no recebimento provisório, até o limite de **10% (dez por cento)**.

18.3. Diante da inexecução total ou parcial do Contrato Administrativo, além das multas aludidas no item anterior, a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

RAPOSA - MA
Proc.: 089/2022
Fls.: 525
Rubr.:

a) Advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste Contrato Administrativo;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

18.4. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas conjuntamente com a prevista na alínea "b".

18.5. Na hipótese da CONTRATADA ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução deste Contrato Administrativo, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, consoante previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

18.6. Caberá ao **Fiscal do Contrato** propor a aplicação das penalidades previstas, mediante relatório circunstanciado, apresentando provas que justifiquem a proposição.

18.7. Após a aplicação de qualquer penalidade será feita comunicação escrita à CONTRATADA e publicação no Diário Oficial do Município, constando o fundamento legal, excluídas os casos de aplicação das penalidades de advertência e multa de mora.

18.8. As multas deverão ser recolhidas no prazo de **15 (quinze) dias consecutivos** contados da data da Notificação, em conta bancária a ser informada pelo CONTRATANTE.

18.9. Os valores das multas poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração ou cobrados diretamente da CONTRATADA, amigável ou judicialmente.

19. CLÁUSULA DEZENOVE – DA VEDAÇÃO AO NEPOTISMO

19.1. É expressamente vedado à CONTRATADA empregar na execução dos serviços objeto do presente Contrato Administrativo, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral por consanguinidade ou afinidade, até 3º grau, de servidor que exerça cargo em comissão ou função de confiança da **Prefeitura Municipal de Raposa**, conforme previsão no artigo 7º, do Decreto Federal nº 7.203/2010.

Proc. 088
Fls. 112
Rub.

20. CLÁUSULA VINTE – DA RESCISÃO

20.1. A rescisão deste Contrato Administrativo ocorrerá nos termos dos artigos 79 e 80 da Lei Federal nº 8.666/1993.

20.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis** para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade do CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

20.3. A rescisão deste Contrato Administrativo poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

c) judicialmente, nos termos da legislação.

20.4. Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da CONTRATADA, conforme o caso, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito aos pagamentos devidos pela execução do presente Contrato Administrativo até a data da rescisão.

20.5. A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a retenção dos créditos decorrentes deste Contrato Administrativo, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

21. CLÁUSULA VINTE E UM – DAS ALTERAÇÕES

21.1. Este Contrato Administrativo pode ser alterado nos casos previstos no artigo 65, da Lei Federal nº 8.666/1993, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

22. CLÁUSULA VINTE E DOIS – DAS COMUNICAÇÕES

22.1. Qualquer comunicação entre as partes a respeito deste Contrato Administrativo, só produzirá efeitos legais se processada por escrito, mediante protocolo ou outro meio de registro, que comprove a sua efetivação, não sendo consideradas comunicações verbais.

23. CLÁUSULA VINTE E TRÊS – DA PUBLICAÇÃO

23.1. O extrato deste Contrato Administrativo será publicado pelo CONTRATANTE, conforme dispõe o artigo 61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/1993.

24. CLÁUSULA VINTE E QUATRO – DO FORO

24.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, da Comarca do **Município de Raposa**, Estado do Maranhão, para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato Administrativo.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato Administrativo, em **03 (três) vias** de igual teor e forma, para um só efeito, perante **02 (duas) testemunhas** que também as subscrevem.

Raposa/MA, 01 de **fevereiro** de 2022

GESIEL GOMES BRAZ
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
CONTRATANTE

JOSÉ WALBER CARNEIRO LOPES
Representante Legal da **J. W. CARNEIRO LOPES-ME**
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:	
Nome: Arlete Gomes de Sousa	Nome: Fernando Mendonça
CPF: 723107503-82	CPF: 843 274 493 49

Proc. 068
Fls. 13
Rub.

RAPOSA - MA
Proc.: 069/2022
Fl.: 527
Rub.:

PREFEITURA RAPOSA
Uma cidade melhor para todos

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SECAP

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 004/2022-SECAP

Proc. 068
Fls. 114
Rub.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 004/2022-SECAP. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/2022. PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2022. CONTRATANTE: Município de Raposa/MA, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento-SECAP, CNPJ nº 01.612.325/0001-98. **CONTRATADA**: **J. W. CARNEIRO LOPES-ME**, CNPJ nº 08.409.569/0001-17. **OBJETO:** Prestação de serviços de Produção e Revisão de Layout (Web Design) e Navegação, bem como Manutenção do Portal Institucional e Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Raposa, de interesse da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento-SECAP. **VALOR:** R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária: 02.02.01 - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento. Função Programática: 04.122.0004.2008.000 - Manutenção e Funcionamento da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento. Categoria Econômica: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. **PRAZO DE VIGÊNCIA**: 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação do seu extrato na imprensa oficial. **FUNDAMENTO LEGAL**: Lei Federal nº 10.520/2002; Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e pela Lei Complementar nº 155/2016; Decreto Federal nº 3.555/2000; Decreto Municipal nº 03/2017, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações e demais normas pertinentes à espécie. **DATA DA ASSINATURA**: 01.02.2022. **SIGNATÁRIOS**: GESIEL GOMES BRAZ - Secretário Municipal de Administração e Planejamento, CPF nº 431.848.473-49 e JOSÉ WÁLBER CARNEIRO LOPES - Representante Legal da J. W. CARNEIRO LOPES-ME, CPF nº 508.894.273-72.

Raposa/MA, 01 de fevereiro de 2022.

GESIEL GOMES BRAZ
Secretário Municipal de Administração e Planejamento.

Município de Raposa - MA

DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA RAPOSA

DIÁRIO MUNICIPAL
Lei Municipal nº 290/2017

EDIÇÃO 582 ANO VI DIARIO OFICIAL MUNICIPAL DE RAPOSA, TERÇA – FEIRA, 01 DE FEVEREIRO DE 2022 PAG 01

RAPOSA-MA
Proc. 068
Fls. 115
Rubr.

PODER EXECUTIVO – PREFEITURA MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 004/2022-SECAP 1

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 024/2022-FMS 1

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 025/2022-FMS 1

EDITAL CMS Nº 001, DE 26 DE JANEIRO DE 2022 2

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 004/2022-SECAP

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 004/2022-SECAP. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/2022. PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2022. CONTRATANTE: Município de Raposa/MA, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento-SECAP, CNPJ nº 01.612.325/0001-98. **CONTRATADA**: **J. W. CARNEIRO LOPES-ME**, CNPJ nº 08.409.569/0001-17. **OBJETO:** Prestação de serviços de Produção e Revisão de Layout (Web Design) e Navegação, bem como Manutenção do Portal Institucional e Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Raposa, de interesse da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento-SECAP. **VALOR:** R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária: 02.02.01 - Secretaria Mumcipal de Administração e Planejamento. Função Programatica: 04.122.0004.2008.000 - Manutenção e Funcionamento da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento. Categoria Econômica: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. **PRAZO DE VIGÊNCIA**: 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação do seu extrato na imprensa oficial. **FUNDAMENTO LEGAL**: Lei Federal nº 10.520/2002; Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e pela Lei Complementar nº 155/2016; Decreto Federal nº 3.555/2000; Decreto Municipal nº 03/2017, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações e demais normas pertinentes à espécie. **DATA DA ASSINATURA**: 01.02.2022. **SIGNATÁRIOS**: GESIEL GOMES BRAZ - Secretário Municipal de Administração e Planejamento, CPF nº 431.848.473-49 e JOSÉ WÁLBER CARNEIRO LOPES - Representante Legal da J. W. CARNEIRO LOPES-ME, CPF nº 508.894.273-72. Raposa/MA, 01 de fevereiro de 2022. **GESIEL GOMES BRAZ** - Secretário Municipal de Administração e Planejamento.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 024/2022-FMS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 024/2022-FMS. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 091/2021. CONTRATANTE: Município de Raposa, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 14.049.707/0001-05. **CONTRATADA**: DINÂMICA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI – EPP, CNPJ: 28.868.821/0001-63. **OBJETO:** Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de materiais e insumos odontológicos, para atender as necessidades do Programa de Saúde Bucal-PSB do município de Raposa-MA., conforme as especificações e exigências estabelecidas no edital e seus anexos. **VALOR**: R$ 130.567,15 (cento e trinta mil, quinhentos e sessenta e sete reais e quinze centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária: 02.09.02 - Fundo Municipal de Saúde – FMS. Função Programática: 10.301.0013.2055.0000 – Programa Saúde Bucal-PSB - Categoria Econômica: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo. **PRAZO DE VIGÊNCIA**: a partir da data de sua assinatura até 31.12.2022, condicionada sua eficácia após a publicação do seu extrato na imprensa oficial. **FUNDAMENTO LEGAL**: Lei Federal nº 10.520/2002; Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e pela Lei Complementar nº 155/2016; Decreto Federal nº 7.892/2013; Decreto Municipal nº 03/2017, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores e demais normas regulamentares pertinentes à espécie. **DATA DA ASSINATURA**: 01.02.2022. **SIGNATÁRIOS**: ROMILSON LOPES FROES - Secretário Municipal de Saúde, CPF nº 840.589.603-10 e Sérgio Rodrigues Matos - Representante Legal da **DINÂMICA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI – EPP**, CPF nº 829.343.043-53. Raposa/MA, 01 de fevereiro de 2022. **ROMILSON LOPES FROES** - Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 025/2022-FMS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 025/2022-FMS. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 091/2021. CONTRATANTE: Município de Raposa, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 14.049.707/0001-05. **CONTRATADA**: MUNDIAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI, CNPJ nº 97.528.178/0001-41. **OBJETO:** Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de materiais e insumos odontológicos, para atender as necessidades do Programa de Saúde Bucal-PSB do município de Raposa-MA., conforme as

SENADOR ALEXANDRE COSTA

Proc. 068
Fls. 116
Rub.

ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal De Senador Alexandre Costa-MA
CNPJ:01.566.688/0001-34

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **J. W. CARNEIRO LOPES – ME** localizada na Rua Quinze, Quadra 39, N.º 28, Residencial Pinheiros, Bairro: Cohama, CEP: 65.064-441, São Luís, no Estado do Maranhão, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.409.569/0001-17, Inscrição Estadual ISENTO, presta serviços deste ano de 2021 a Prefeitura Município de Senador Alexandre Costa - MA, com total eficiência.

1. Contrato 025/2021;

2. Objeto: os serviços de Portal da Transparência, Alimentação do Portal da Transparência, Hospedagem e Domínio (Banco de Dados; Sistema do Diário Oficial do Município, Sistema de Contracheques e Transparência Ativa;

3. Legislação: Contratação conforme nº 8.666/93 de prestação de serviço de fornecimento de senha de acesso à ferramenta de pesquisas e comparação de preços praticados pela Administração Pública, conforme proposta comercial da empresa.

Ressaltamos que a empresa contratada vem executando satisfatoriamente os serviços referidos, não havendo registros, até a presente data, que possam desabonar sua capacidade técnica e comercial.

Senador Alexandre Costa (MA), 20 de dezembro de 2021.

Francisco das Chagas Teixeira Fernandes
Secretário Municipal de Administração
Portaria nº. 09/2021-GP

PREFEITURA DE SÃO LUÍS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFSe

Número da Nota
00001500

Data e Hora da Emissão
03/02/2022 08:16:48

Código de Verificação
CDA5.0370.AAAA.CD02.C00D.4D26.5E69.57F6

CERTIFICADO
1020220092182568

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Nome / Razão Social: **J. W. CARNEIRO - ME**
CPF / CNPJ: **08.409.569/0001-17** Inscrição Municipal: **58670006**
Endereço: **R QUINZE (RES PINHEIROS) 28 QUADRA:39; - BAIRRO COHAMA - CEP: 65064441**
Município: **SAO LUIS** UF: **MA** Email: **walberlopez@hotmail.com** Telefone: **(98)**

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome / Razão Social: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ALEXANDRE CSTA**
CPF/CNPJ: **01.566.688/0001-34** Inscrição Municipal:
Endereço: **RUA CONEGO ADERSON, N. 1 0 - BAIRRO CENTRO - CEP: 65783000**
Município: **SENADOR ALEXANDRE COSTA** UF: **MA** Email: **prefeiturasac2@hotmail.com** Telefone: **(99)**

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Descrição:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA PARA O MUNICIPIO DE SENADOR ALEXANDRE COSTA, DE ACORDO COM OS TERMOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2021
DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA:
BANCO ITAU
CÓDIGO BANCO: 341
AGENCIA: 7859
CONTA CORRENTE: 24967-9
CLIENTE: J W CARNEIRO LOPES

Tipo do Item	Item	Quantidade	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
TRIBUTÁVEL	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA	1	1.500,00	1.500,00

Proc. 008
Fls. 117
Rub.

PIS (0,0000%):	COFINS (0,0000%):	INSS (0,0000%):	IR (0,0000%):	CSLL (0,0000%):
R$ 0,00	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**

VALOR TOTAL DA NOTA = R$ 1.500,00

Valor Total Composição:	Valor Total Deduções:	Base Cálculo:	Alíquota:	Valor ISS:
R$ 0,00	**R$ 0,00**	**R$ 1.500,00**	**3,56%**	**R$ 53,40**

OUTRAS INFORMAÇÕES

Descrição NBS:
Local de Incidência Imposto: Estabelecimento do Prestador Tributação: TRIBUTÁVEL S.N. Mês de 02/2022
Local de Prestação do: SENADOR ALEXANDRE COSTA / MA
Recolhimento: PRÓPRIO
Atividade: 620230000 - DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR CUSTOMIZAVEIS
Serviço: 0105 - LICENCIAMENTO OU CESSAO DE DIREITO DE USO DE PROGRAMAS DE COMPUTACAO.

SENADOR ALEXANDRE COSTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ALEXANDRE COSTA

Memorando

Senador Alexandre Costa - MA, 28 de janeiro de 2022.

A
Excelentíssima Senhora
Procuradora do Município
Nesta

Proc. 08
Fls. 118
Rub.

Senhora Procuradora,

Solicitamos emissão de Parecer acerca da legalidade de aditivo de prazo do contrato nº 25/2021, oriundo do Pregão Presencial nº 06/2021, objetivando a prestação de serviços de manutenção do Portal da Transparência para o Município de Senador Alexandre Costa-MA, firmado com a empresa J.W. CARNEIRO LOPES, inscrita no CNPJ sob o nº 08.409.569/0001-17, situada na Rua Quinze, Quadra 39, nº 28, Residencial Pinheiros I, Cohama, São Luís/MA, por mais 12 (doze) meses, considerando ser contrato de serviço contínuo. Após realização de cotação de preços, verificou-se que os preços do contrato são mais vantajosos.

Sem mais para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente

FRANCISCO DAS CHAGAS TEIXEIRA FERNANDES
Secretário Municipal de Administração

J. W. CARNEIRO LOPES
José Walber Carneiro Lopes
Titular

Processo n. 04/2021.
Aditivo de alteração contratual.
Contrato nº 25/2021 oriundo do Pregão Presencial nº 06/2021.

PARECER JURIDICO

De início há de se ressaltar que este parecer jurídico estabelecerá análise, conforme solicitado, *apenas da legalidade quanto ao aditivo do contrato referido neste processo, não verificando, portanto, situações técnicas ou fatos anteriores, assim como a motivação discricionária deste município em efetuar a contratação.*

De acordo com o art. art. 57, II da Lei de Licitações.

"Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses."

Nesse dispositivo, permite-se a prorrogação do prazo de execução dos contratos, desde que fique comprovada que são executados de forma contínua.

De acordo com a Justificativa apresentada pela Secretaria de Administração há necessidade de prorrogação do prazo por se tratar de serviço contínuo.

O Contrato nº 25/2021 oriundo da Carta Convite nº 02/202 1só poderá ser objeto de prorrogação, mediante Termo Aditivo, quando formalizado o pedido por escrito e comprovada a vantajosidade na prorrogação, nos termos do art. 57, II da Lei nº 8.666/93, sendo a mesma demonstrada através de cotações de preços realizadas.

Desta feita, **opina-se pela elaboração do TERMO ADITIVO pelo prazo de 12 (doze) meses,** recomendando ainda que seja observada a regularidade jurídica e fiscal da empresa.

É o parecer que submeto a apreciação da autoridade superior.

Senador Alexandre Costa/MA, 31 de janeiro de 2022.

Mara Regina Borges de Morais
Procuradora do Munícipio de Alexandre Costa

J. W. CARNEIRO LOPES
José Wilton Carneiro Lopes
Prefeito

Proc. 068
Fls. 120
Rub.

MINUTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04/2021
BASE LEGAL: Artigo 57, Inciso II da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993
TIPO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SENADOR ALEXANDRE COSTA-MA E A EMPRESA **J.W. CARNEIRO LOPES.**

O MUNICÍPIO DE SENADOR ALEXANDRE COSTA, por meio da Prefeitura Municipal de Senador Alexandre Costa, estado do Maranhão, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **01.566.688/0001-34**, situada na **Rua Cônego Aderson, s/n – Centro, Senador Alexandre Costa – Maranhão**, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Administração, Senhor **FRANCISCO DAS CHAGAS TEIXEIRA FERNANDES**, RG nº 065467772018-4, CPF nº 239.503.233-68, residente e domiciliada nesta cidade, e de outro lado, a empresa **J.W. CARNEIRO LOPES**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.409.569/0001-17, situada na Rua Quinze, Quadra 39, nº 28, Residencial Pinheiros I, Cohama, São Luís/MA, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado por **JOSÉ WALBER CARNEIRO LOPES**, brasileiro, portador do CPF Nº 508.894.273-72, Cédula de Identidade Nº 016372712001-1 SSP/MA, **RESOLVEM** celebrar o presente **ADITIVO DE CONTRATO de** prestação de serviços de manutenção do Portal da Transparência para o Município de Senador Alexandre Costa-MA, pelos princípios do direito público e demais normas pertinentes à espécie, ajustando e reciprocamente aceitando as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo aditivo de contrato tem por objeto Prorrogar por mais 12 (doze) meses a vigência do Contrato nº 25/2021 de prestação de serviços de manutenção do Portal da Transparência para o Município de Senador Alexandre Costa-MA, em conformidade com o disposto no Inciso II do caput do artigo 57 da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGENCIA

A vigência terá inicio em 05/02/2022 até 04/02/2023, podendo ser prorrogado mediante Termo aditivo, nos termos da Lei nº 8.666/93

CLÁUSULA TERCEIRA– DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E FONTE PAGADORA

As despesas decorrentes do presente aditivo correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Senador Alexandre Costa – MA deste exercício, na dotação abaixo descriminada:

1 PREFEITURA DE SENADOR ALEXANDRE COSTA MA 02 PODER EXECUTIVO 02 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO 02 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSTRAÇÃO 00 04 Administração 04 122 Administração Geral 04 0002 Adminstração e Manut. do Setor 122 04 122 0002 2001 0000 Manut. e Func. da Sec. Municipal de Administração 076 1.365.214,59 3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica

As despesas decorrentes do presente aditivo serão custeadas com recursos do Recursos Próprios do Município.

J. W. CARNEIRO LOPES
José Walber Carneiro Lopes
Titular

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

R$ 23.400,00 (vinte e três mil e quatrocentos reais) para a prestação de serviços, que serão pagos em parcelas mensais de R$ 1.950,00 (um mil, novecentos e cinquenta reais),

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

Todas as demais cláusulas do Contrato Inicial não atingida pelo presente instrumento particular ficam ratificadas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Contrato, que foi impresso em 03 (três) vias de igual teor.

Senador Alexandre Costa (MA),.

Proc. 068
Fls. 131
Rub.

Secretário Municipal de Administração
Francisco das Chagas Teixeira Fernandes
CONTRATANTE

JOSÉ WALBER CARNEIRO LOPES
J.W. CARNEIRO LOPES
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

CPF Nº

CPF Nº

CNPJ: 08.409.569/0001-17
J. W. CARNEIRO LOPES
Rua Quinze nº 28, Quadra 39
Residencial Pinheiros - Cohama
CEP: 65.064-441
SÃO LUÍS MA

DESPACHO

Ao Secretário Municipal de Administração para conhecimento e autorização do pleito.

Senador Alexandre Costa/MA, 31 de janeiro de 2022

Mara Regina Borges de Morais
Procuradora do Munícipio de Alexandre Costa

Proc. 08
Fls. 122
Rub.

SENADOR ALEXANDRE COSTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ALEXANDRE COSTA

Proc. 068
Fls. 123
Rub.

Senador Alexandre Costa-MA, 03 de fevereiro de 2022.

À
Procuradoria Jurídica do Município

Autorizo o pleito na forma da lei e encaminho à Assessoria Jurídica para emissão das vias do Termo Aditivo.

FRANCISCO DAS CHAGAS TEIXEIRA FERNANDES
Secretário Municipal de Administração

Proc. 068
Fls. 04
Rub.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04/2021
BASE LEGAL: Artigo 57, Inciso II da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993
TIPO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SENADOR ALEXANDRE COSTA-MA E A EMPRESA **J.W. CARNEIRO LOPES.**

O MUNICÍPIO DE SENADOR ALEXANDRE COSTA, por meio da Prefeitura Municipal de Senador Alexandre Costa, estado do Maranhão, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **01.566.688/0001-34**, situada na **Rua Cônego Aderson, s/n – Centro, Senador Alexandre Costa – Maranhão**, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Administração, Senhor **FRANCISCO DAS CHAGAS TEIXEIRA FERNANDES**. RG nº 065467772018-4, CPF nº 239.503.233-68, residente e domiciliada nesta cidade, e de outro lado, a empresa **J.W. CARNEIRO LOPES**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.409.569/0001-17, situada na Rua Quinze, Quadra 39, nº 28, Residencial Pinheiros I, Cohama, São Luís/MA, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado por **JOSÉ WALBER CARNEIRO LOPES**, brasileiro, portador do CPF Nº 508.894.273-72, Cédula de Identidade Nº 016372712001-1 SSP/MA, **RESOLVEM** celebrar o presente **ADITIVO DE CONTRATO de** prestação de serviços de manutenção do Portal da Transparência para o Município de Senador Alexandre Costa-MA, pelos princípios do direito público e demais normas pertinentes à espécie, ajustando e reciprocamente aceitando as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo aditivo de contrato tem por objeto Prorrogar por mais 12 (doze) meses a vigência do Contrato nº 25/2021 de prestação de serviços de manutenção do Portal da Transparência para o Município de Senador Alexandre Costa-MA, em conformidade com o disposto no Inciso II do caput do artigo 57 da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGENCIA

A vigência terá inicio em 05/02/2022 até 04/02/2023, podendo ser prorrogado mediante Termo aditivo, nos termos da Lei nº 8.666/93

CLÁUSULA TERCEIRA– DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E FONTE PAGADORA

As despesas decorrentes do presente aditivo correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Senador Alexandre Costa – MA deste exercício, na dotação abaixo descriminada:

1 PREFEITURA DE SENADOR ALEXANDRE COSTA MA 02 PODER EXECUTIVO 02 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO 02 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSTRAÇÃO 00 04 Administração 04 122 Administração Geral 04 0002 Adminstração e Manut. do Setor 122 04 122 0002 2001 0000 Manut. e Func. da Sec. Municipal de Administração 076 1.365.214.59 3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica

As despesas decorrentes do presente aditivo serão custeadas com recursos do Recursos Próprios do Município.

J.W. CARNEIRO LOPES
José Walber Carneiro Lopes
Titular

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

O valor total do presente termo aditivo é de R$ 23.400,00 (vinte e três mil e quatrocentos reais) para a

prestação de serviços, que serão pagos em parcelas mensais de R$ 1.950,00 (um mil, novecentos e cinquenta reais),para a prestação dos serviços, que serão pagos em 12 parcelas.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

Todas as demais cláusulas do Contrato Inicial não atingida pelo presente instrumento particular ficam ratificadas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Contrato, que foi impresso em 03 (três) vias de igual teor.

Senador Alexandre Costa (MA), 04 de fevereiro de 2022

Secretário Municipal de Administração
Francisco das Chagas Teixeira Fernandes
CONTRATANTE

JOSÉ WALBER CARNEIRO LOPES
J.W. CARNEIRO LOPES
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

CPF Nº

CPF Nº

CNPJ: 08.409.569/0001-17
J. W. CARNEIRO LOPES
Rua Quinze nº 28, Quadra 39
Residencial Pinheiros - Cohama
CEP: 65.064-441
SÃO LUÍS MA

Proc. 068
Fls. 18
Rub.

Proc. 068
Fls. 126
Rub.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA
Praça Jose Sarney, 178 – Centro –Santa Helena - CEP: 65.208-000
CNPJ Nº 06.226.583/0001-50

5° (QUINTO) TERMO DE ADITAMENTO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 060/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 085/2017
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 212/2021

5° (QUINTO) TERMO DE ADITAMENTO DO CONTRATO Nº 060/2018 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTA HELENA- MA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS E A EMPRESA J W CARNEIRO LOPES.

Por este instrumento particular, o MUNICÍPIO DE SANTA HELENA - MA, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA - MA, situada à Praça Jose Sarney, nº 178, Centro, SANTA HELENA - MA, inscrita no CNPJ sob o nº 06.226.583/0001-50, neste ato representada pela Secretária Municipal de Administração e Finanças a Sra. Maria José Ribeiro Oliveira, residente e domiciliado na rua Francisca Moraes Pinheiro, nº 801, bairro Alcântara, Pinheiro - MA, portadora da Cédula de Identidade nº 34479994-8 e do CPF nº 719.912.043-53, a seguir denominada contratante e a empresa J W CARNEIROS LOPES, inscrito no CNPJ nº: 08.409.569/0001-17, sediada à Rua quinze, nº 28, quadra 39, Residencial Pinheiro, Cohama, São Luís - MA, neste ato representado pelo Sr. José Walber Carneiro Lopes, portador da Cédula de Identidade n° 016372712001-1 SESP/MA, e do CPF n° 508.894.273-72, neste ato denominada CONTRATADA, acordam e justam firmar o presente termo de aditamento de contrato, nos termos do art. Art. 57, inciso II da Lei n°8.666/93, e suas alterações, pelas cláusulas a seguir expressas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

O presente termo de aditamento de contrato tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato para Contratação de empresa para prestar serviços de hospedagem domínio (banco de dados) desenvolvimento e locação da plataforma de transparência, execução e alimentação do portal da transparência e locação de licença do sistema diário do município de Santa Helena.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGENCIA DO TERMO ADITIVO.

Fica aditivada o prazo de vigência expresso na cláusula quinta do contrato inicial, em até 31 de dezembro de 2022.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA DOS RECURSOS.

As despesas decorrentes do presente contrato ora aditadas correrão por conta dos recursos específicos constantes no orçamento do contrato inicial, desta Prefeitura Municipal de Santa Helena - MA, classificados conforme especificação abaixo:

J. W. CARNEIRO LOPES
José Walber Carneiro Lopes
Titular

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA
Praça Jose Sarney, 178 – Centro –Santa Helena - CEP: 65.208-000
CNPJ Nº 06.226.583/0001-50

Proc. 068
Fls. 127
Rub.

Órgão: 02 – Poder Executivo
Unidade: 02 02 – SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04 122 – Administração de Geral
04 122 0305 2005 0000 – Manut. e Func. da Sec. Mun. de Adm. e Finanças
Elementos de Despesa – 3.3.90.39.00

CLÁUSULA QUARTA:

Todas as demais cláusulas do Contrato Inicial não atingidas pelo presente instrumento particular ficam inalteradas.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente termo de aditamento de contrato, que foi impresso em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas para que surtam seus legais e jurídicos efeitos.

Santa Helena (MA), 30 de dezembro de 2021.

Município de Santa Helena-MA
Secretário Municipal de Administração e Finanças
Maria José Ribeiro Oliveira
Contratante

José Walber Carneiro Lopes

J W CARNEIRO LOPES
José Walber Carneiro Lopes
Representante Legal
Contratada

CNPJ: 08.409.569/0001-17
J. W. CARNEIRO LOPES
Rua Quinze nº 28, Quadra 39
Residencial Pinheiros – Cohama
CEP: 65.064-441
SÃO LUÍS MA

PREFEITURA DE SÃO LUÍS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFSe

Número da Nota
00001499

Data e Hora da Emissão
02/02/2022 13:49:51

Código de Verificação
D548.D89C.822F.CB51.6718.CF73.0D7C.8452

CERTIFICADO
1020220092180821

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Nome / Razão Social: **J. W. CARNEIRO - ME**
CPF / CNPJ: **08.409.569/0001-17** Inscrição Municipal: **58670006**
Endereço: **R QUINZE (RES PINHEIROS) 28 QUADRA:39; - BAIRRO COHAMA - CEP: 65064441**
Município: **SAO LUIS** UF: **MA** Email: **walberlopez@hotmail.com** Telefone: **(98)**

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome / Razão Social: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA**
CPF/CNPJ: **06.226.583/0001-50** Inscrição Municipal:
Endereço: **PRACA GOVERNADOR JOSE SARNEY, 178 0 - BAIRRO CENTRO - CEP: 65208000**
Município: **SANTA HELENA** UF: **MA** Email: Telefone: **(98)**

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Descrição:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM DOMINIO (BANCO DE DADOS) DESENVOLVIMENTO E LOCAÇÃO DA PLATAFORMA DE TRANSPARÊNCIA, EXECUÇÃO E ALIMENTAÇÃO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA E LOCAÇÃO DE LICENÇA DO SISTEMA DO DIÁRIO, CONFORME 5° (QUINTO) TERMO DE ADITAMENTO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 060/2018

DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA:
BANCO ITAU
CÓDIGO BANCO: 341
AGÊNCIA: 7859
CONTA CORRENTE: 24967-9

Tipo do Item	Item	Quantidade	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
TRIBUTÁVEL	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM DOMÍNIO (BANCO)	1	4.500,00	4.500,00

Proc. 868
Fls. 108
Rub.

PIS (0,0000%):	COFINS (0,0000%):	INSS (0,0000%):	IR (0,0000%):	CSLL (0,0000%):
R$ 0,00	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**

VALOR TOTAL DA NOTA = R$ 4.500,00

Valor Total Composição:	Valor Total Deduções:	Base Cálculo:	Alíquota:	Valor ISS:
R$ 0,00	**R$ 0,00**	**R$ 4.500,00**	**3,56%**	**R$ 160,20**

OUTRAS INFORMAÇÕES

Descrição NBS:
Local de Incidência Imposto: Estabelecimento do Prestador Tributação: TRIBUTÁVEL S.N. Mês de 02/2022
Local de Prestação do Serviço: SANTA HELENA / MA
Recolhimento: PRÓPRIO
Atividade: 620230000 - DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR CUSTOMIZAVEIS
Serviço: 0105 - LICENCIAMENTO OU CESSAO DE DIREITO DE USO DE PROGRAMAS DE COMPUTACAO.

PREFEITURA
SANTA
HELENA
UNIÃO, TRABALHO
E COMPROMISSO

PREFEITURA DE SANTA HELENA
Praça José Sarney, 178 - Centro
CEP: 65.208-000 - Santa Helena - MA
CNPJ: 06.226.583/0001-50

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Proc. 088
Fls. 133
Rub.

Atestamos que a empresa J W CARNEIROS LOPES, inscrito no CNPJ nº: 08.409.569/0001-17, sediada à Rua quinze, 28, quadra 39, Residencial Pinheiro, Cohama, São Luís - MA, executou os serviços de hospedagem domínio (banco de dados) desenvolvimento e locação da plataforma de transparência, execução e alimentação do portal da transparência e locação de licença do sistema diário do município de Santa Helena.

Declaramos ainda que ate a presente data a referida empresa demostra possuir capacidade técnica, cumprindo os prazos, não havendo nada que desabone os equipamentos e cumprindo fielmente com suas obrigações.

Santa Helena -MA, 24 de janeiro de 2022.

Maria Jose Ribeiro Oliveira
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA
ESTADO DO MARANHÃO

CONTRATO Nº 090/2025 – REFERENTE AO PE Nº 016/2025-PMSH. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 415/2025.

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 090/2025, QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA – MA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS E A EMPRESA J. W. CARNEIRO LOPES.

Pelo presente instrumento de Contrato, de um lado o Município de Santa Helena – MA, através do(a) Secretaria Municipal de Administração e Finanças, CNPJ nº 06.226.583/0001-50, denominado daqui por diante de CONTRATANTE, representado neste ato pelo(a) Sr.(a) Maria José Ribeiro Oliveira, Secretária de Administração e Finanças, e do outro lado a Empresa J. W. CARNEIRO LOPES, CNPJ nº 08.409.569 0001-17, com sede na rua Quinze, Quadra 39, nº 28, Residencial Pinheiros, Bairro: Cohama, São Luís – MA, de agora em diante denominada CONTRATADA(O), neste ato representado pelo(a) Sr(a). José Walber Carneiro Lopes, portador do(a) CPF nº XXX.894.273-XX, têm justo e contratado o seguinte:

1. DO OBJETO CONTRATUAL

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresas especializada para Prestação de Serviços de Licença e sessão de Direito de Uso de Software integrado (Portal da Transparência) para a Gestão Municipal de Santa Helena – MA, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Itens Contratados:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	UNIDADE	QNTD	V. UNIT.	V. TOTAL
1	Hospedagem domínio (banco de dados), desenvolvimento e locação da plataforma de transparência e locação de licença do sistema diário oficial do Município	MÊS	8	R$ 3.500,00	R$ 28.000,00
	VALOR TOTAL				R$ 28.000,00

Proc. 068
Fls. 130
Rub.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. Este contrato fundamenta-se na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações, bem como na licitação na modalidade Pregão Eletrônico, nº 016/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA
ESTADO DO MARANHÃO

3. DOS ENCARGOS, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

3.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

3.2. Entregar o objeto conforme especificações do termo de referência e proposta apresentada;

3.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

3.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

3.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

3.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

3.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

3.8. Quando não for possível a verificação da regularidade nos sítios eletrônicos correspondentes, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

Proc. 168
Fls. 131
Rub.

3.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

3.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

3.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

3.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

3.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

3.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

3.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

3.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

3.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

3.19. Promover os serviços, observando a legislação sanitária vigente.

Proc. 068
Fls. 132
Rub.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. São obrigações do Contratante:

4.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

4.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

4.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

4.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

4.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao serviço do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

4.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

4.8. Cientificar o órgão de representação judicial do Município de Santa Helena – MA para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

4.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

4.10. A Administração terá o prazo de até 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

4.11. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de até 20 (vinte) dias.

4.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5. DA VIGÊNCIA

5.1. O prazo de vigência da contratação será até 31 de dezembro de 2025, contados a partir da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

5.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo, respeitada a vigência dentro do exercício econômico financeiro.

5.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

6. DA RESCISÃO

6.1. Constituem motivo para a rescisão contratual os constantes dos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021, e poderá ser solicitada a qualquer tempo pelo CONTRATANTE, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, mediante comunicação por escrito.

Proc. 068
Fls. 133
Rub.

7. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

I - Der causa à inexecução parcial do contrato;

II - Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Der causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

IX - Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA
ESTADO DO MARANHÃO

XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do subitem 7.1 deste Edital, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do subitem 7.1 deste Edital, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).

IV - Multa:

a) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

b) Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º).

7.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

I - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

II - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

7.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

Proc. 068
Fls. 134
Rub.

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na

Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

7.8. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

7.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161).

7.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

Proc. 668
Fls. 135
Rub.

8. DO VALOR E DO PAGAMENTO

8.1. O valor total da presente avença é de R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais).

8.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

8.3. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

8.4. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o(a) Secretaria Municipal de Administração e Finanças atestar a execução do objeto do contrato.

8.5. Havendo atraso no pagamento, desde que não decorre de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, aplicar-se-á o índice do IPCA, a título de compensação financeira, que será o produto resultante da multiplicação desse índice do dia anterior ao pagamento pelo número de dias em atraso, repetindo-se a operação a cada mês de atraso.

8.6. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

8.7. Quando houver glosa parcial do objeto, o CONTRATANTE deverá comunicar à CONTRATADA para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

8.8. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) O prazo de validade;

b) A data da emissão;

c) Os dados do contrato e do órgão contratante;

d) O período respectivo de execução do contrato;

e) O valor a pagar; e

f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.

8.10. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.12. Constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.14. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação.

8.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

I - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.17. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. DO REAJUSTE

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado no início do processo.

9.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do IPCA, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

9.5. Caso o IPCA venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas contratuais correrão por conta da verba do orçamento do(a) Secretaria Municipal de Administração e Finanças, na dotação orçamentária, Órgão: 10 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS; Subfunção: 122 Administração Geral; Projeto Atividade: 2005 Manut. e Func. da Sec. Mun. de Adm. e Finanças; Classificação Econômica: 3.3.9039.00 Outros Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica; Subelemento 3.3.90.39.99; Fonte de recurso: 1500000000. Valor: R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais) ficando o saldo pertinente aos demais exercícios a ser empenhado oportunamente, à conta dos respectivos orçamentos, caso seja necessário.

Proc. 068
Fls. 137
Rub.

11. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

I - Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c) Indenizações e multas.

12. DOS CASOS OMISSOS

12.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA
ESTADO DO MARANHÃO

13. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

14. DO FORO, BASE LEGAL E FORMALIDADES

14.1. Fica eleito o Foro da cidade de Santa Helena – MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

14.2. Para firmeza e como prova de haverem as partes, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes.

Proc. 418
Fls. 138
Rub.

Santa Helena – MA, 16 de maio de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA – MA
Maria José Ribeiro Oliveira
Secretária Municipal de Administração e Finanças

JOSE WALBER CARNEIRO LOPES

Assinado digitalmente por JOSE WALBER CARNEIRO LOPES
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=videoconferencia, OU=43766130000161, OU=Pessoa Física A1, OU=AR EXIMIA, OU=Autoridade Certificadora SERPROACF, CN=JOSE WALBER CARNEIRO LOPES
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.05.18 15:16:01-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.4.0

J. W. CARNEIRO LOPES – ME
CNPJ nº 08.409.569/0001-17
Sr. José Walber Carneiro Lopes
Representante Legal / Proprietário

PREFEITURA DE
Alto Alegre do Pindaré
Juntos para *fazer muito mais*

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Processo nº 068/2026

Proc. 068
Fls. 133
Rub.

DESPACHO

Foi proferido despacho pelo Prefeito Municipal determinando o retorno dos autos a esta Secretaria, após o levantamento de mercado, de que trata o art. 18, § 1º, inciso V, primeira parte, da Lei nº 14.133/2021, para que fosse elaborado o Estudo Técnico Preliminar e demais atos subsequentes, em conformidade com a legislação pertinente.

Dito isto, junta-se aos autos o Termo de Referência, entretanto em razão do baixo valor obtido na pesquisa e em virtude do DECRETO Nº 026, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2024, Art. 2º, opto pela não realização do Estudo Técnico Preliminar, e solicito que o presente processo tramite na modalidade de dispensa em razão do valor. Determinando assim o encaminhamento dos autos ao Prefeito Municipal para que seja dada início à contratação pública.

Alto Alegre do Pindaré/MA, 13 de abril de 2026.

Marcelo Coelho Sousa
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PREFEITURA DE
Alto Alegre do Pindaré
Juntos para fazer muito mais

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

TERMO DE REFERÊNCIA

BENS COMUNS, LEI 14.233/2021.

Proc. 068
Fls. 120
Rub.

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência visa Contratação de empresa para a prestação de serviços de licença de uso de software de diário oficial eletrônico, Portal da transparência para atender as demandas da Prefeitura De Alto Alegre Do Pindaré, conforme tabela, condições e exigências estabelecidas neste instrumento

1.2. O objeto desta contratação é de qualidade comum, não superior à cumprir as finalidades às quais se destinam, não se enquadrando como sendo de bem de luxo, nos termos do artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DE CONSUMO

2.1. O custo estimado total da contratação é de **R$ 61.200,00 (Sessenta e um mil e duzentos reais)** conforme custos unitários descritos na tabela abaixo.

N	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Locação da plataforma de transparência 20 e-mails institucionais Relatório mensal e acompanhamento junto as equipes internas Backups dos arquivos do antigo portal	Mês	12	R$ 4,050,00	R$ 48.600,00
2	Licença de SILCC sistema integrado de licitação capa a capa para cumprimento junto ao órgão de fiscalização	Mês	12	R$ 1.050,00	R$ 12.600,00

3. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Proc. 068
Fls. 141
Rub.

O Tribunal de Contas do Estado, em sua última auditoria, emitiu parecer desfavorável quanto à eficácia do atual portal da transparência da Prefeitura de Alto Alegre do Pindaré, destacando diversos aspectos que comprometem a funcionalidade e acessibilidade da plataforma. Entre os principais pontos críticos identificados estão a dificuldade de navegação, o que tem prejudicado o pleno acesso às informações públicas, essenciais para a sociedade. Tais falhas na estrutura do portal colocam a Prefeitura em risco de não atender plenamente às obrigações legais de garantir o acesso à informação e a transparência na gestão pública.

Diante deste cenário, a administração municipal entende ser imprescindível a contratação de uma solução tecnológica moderna e eficiente que atenda de forma plena às necessidades do município, alinhando-se aos princípios da publicidade, eficiência e transparência.

A proposta é que o novo sistema de diário oficial eletrônico e portal da transparência permita a fácil consulta pública de informações relativas à gestão financeira, orçamentária e administrativa do município, assegurando a ampla transparência das ações governamentais.

O software proposto deve atender, dentre outros requisitos, às seguintes funcionalidades essenciais:

1. **Publicação Eletrônica de Atos Administrativos**: O sistema deverá permitir a publicação e o armazenamento de todos os atos administrativos, como decretos, leis, resoluções, portarias, entre outros, garantindo que sejam disponibilizados de forma clara, organizada e acessível ao público.
2. **Portal de Transparência**: O portal deverá fornecer informações detalhadas sobre a execução orçamentária, gastos públicos, convênios, licitações, contratos e outros dados de interesse público, conforme as normativas da Lei de Acesso à Informação (LAI) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
3. **Acessibilidade e Usabilidade**: A plataforma deverá possuir uma interface intuitiva e fácil de navegar, com recursos de acessibilidade, atendendo às necessidades de todos os cidadãos, incluindo pessoas com deficiência, conforme as diretrizes da web acessível.
4. **Integração com Outros Sistemas**: O novo sistema deverá ser compatível com outras plataformas e bases de dados já utilizadas pela Prefeitura, permitindo a integração e a troca de informações de maneira eficaz.
5. **Segurança da Informação**: A solução deve garantir a proteção e segurança dos dados, com backup regular, criptografia e controles de acesso, prevenindo o vazamento ou uso indevido das informações.
6. **Suporte e Manutenção**: A empresa contratada deverá oferecer suporte técnico contínuo, com garantia de atendimento imediato para resolução de eventuais problemas, além de garantir a manutenção e atualização periódica do sistema.
7. **Treinamento e Capacitação**: A empresa também deverá fornecer treinamento completo para os servidores municipais responsáveis pela utilização do sistema, garantindo que todos os envolvidos possam operar a plataforma de forma eficiente e segura.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Proc. 068
Fls. 147
Rub.

4. DO ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ORGANIZAÇÃO

4.1. A Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré optou pela não elaboração do Plano Anual de Contratações, por essa razão a presente demanda não possui alinhamento com o planejamento da organização.

5. DAS AMOSTRAS

5.1. Para a presente contratação não será obrigatória a apresentação de amostras por parte da licitante vencedora.

6. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

6.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

8. DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

8.1. Em observância ao artigo 49, incisos II e III, da Lei Complementar nº 123/2006, considerando que não há um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, no presente procedimento não aplicado os benefícios do art. 48 da Lei Complementar 123/2006.

9. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

9.1. O prazo de vigência da contratação é até 31/12/2025 contados do início da vigência que consta descrita no instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **CONTRATAÇÃO DIRETA**, na modalidade **DISPENSA**, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO

Forma de fornecimento

O fornecimento do objeto Não será PARCELADO

Proc. 068
Fls. 143
Rub.

11. PROPOSTA DE PREÇOS

11.1. Os preços propostos deverão incluir todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer fretes, impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscal e previdenciário a que estiver sujeito, e demais custos que incidam, direta ou indiretamente, na execução do objeto a ser contratado;

11.2. A proposta de preço deverá conter a discriminação detalhada dos produtos ofertados, marca, modelo e fabricante, quando for o caso, quantidade solicitada, o valor unitário (numérico), valor total (numérico e por extenso), prazo de validade da proposta de no mínimo 90 (noventa) dias e prazo de entrega dos produtos.

12. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

12.1. A **HABILITAÇÃO JURÍDICA** será comprovada, mediante a apresentação da seguinte documentação:

12.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

12.1.3. No caso de sociedade empresária, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.b
CNPJ: 01.612.832/0001-21

PROC. 068
Fls. 144
Rub.

12.1.4. No caso de ser o participante sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

12.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

12.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

12.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

12.1.8. No caso de atividade adstrita a uma legislação específica: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

12.1.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.2. A **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

12.2.1. **Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado, independente se a fase de habilitação irá ou não anteceder as fases de apresentação de propostas e lances.**

12.2.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), através do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, emitido pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, comprovando possuir situação cadastral ativa para com a Fazenda Federal, ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

12.2.3. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, comprovando possuir Inscrição Habilitada no cadastro de contribuintes estadual, ou Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal quando se tratar de prestador de serviço.

12.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

12.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual;

12.2.5.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Municipal;

12.2.6.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.2.7. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;

12.2.8. Prova de regularidade com a justiça trabalhista, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida por órgão competente da Justiça do Trabalho (conforme Art. 3° da Lei Nº 12.440/2011);

12.2.9. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

12.3. **HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA,** que será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:

12.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial em caso de pessoas físicas, emitida até 60 (sessenta) dias antes da data da sessão pública ou que esteja dentro do prazo de validade constante da própria certidão;

13. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Proc. 068
Fls. 145
Rub.

Condições de Entrega

13.1. O prazo de entrega do item, assim que solicitado, **SERÁ DE 10 (dez) DIAS**, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento que será emitida com no mínimo uma semana de antecedência.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Proc.
Fls. 146
Rub.

13.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

13.3. Os bens deverão ser entregues na sede do Município de Alto Alegre do Pindaré em endereço indicado na Ordem de Fornecimento.

13.4. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, ou a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

Garantia, manutenção e assistência técnica

13.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Nos termos da legislação vigente, a indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da formalização do contrato ou instrumento equivalente.

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. DA ENTREGA/RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1. O objeto deverá ser entregue na sede da Secretaria Municipal de Saúde.

15.2. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Proc. 068
Fls. 14
Rub.

15.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade executados e consequente aceitação mediante termo detalhado.

15.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

15.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

15.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

15.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

16. DOS CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO

16.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, ocorrerá o pagamento após o fornecimento.

16.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

16.2.1. o prazo de validade;

16.2.2. a data da emissão;

16.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

16.2.4. o período respectivo de execução do contrato;

16.2.5. o valor a pagar; e

16.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

16.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação das certidões de regularidade junto à Receita Federal do Brasil/Previdência, Trabalhistas, FGTS, Estado (dívida ativa e tributos), Município (dívida ativa e tributos), nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

PROC. 068
Fls. 148
Rub.

16.5. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

16.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

16.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal.

16.9. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme item anterior.

16.10. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

16.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.12.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

16.13. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Alto Alegre do Pindaré - MA, 14 de abril de 2026.

Marcelo Coelho Sousa
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PREFEITURA DE
Alto Alegre do Pindaré
Juntos para fazer muito mais

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Proc. 068
Fls. 04
Rub.

Processo n° 068/2026

De acordo com as informações constantes neste Processo, autorizo a solicitação para Contratação de empresa para a prestação de serviços de licença de uso de software de diário oficial eletrônico, Portal da transparência para atender as demandas da Prefeitura De Alto Alegre Do Pindaré, e encaminho ao Agente de Contratação para providenciar a execução do procedimento de contratação em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal que regulamenta a matéria.

Após a tramitação de toda fase interna, retorne os autos ao ordenador de despesa respectivo para fins de apreciação dos custos e viabilidade técnica e legal de eventual processo de contratação.

Alto Alegre do Pindaré - MA, 15 de abril de 2026.

JOSÉ FRANCINETE BENTO LUNA
Prefeito da Cidade de Alto Alegre do Pindaré/MA

PREFEITURA DE
Alto Alegre do Pindaré
Juntos para fazer muito mais

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Proc. 068
Fls. 150
Rub.

Processo n° 068/2026

Tendo em vista a instrução dos autos, segue anexa a Portaria n° 075/2025, a qual nomeia os agentes de contratação, pregoeiro, membros da comissão de contratação e equipe de apoio nos procedimentos regidos pela Lei nº 14.133/2021.

Ademais, tendo em vista a autorização de encaminhamento do Prefeito do pleito conforme a lei, determino os seguintes encaminhamentos com a finalidade impulsionar o feito:

a) Ao Departamento do Setor de Cotação de Preços para a realização da pesquisa de mercado para juntar o mapa de cotações com propostas comerciais, nos termos da lei;

b) Ao Setor de Contabilidade para informar se despesa possui adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual, sendo compatível com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias. E, a depender do caso, já providenciar a reserva orçamentária e informar a rubrica que correrá a despesa;

c) Retornem os autos a este setor para manifestar-se sobre a modalidade de contratação e juntar minuta edital e anexos;

d) à Procuradoria Geral para emissão de parecer jurídico;

e) À autoridade superior decidir sobre a autorização da deflagração do procedimento licitatório;

f) Retornem os autos para esse Setor para providências;

Alto Alegre do Pindaré/MA, 16 de abril de 2026

EDIVAN PINHO PEREIRA
Agente de Contratação
Portaria nº 075/2025

PORTARIA Nº 075/2025

Em 09 de janeiro de 2025.

DESIGNA SERVIDORES E SERVIDORAS PARA, SEM PREJUÍZO DAS ATRIBUIÇÕES EM SUAS RESPECTIVAS UNIDADES DE LOTAÇÃO, ATUAREM COMO AGENTES DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIRO E COMO MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO (CPC) E DA EQUIPE DE APOIO NOS PROCEDIMENTOS REGIDOS PELA LEI Nº 14.133/2021.

JOSÉ FRANCINETE BENTO LUNA, Prefeito Municipal de Alto Alegre do Pindaré, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica,

CONSIDERANDO o disposto nos incisos L e LX do art. 6º, bem como no artigo 8º, da Lei 14.133/2021;

CONSIDERANDO que o agente de contratação é a pessoa designada por ato específico da autoridade competente, entre servidores efetivos do quadro permanente da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação;

CONSIDERANDO que a comissão de contratação é o conjunto de agentes públicos indicados pela Administração, em caráter permanente ou especial, com a função de receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares;

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo para, sem prejuízo das atribuições laborais em suas respectivas unidades de lotação, atuarem como Agente de Contratação nos procedimentos regidos pela Lei nº 14.133/2021:

I - EDIVAN PINHO PEREIRA, servidor efetivo, portador da cédula de identidade RG nº 000030264194-7 SSP/MA, e do CPF nº 713.015.423-34;

II - MARCIO HENRIQUE PIMENTA SOARES, servidor efetivo, portador da cédula de identidade RG nº 0289389320105 SSP/MA, e do CPF nº 550.726.153-91;

III – MARIA ALICE NASCIMENTO DOS SANTOS, servidora efetiva, portadora da cédula de identidade RG nº 000075265197-8, e do CPF nº CPF nº 815.343.963-49.

Parágrafo único. Os agentes de contratação designados serão responsáveis, entre outras atribuições, pela operacionalização, condução e julgamento das dispensas eletrônicas no Portal de Compras do Governo Federal.

Art. 2º. Designar o Agente de Contratação indicado no art. 1º, **EDIVAN PINHO PEREIRA**, para atuar como Pregoeiro, conforme o disposto no art. 8º, §5º da Lei 14.133/21.

Parágrafo único. Designar os servidores os seguintes servidores relacionados no art. 1º: **MARCIO HENRIQUE PIMENTA SOARES** e **MARIA ALICE NASCIMENTO DOS SANTOS** para, sob a presidência de **EDIVAN PINHO PEREIRA**, comporem a Comissão Permanente de Contratação (CPC) e equipe de apoio da Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré - MA, na qualidade de membros titulares.

Art. 3º. Os servidores indicados no art. 2º, parágrafo único, desta portaria, serão responsáveis pelas contratações de saldos de Atas de Registro de Preços, rescisões e prorrogações contratuais decorrente de processos licitatórios que foram registrados e contratados, sob a égide das antigas Leis 8.666/93 e 10.520/2002,

Art. 4º. As designações em epígrafe terão caráter permanente, até que outro ato as modifique ou as revogue.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 33/2025, datada de 1º de Janeiro de 2025 e Publicada no Diário Oficial do Município em 2 de Janeiro de 2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
Em 09 de janeiro de 2025.

JOSE FRANCINETE BENTO LUNA
Prefeito Municipal

Certidão de Publicação

Certifico para os devidos fins nos termos da Lei Orgânica Municipal e da Lei nº 004/2018 de 15/05/2018, que a presente Portaria foi publicada no Quadro de Avisos da Prefeitura em 01 de janeiro de 2025 e no Diário Oficial do Município, D.O.M.

Marcelo Coêlho Sousa
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Art. 21. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Alto Alegre do Pindaré-MA, 02 de Dezembro de 2024.

Rivaldo Pereira Santos
Presidente

Eliete Assis Bezerra
1º Secretária

ANEXO 01
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

ORD	DENOMINAÇÃO	QTD	SALÁRIO
01	Assessor Legislativo	13	R$ 1.412,00
02	Assessoria Contábil	1	R$ 3.500,00
03	Assessoria de Comunicação	1	R$ 2.000,00
04	Assessoria Juridica	1	R$ 4.237,20
05	Chefe de Gabinete	1	R$ 3.000,00
06	Controlador Geral	1	R$ 4.697,00
07	Diretor da Câmara	1	R$ 1.412,00
08	Secretário Geral	1	R$ 2.098,00
09	Tesoureiro	1	R$ 3.500,00

ANEXO 02
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

ORD	DENOMINAÇÃO	QTD	SALÁRIO
01	Auxiliar de Serviços Gerais	2	R$ 1.412,00
02	Vigia	2	R$ 1.412,00
03	Motorista	1	R$ 1.412,00

PORTARIAS DE NOMEAÇÕES

PORTARIA Nº 034/2025
Em 01 de janeiro de 2025.

NOMEIA COORDENADOR DE RECURSOS HUMANOS DAS-1/2/3, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE FRANCINETE BENTO LUNA, Prefeito do Município de Alto Alegre do Pindaré, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em especial o Art. 44 da Lei Orgânica do Município, pela presente.

R E S O L V E:
Art. 1º: Designar o servidor **FRANCIVAL VELOSO FERNANDES** – CPF nº 471.197.723-68 para exercer a função de para exercer o Cargo em Comissão de COORDENADOR DE RECURSOS HUMANOS DAS-1/2/3 da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a partir desta data.
Art. 2º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º: Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Dê-se ciência e publique-se na imprensa oficial – em conformidade com o art. 48, da Lei Orgânica de ALTO ALEGRE DO PINDARÉ (MA), para que surta seus legais e efeitos jurídicos.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
Em 01 de janeiro de 2025.

JOSE FRANCINETE BENTO LUNA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 075/2025
Em 09 de janeiro de 2025.

DESIGNA SERVIDORES E SERVIDORAS PARA, SEM PREJUÍZO DAS ATRIBUIÇÕES EM SUAS RESPECTIVAS UNIDADES DE LOTAÇÃO, ATUAREM COMO AGENTES DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIRO E COMO MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO (CPC) E DA EQUIPE DE APOIO NOS PROCEDIMENTOS REGIDOS PELA LEI Nº 14.133/2021.

JOSÉ FRANCINETE BENTO LUNA, Prefeito Municipal de Alto Alegre do Pindaré, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica,

CONSIDERANDO o disposto nos incisos L e LX do art. 6º, bem como no artigo 8º, da Lei 14.133/2021;

CONSIDERANDO que o agente de contratação é a pessoa designada por ato específico da autoridade competente, entre servidores efetivos do quadro permanente da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação;

CONSIDERANDO que a comissão de contratação é o conjunto de agentes públicos indicados pela Administração, em caráter permanente ou especial, com a função de receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares;

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo para, sem prejuízo das atribuições laborais em suas respectivas unidades de lotação, atuarem como Agente de Contratação nos procedimentos regidos pela Lei nº 14.133/2021:

I - EDIVAN PINHO PEREIRA, servidor efetivo, portador da cédula de identidade RG nº 000030264194-7 SSP/MA, e do CPF nº 713.015.423-34;

II - MARCIO HENRIQUE PIMENTA SOARES, servidor efetivo, portador da cédula de identidade RG nº 0289389320105 SSP/MA, e do CPF nº 550.726.153-91;

III – MARIA ALICE NASCIMENTO DOS SANTOS, servidora efetiva, portadora da cédula de identidade RG nº 000075265197-8, e do CPF nº CPF nº 815.343.963-49.

Parágrafo único. Os agentes de contratação designados serão responsáveis, entre outras atribuições, pela operacionalização, condução e julgamento das dispensas eletrônicas no Portal de Compras do Governo Federal.

Art. 2º. Designar o Agente de Contratação indicado no art. 1º, **EDIVAN PINHO PEREIRA**, para atuar como Pregoeiro, conforme o disposto no art. 8º, §5º da Lei 14.133/21.

Parágrafo único. Designar os servidores os seguintes servidores relacionados no art. 1º: **MARCIO HENRIQUE PIMENTA SOARES** e **MARIA ALICE NASCIMENTO DOS SANTOS** para, sob a presidência de **EDIVAN PINHO PEREIRA**, comporem a Comissão Permanente de Contratação (CPC) e equipe de apoio da Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré - MA, na qualidade de membros titulares.

Art. 3º. Os servidores indicados no art. 2º, parágrafo único, desta portaria, serão responsáveis pelas contratações de saldos de Atas de Registro de Preços, rescisões e prorrogações contratuais decorrente de processos licitatórios que foram registrados e contratados, sob a égide das antigas Leis 8.666/93 e 10.520/2002.

Art. 4º. As designações em epígrafe terão caráter permanente, até que outro ato as modifique ou as revogue.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 33/2025, datada de 1º de Janeiro de 2025 e Publicada no Diário Oficial do Município em 2 de Janeiro de 2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL. Em 09 de janeiro de 2025. JOSE FRANCINETE BENTO LUNA Prefeito Municipal.

Proc. 068
Fls. 153
Rub.

Assinado digitalmente por CLAY REGAZZONI RIBEIRO TORRES:72023597234
DN: cn=CLAY REGAZZONI RIBEIRO TORRES:72023597234, c=BR, o=ICP-Brasil, ou=videoconferencia, email=REGAZZONI31@GMAIL.COM
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: 2025.01.09 17:31:02 -03'00'

Proc. 068
Fls. 154
Rub.

Estado do Maranhão
Município de Alto Alegre do Pindaré

DIÁRIO OFICIAL
Poder Executivo

Secretaria de Administração e Finanças
Coordenação do Diário Oficial - DOM
Avenida João XIII, s/n, Centro
edomaap@gmail.com

José Francinete Bento Luna
Prefeito

Clay Regazzoni Ribeiro Torres
Coordenador do e-DOM

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Ao elaborar o seu texto para publicação no Diário Oficial Eletrônico, observe atentamente as instruções abaixo:

a) Edição dos textos enviados ao Diário por email;
b) Medida da página – 17cm de largura e 25cm de altura;
c) Editor de texto padrão: Word for Windows – Versão 6 ou Superior;
d) Tipo de fonte: Times New Roman;
e) Tamanho da letra: 8;
f) Entrelinhas: simples;
g) Excluir linhas em branco;
h) Tabelas/quadrados sem linhas de grade ou molduras;
i) Havendo erro na publicação, o usuário poderá manifestar reclamação por escrito até 30 dia após a circulação do Diário Oficial Eletrônico;
j) Se o erro for proveniente de falha do setor de publicação, a matéria será republicada sem ônus para o cliente, em caso de erro proveniente do email enviado, o ônus da retificação ficará a cargo do cliente;
k) As matérias que não atenderem as exigências acima serão devolvidas.

Informações: (98) 98612 – 9344

Assinado digitalmente por CLAY REGAZZONI RIBEIRO TORRES:72023597234
DN: cn=CLAY REGAZZONI RIBEIRO TORRES:72023597234, c=BR, o=ICP-Brasil, ou=videoconferencia, email=REGAZZONI31@GMAIL.COM
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: 2025.01.09 17:31:20 -03'00'

PREFEITURA DE
Alto Alegre do Pindaré
Juntos para fazer muito mais

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Proc. 068
Fls. 155
Rub.

Processo / Protocolo: 068/2026

Origem: Sec. Municipal de Administração.

Assunto: Contratação de empresa para a prestação de serviços de licença de uso de software de diário oficial eletrônico, Portal da transparência para atender as demandas da Prefeitura De Alto Alegre Do Pindaré.

DESPACHO

Vieram os autos a esta Assessoria Administrativa para realização de pesquisa de preços visando subsidiar o presente procedimento licitatório, com obtenção da média de preço praticada no mercado para o objeto acima descrito.

Ocorre que, recentemente, em atenção à determinação do Excelentíssimo Senhor Prefeito de Alto Alegre do Pindaré, e, em consonância com o que disciplina o art. 18, § 1º, inciso V, primeira parte, da Lei nº 14.133/2021, realizamos pesquisa de preços.

Nota-se que o objeto constante no Termo de Referência – TR, não sofreu alteração em sua especificação e quantidade, sendo o mesmo discriminado no Documento de Formalização de Demanda – DFD, o qual serviu de parâmetro para a Pesquisa de Mercado inicial, elaborada por este setor.

Ressalta-se que o preço médio estimado obtido está em consonância com a Lei de Licitações e as orientações dos Tribunais de Contas.

Com efeito, o Decreto nº 26, de 19 de fevereiro de 2024, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré/MA, com nova redação dada pelo Decreto Municipal nº 040, de 07 de março de 2024, prevê em seu art. 5º, §§ 7ª e 8º, a possibilidade de dispensa, mediante justificativa expressa, da pesquisa de que trata o § 2°, quando a pesquisa de preços realizada por ocasião do ETP contiver elementos suficientes para que seja definido o valor estimado da contratação, observado o art. 23 da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

Por oportuno, cite-se os §§ 2º, 7º e 8º do art. art. 5° do Decreto nº. 26, de 19 de fevereiro de 2024, bem como o art. 23 da Lei Federal n. 14.133/2021, conforme segue:

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Proc. 068
Fls. 156
Rub.

Decreto Municipal nº 026/2024 - PMAAP	"Art. 5°. .....*omissis*..... (...) § 2º A estimativa do valor da contratação, nesta fase, poderá ser paramétrica, não sendo, necessariamente, a pesquisa preliminar de preços que constará do Projeto Básico ou Termo de Referência. (...) § 7° Será dispensada, mediante justificativa expressa, a pesquisa de que trata o § 2°, quando a pesquisa de preços realizada por ocasião do ETP contiver elementos suficientes para que seja definido o valor estimado da contratação, observado o art. 23 da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021. § 8º A opção pela dispensa da pesquisa de preços nos termos do parágrafo anterior, não exime da necessidade de atualização dos valores estimados da contratação, caso a realização da pesquisa de preços ou os seus parâmetros adotados tenham excedido o prazo de 6 (seis) meses.

Lei Federal n. 14.133/2021	Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto. § 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não: I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP); II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Proc. 068
Fls. 157
Rub.

	anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente; III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso; IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento. **(...)**

Desse modo, considerando que a pesquisa inicial atente aos ditames do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, bem como, diante da possibilidade legal de dispensa de nova pesquisa, com supedâneo no Decreto Municipal nº 26, de 19 de fevereiro de 2024, art. 5º, §§ 7º e 8º, pois a referida pesquisa foi realizada há menos de 06 (seis) meses e no que pese a não realização do Estudo Técnico Preliminar - ETP o objeto a ser cotado, no Termo de Referência – TR, não sofreu alteração em sua especificação e quantidade, sendo o mesmo discriminado no Documento de Formalização de Demanda – DFD, que serviu de parâmetro para a pesquisa inicial.

Alto Alegre do Pindaré/MA, 17 de abril de 2026.

Leniza de Oliveira Botelho
Assessora Administrativa

PREFEITURA DE
Alto Alegre do Pindaré
Juntos para fazer muito mais

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Proc. 068
Fls. 58
Rub.

Processo nº 068/2026
Requerente: Secretaria Municipal de Administração
Para: Agente de Contratação

DESPACHO

Declaro para fins do disposto no art. 16, II, da lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e para efeito de realização de procedimentos licitatórios, que a despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual, sendo compatível com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e deverá ocorrer por conta das dotações orçamentárias conforme abaixo:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARE 02 PODER EXECUTIVO 02 02 SEC.MIN. DE ADMINISTRAÇAO E FINANÇAS 02 02 00 SEC.MIN. DE ADMINISTRAÇAO E FINANÇAS 04 Administração 04 122 Administração Geral 04 122 0046 SUPORTE ADMINISTRATIVO 04 122 0046 2007 0000 MANUT. E FUNC.DA SEC.DE ADMINISTRAÇAO E FINANÇAS 049 3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica

Encaminhe os autos do processo ao Agente de Contratação.

Alto Alegre do Pindaré/MA, 17 de abril de 2026.

Antônio Amaro dos Santos Ayres
Contador Geral
CRC/MA 010691/0-2

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Proc. 068
Fls. 153
Rub.

DESPACHO

Processo nº 068/2026
Requisitante: Secretaria Municipal de Administração
Objeto da Contratação: **Contratação de empresa para a prestação de serviços de licença de uso de software de diário oficial eletrônico, Portal da transparência para atender as demandas da Prefeitura De Alto Alegre Do Pindaré.**

I – RELATÓRIO

1.1. O processo em epigrafe trata-se da Contratação de empresa para a prestação de serviços de licença de uso de software de diário oficial eletrônico, Portal da transparência para atender as demandas da Prefeitura De Alto Alegre Do Pindaré, sendo legalmente previsto nos moldes do Art. 75, II, da Lei n. 14.133/2021 e decreto nº 11.871, de 29 de dezembro de 2023.

1.2. Da instrução destes autos constam ainda:

1) Ofício de Solicitação da Secretaria Municipal de Educação.
2) Despacho do Prefeito;
3) Despacho do Setor de Pesquisa de mercado
4) Dotação Orçamentária;

É o relatório, opina-se.

1.3. Uma vez que há informação de recursos globais, adotará a Lei Federal nº 8.666 de 1993. Assim sendo, a Lei Federal, ao disciplinar a contratação direta por inexigibilidade, estabelece no art. 24, *II*, o seguinte:

> *Art. 75. É dispensável a licitação:*
>
> II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

1.4. Ademais, sobreleva notar que o DECRETO Nº 12.807, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025, de 29 de dezembro de 2025, atualizou os valores das modalidades de licitação previstas nos incisos II.

1.5. Sendo assim o decreto prevê explícita a atualização de valores para a dispensa de licitação, no valor de R$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos)

1.6. Desta feita, no caso em comento, valores atualizados pelo decreto, para casos de dispensa para compras e serviços que não sejam de obras ou de engenharia, NÃO passou o limite de R$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos)

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Proc. 068
Fls. 160
Rub.

1.7. Assim sendo, considerando que o pleito se encontra regularmente com todas as peças exigidas por Lei, opinamos pela contratação direta por DISPENSA, com base no Art. 75, II, da Lei n. 14.133/2021

1.8. No mais, condiciona-se o encaminhamento deste parecer à análise e parecer nos termos da lei;

1.9. Informo, ainda, que segue anexo a esse parecer a minuta do contrato e portaria que nomeou o agente de contratação e os membros da comissão.

1.10. Uma vez observadas as condições anteriores, por fim, cabem a Vossa Excelência decidir quanto à Autorização da presente contratação direta por dispensa de licitação.

1.11. Após confirmação do interesse da empresa **J W CARNEIRO LOPES – ME** CNPJ: 08.409.569/0001-17, o setor de pesquisa de mercado juntou a documentação de regularidade e as certidões da supramencionada empresa, por essa razão deixo de realizar a juntada.

Alto Alegre do Pindaré/MA, 17 de abril de 2026.

EDIVAN PINHO PEREIRA
Pregoeiro
Portaria nº 075/2024

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Proc. 068
Fls. 16
Rub.

MINUTA DO CONTRATO Nº xxx/2025/PMAAP
PROCESSO Nº 068/2026

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ, ATRAVÉS DA SUA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E A EMPRESA xxxxxxxxxxxxxxxxxxx, NA FORMA ABAIXO:

O **MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA**, através da sua **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ– PMAAP/MA,** sediada na Av. João XXIII, S/N - Centro, Alto Alegre do Pindaré/MA, CNPJ Nº 01.612.832/0001-21, doravante designada **CONTRATANTE**, neste ato representado respectivamente pelo Prefeito Municipal **Sr. JOSÉ FRANCINETE BENTO LUNA,** brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 0000065717937 SESP/MA e inscrito no CPF sob o nº 467.294.103-53, residente e domiciliado na Avenida Fortaleza, nº 04, Bairro Novo Alto Alegre, CEP nº 65.398-000, nesta Cidade, e de outro lado a empresa **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx** inscrita no CNPJ: xxxxxxxxxxxxxxxxxxx, situada na Rua xxxxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxxxxxxxxx, São Luis – MA, CEP: xxxxxxxxxxxxxx **TELEFONE**: (xx) xxxxxxxxx **EMAIL:** xxxxxxxxxxxxxxxxxxx neste ato representada pela(o) Sr. **xxxxxxxxxxxxxx**, xxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxx, portador da RG nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx-x e do CPF nº xxxxxxxxxxxxxxx, **RESOLVEM** celebrar o presente Contrato decorrente da licitação na modalidade dispensa e do **Processo Administrativo n.º 128/2025,** com fundamento no art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021 e Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA VINCULAÇÃO (art. 92, I e II)

1.1– O presente instrumento tem por objeto Contratação de empresa para a prestação de serviços de licença de uso de software de diário oficial eletrônico, Portal da transparência para atender as demandas da Prefeitura De Alto Alegre Do Pindaré. de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA**.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Proc. 068
Fls. 162
Rub.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO (art. 92, V)

2.1 – O valor do presente Contrato é de **R$ xx.xxx,xx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx)**, em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme quadro abaixo:

N	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Locação da plataforma de transparência 20 e-mails institucionais Relatório mensal e acompanhamento junto as equipes internas Backups dos arquivos do antigo portal	Mês	12		
2	Licença de SILCC sistema integrado de licitação capa a capa para cumprimento junto ao órgão de fiscalização	Mês	12		

2.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

2.3 – São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.3.1 – O Termo de Referência que embasou a contratação, em especial as cláusulas específicas quanto a forma de execução do objeto;

2.3.2 – Edital de Licitação e/ou Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;

2.3.3 – A Proposta do Contratado;

2.3.4 – Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1 – O prazo de vigência será de 1(um) ano contado da sua assinatura e encerramento em 31/12/2025, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021, e, em caso de serviços e

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65390-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Proc. 168
Fls. 163
Rub.

fornecimentos contínuos, poderão ser prorrogáveis por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

4.1.1 – O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

4.1.2 – A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

3.2 – O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.3 – Em caso de prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.4 – O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

4.1 – O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1 – O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

5.2 O pagamento ocorrera na conta **Banco Itaú, Código Banco: 341 Agencia: 7859, Conta Corrente: 24967-9**

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE (art. 92, V)

6.1 – Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado constante do processo administrativo que deu origem ao presente termo de contrato.

6.2 – Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do índice

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Proc. 068
Fls. 14
Rub.

Geral de Preços de Mercado – IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3 – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.4 – No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5 – Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

10.6 – Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7 – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10.8 – O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

7.1 – Quando o presente instrumento tratar de informações pessoais, as partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

7.2 – Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

7.3 – É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

7.4 – A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo **CONTRATADO**.

7.5 – Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Proc. 068
Fls. 165
Rub.

7.6 – É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

7.7 – O **CONTRATADO** deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

7.8 – O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o **CONTRATADO** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

7.9 – O **CONTRATADO** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

7.10 – Bancos de dados eventualmente formados a partir de deste instrumento contratual, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

7.10.1 – Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

7.11 – O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

7.12 – Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

8.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARE 02 PODER EXECUTIVO 02 02 SEC.MIN. DE ADMINISTRAÇAO E FINANÇAS 02 02 00 SEC.MIN. DE ADMINISTRAÇAO E FINANÇAS 04 Administração 04 122 Administração Geral 04 122 0046 SUPORTE ADMINISTRATIVO 04 122 0046 2007 0000 MANUT. E FUNC.DA SEC.DE ADMINISTRAÇAO E FINANÇAS 049 3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica

8.2 – A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Proc. 68
Fls. 166
Rub.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

9.1 – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.2 – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

9.3 – Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

9.4 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

9.5 – Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

9.6 – Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

9.7 – Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria desta administração para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

9.8 – Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.8.1 – A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.9 – Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

9.10 – Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do §4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.11 – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

10.1 – O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e Termo de Referência, parte integrante a este Contrato, assumindo como exclusivamente seus os

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Proc. 868
Fls. 167
Rub.

riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

10.2 – Em casos de fornecimento de equipamentos, entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

10.3 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

10.4 – Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10.5 – Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

10.6 – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

10.7 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

10.8 – A empresa **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos relacionados na Ordem de Fornecimento/Serviço.

10.9 – Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**;

10.10 – Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.11 – Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.12 – Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Proc. 068
Fls. 168
Rub.

10.13 – Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

10.14 – Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

10.15 – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.16 – Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.17 – Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.

10.18 – Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

10.19 – Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

10.20 – Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local da execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.21 – Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.22 – Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1 – Para os contratos por escopo, assim considerados os contratos nos quais se impõe ao **CONTRATADO** o dever de realizar a execução de objeto específico em um período predeterminado, a extinção contratual se dará nos seguintes termos:

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Proc. 168
Fls. 169
Rub.

11.1.1 – Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.1.2 – Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato:

11.1.2.1 – Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**;

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.2 – Em se tratando de objeto de natureza contínua a extinção se dará quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2.1 – O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.2.2 – A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.2.3 – Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.3 – O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1 – Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3.2 – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.2.1 – Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4 – O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1 – Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Proc. 088
Fls. 130
Rub.

11.4.2 – Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3 – Indenizações e multas.

11.5 – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.6 – O contrato poderá ser extinto caso se constate que o **CONTRATADO** mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1 – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 – Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65.[illegible]000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Proc. 068
Fls. 171
Rub.

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

b) **Multa** de:

i) **Moratória** de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

ii) **Moratória** de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando exigida no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

iii) **Compensatória**, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.

iv) **Compensatória**, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "a", "b", "c" e "d" do subitem 12.1, de 1% a 30% do valor do Contrato.

12.3 – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4 – Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1 – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando exigida, ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6 – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

12.5 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.5 – Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Proc. 068
Fls. 172
Rub.

12.7 – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8 – A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o **CONTRATADO**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9 – O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

12.10 – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11 – Os débitos do **CONTRATADO** para com a Administração **CONTRATANTE**, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Proc. 068
Fls. 173
Rub.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

13.1 – As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 – O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4 – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 – Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO

16.1 – As regras para subcontratação do objeto deste instrumento de contrato constam no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 – O presente contrato é regido pela Lei 14.133/21 e demais diplomas legais.

17.2 – Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

17.3 – Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Luzia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Alto Alegre do Pindaré – MA, xx de xxxxx de xxxx

JOSÉ FRANCINETE BENTO LUNA	**xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**
Prefeito Municipal de Alto Alegre do Pindaré	xxxxxxxxxxxxx

Proc. 068
Fls. 174
Rub.

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ **Nome:** _____

CPF: _____ **CPF:** _____

PREFEITURA DE
Alto Alegre do Pindaré
Juntos para fazer muito mais

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

PROCESSO N.º 068/2026

Proc. 068
Fls. 175
Rub.

Requerente: Sec. Municipal de Administração.

Assunto Contratação de empresa para a prestação de serviços de licença de uso de software de diário oficial eletrônico, Portal da transparência para atender as demandas da Prefeitura De Alto Alegre Do Pindaré. Favorável.

PARECER JURÍDICO Nº 074/2026 – CPL/PGM

Para melhor compreensão didática, este parecer divide-se em ***Relatório***, ***Análise da Demanda***, ***Dispositivo*** e ***Encaminhamento***.

✓ **RELATÓRIO:**

Trata-se de processo administrativo desencadeado por Ofício datado de 09/02/2026, elaborado e assinado pelo Secretário Municipal de Administração, solicitando a Contratação de empresa para a prestação de serviços de licença de uso de software de diário oficial eletrônico, Portal da transparência para atender as demandas da Prefeitura De Alto Alegre Do Pindaré, incluindo hospedagem e Alimentação.

De relevante, cumpre destacar que consta nos autos, além do Ofício supracitado; Documento de Formalização de Demanda; Termo de Referência; Despacho do Prefeito Municipal de Alto Alegre do Pindaré/MA autorizando a solicitação supracitada; dando os devidos encaminhamentos aos setores competentes para a aquisição em tela; Estimativa de Custos, de três empresas; Dotação Orçamentária; e, Despacho da CPL.

Foi estimado para esta contratação o valor de **R$ 63.480,00 (Sessenta e três mil e quatrocentos e oitenta reais)**, sendo que a Empresa **J W CARNEIRO LOPES – ME CNPJ: 08.409.569/0001-17**, apresentou a proposta de menor valor, no importe de **R$ 61.200,00 (Sessenta e um mil e duzentos reais)**

Por fim, certifica-se que a Comissão Permanente de Licitação (CPL) juntou aos autos, Portaria que nomeia a comissão e indicou a contratação direta, por dispensa de licitação, para conhecimento, análise e emissão de parecer jurídico por parte desta Procuradoria Geral, de acordo com os ditames contidos na Lei nº 14.133/2021.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Por conseguinte, estes autos foram enviados para esta Assessoria Jurídica para que fosse emitido parecer.

✓ **É o breve relatório:**

Proc. 008
Fls. 06
Rub.

✓ **ANÁLISE DA DEMANDA**

1. Definição de Licitação

A licitação nada mais é do que um procedimento administrativo que visa à aquisição ou alienação de bens ou contratação de serviços, voltado para a celebração de um contrato administrativo, que se destina a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, entre aquelas apresentadas pelos licitantes. Destaque-se, que dependendo da situação, a proposta mais vantajosa pode não ser, necessariamente, a que apresenta o menor preço. Assim, o objetivo do procedimento em tela também é buscar qualidade no objeto da licitação, assim como o benefício econômico. Para Hely Lopes Meirelles[1], licitação nada mais é do que:

> [...] o procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse. Como procedimento, desenvolve-se através de uma sucessão ordenada de atos vinculantes para a Administração e para os licitantes, o que propicia igual oportunidade a todos os interessados e atua como fator de eficiência e moralidade nos negócios administrativos.

A lei que define as normas gerais para licitações e contratos na Administração Pública é a Lei nº 14.133/2021. A Carta Magna, em seu art. 22, inciso XXVII, determina que a competência para legislar sobre licitação e contratos é privativa da União, mas Estados e Municípios podem legislar sobre normas específicas que envolvam a matéria. Sobre o assunto, a Professora Odete Medauar[2] ensina que:

> [...] a competência da União para fixar normas gerais de licitação e contrato possibilita que Estados, Municípios e Distrito Federal legislem sobre normas específicas, para seus respectivos âmbitos de atuação. O problema está na separação precisa entre normas gerais e normas específicas. De regra, Estados e Municípios ou editam leis sem dispositivos que contrariem a lei da União, ou não editam lei específica e pautam suas licitações por aquela.

De acordo com o art. 1º, *caput,* da Lei nº 14.133/2021, a referida Lei estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e abrange, em seu inciso I, os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, dos

---

[1] Direito administrativo brasileiro. 28. ed. Atual. Eurico Azevedo et al. São Paulo: Malheiros, 2003. p. 264.
[2] Idem, ibidem.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Estados e do Distrito Federal e os órgãos do Poder Legislativo dos Municípios, quando no desempenho de função administrativa.

Proc. 068
Fls. 127
Rub.

2. Contratação Direta

A regra geral que prevalece para a Administração Pública no Brasil é a obrigatoriedade da realização de procedimento licitatório nas contratações que envolvam obras, serviços, compras e alienações. Essa é a norma contida no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal.

No entanto, em determinados casos, é admissível (desde que haja expressa previsão legal) a contratação direta. Assim, a licitação pode ser dispensável; em outras situações, é possível não haver como exigi-la e há ainda hipóteses em que é proibida a sua realização.

O renomado Diógenes Gasparini[3], ao tratar da obrigatoriedade da licitação, afirma que:

> A procura da melhor proposta para certo negócio é procedimento utilizado por todas as pessoas. Essa busca é, para umas, facultativa, e para outras, obrigatória. Para as pessoas particulares é facultativa. Para, por exemplo, as públicas (União, Estado-Membro, Distrito Federal, Município, autarquia) e governamentais (empresa pública, sociedade de economia mista, fundação), é, quase sempre, obrigatória, já que essas entidades algumas vezes estão dispensadas de licitar e em outras tantas a licitação é para elas inexigível ou mesmo vedada. A seleção da melhor proposta, feita segundo critérios objetivos previamente estabelecidos, ocorre entre as apresentadas por interessados que pretendem contratar com a entidade obrigada a licitar e que atenderem ao seu chamamento, promovido mediante instrumento convocatório disciplinador de todo o procedimento, denominado, por alguns, lei interna da licitação e do contrato.

Preliminarmente, deve-se fazer a distinção entre licitação inexigível, dispensada e dispensável. Na primeira hipótese, não há como se realizar a licitação por não haver possibilidade de competição, ou seja, mesmo que houvesse intenção por parte da Administração Pública de se realizar o certame, este não seria faticamente possível por não existir mais de um indivíduo, empresa ou consórcio capaz de satisfazer as exigências necessárias. Para conceituar inexigibilidade de licitação, a doutrina brasileira costuma afirmar que se trata de uma situação de inviabilidade de competição (repetindo o conceito trazido pela Lei de Licitações).

O rol de hipóteses de inexigibilidade tem previsão no art. 74 da Lei nº 14.133/2021. O Professor Gasparini[4], ao tratar do conceito de inexigibilidade de licitação, afirma que:

---

[3] Direito administrativo. 6. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2001. p. 385.
[4] Idem, p. 440.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Proc. 068
Fls. 178
Rub.

Inexigível é o que não pode ser exigido, asseguram os dicionaristas. Inexigibilidade, a seu turno, é a qualidade do que não pode ser exigido. Desse modo, a inexigibilidade da licitação é a circunstância de fato encontrada na pessoa que se quer contratar, ou com quem se quer contratar, que impede o certame, a concorrência; que impossibilita o confronto das propostas para os negócios pretendidos por quem, em princípio, está obrigado a licitar, e permite a contratação direta, isto é, sem a prévia licitação. Assim, ainda que a Administração desejasse a licitação, estaria sendo inviável, ante a absoluta ausência de concorrentes. Com efeito, onde não há disputa ou competição não há licitação. É uma particularidade da pessoa de quem se quer contratar o mérito profissional, encontrável, por exemplo, no profissional de notória especialização e no artista consagrado pela crítica especializada.

Já a contratação direta, em que a licitação é dispensável, envolve a situação em que teoricamente é possível a realização do procedimento licitatório, mas, de acordo com Justen Filho[5], a realização do certame "afigura-se objetivamente inconveniente ao interesse público". Dessa forma, a realização ou não do certame é uma faculdade do administrador.

As hipóteses de contratação direta por dispensa de licitação estão elencadas no art. 75 da Lei nº 14.133/2021, senão vejamos:

Art. 75. É dispensável a licitação:
I - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores; (Vide Decreto nº 11.871, de 2023) Vigência
II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; (Vide Decreto nº 11.871, de 2023) Vigência
III - para contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 (um) ano, quando se verificar que naquela licitação:
a) não surgiram licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas;
b) as propostas apresentadas consignaram preços manifestamente superiores aos praticados no mercado ou incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes;
IV - para contratação que tenha por objeto:
a) bens, componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira necessários à manutenção de equipamentos, a serem adquiridos do fornecedor original desses equipamentos durante o período de garantia técnica, quando essa condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;
b) bens, serviços, alienações ou obras, nos termos de acordo internacional específico aprovado pelo Congresso Nacional, quando as condições ofertadas forem manifestamente vantajosas para a Administração;
c) produtos para pesquisa e desenvolvimento, limitada a contratação, no caso de obras e serviços de engenharia, ao valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais); (Vide Decreto nº 10.922, de 2021) (Vigência) (Vide Decreto nº 11.317, de 2022) Vigência (Vide Decreto nº 11.871, de 2023) Vigência
d) transferência de tecnologia ou licenciamento de direito de uso ou de exploração de criação protegida, nas contratações realizadas por instituição científica, tecnológica e de inovação (ICT) pública ou por agência de fomento, desde que demonstrada vantagem para a Administração;
e) hortifrutigranjeiros, pães e outros gêneros perecíveis, no período necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, hipótese em que a contratação será realizada diretamente com base no preço do dia;
f) bens ou serviços produzidos ou prestados no País que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional;
g) materiais de uso das Forças Armadas, com exceção de materiais de uso pessoal e administrativo, quando houver necessidade de manter a padronização requerida pela estrutura de apoio logístico dos meios navais, aéreos e terrestres, mediante autorização por ato do comandante da força militar;
h) bens e serviços para atendimento dos contingentes militares das forças singulares brasileiras empregadas em operações de paz no exterior, hipótese em que a contratação deverá ser justificada quanto ao preço e à escolha do fornecedor ou executante e ratificada pelo comandante da força militar;
i) abastecimento ou suprimento de efetivos militares em estada eventual de curta duração em portos, aeroportos ou localidades diferentes de suas sedes, por motivo de movimentação operacional ou de adestramento;
j) coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, realizados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente de pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de

[5] Curso de direito administrativo. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 407.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública;

k) aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que inerente às finalidades do órgão ou com elas compatível;

l) serviços especializados ou aquisição ou locação de equipamentos destinados ao rastreamento e à obtenção de provas previstas nos incisos II e V do **caput** do art. 3º da Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, quando houver necessidade justificada de manutenção de sigilo sobre a investigação;

m) aquisição de medicamentos destinados exclusivamente ao tratamento de doenças raras definidas pelo Ministério da Saúde;

V - para contratação com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 3º, 3º-A, 4º, 5º e 20 da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, observados os princípios gerais de contratação constantes da referida Lei;

VI - para contratação que possa acarretar comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos pelo Ministro de Estado da Defesa, mediante demanda dos comandos das Forças Armadas ou dos demais ministérios;

VII - nos casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem;

VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontratação de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;

IX - para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integrem a Administração Pública e que tenham sido criados para esse fim específico, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;

X - quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento;

XI - para celebração de contrato de programa com ente federativo ou com entidade de sua Administração Pública indireta que envolva prestação de serviços públicos de forma associada nos termos autorizados em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação;

XII - para contratação em que houver transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS), conforme elencados em ato da direção nacional do SUS, inclusive por ocasião da aquisição desses produtos durante as etapas de absorção tecnológica, e em valores compatíveis com aqueles definidos no instrumento firmado para a transferência de tecnologia;

XIII - para contratação de profissionais para compor a comissão de avaliação de critérios de técnica, quando se tratar de profissional técnico de notória especialização;

XIV - para contratação de associação de pessoas com deficiência, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, por órgão ou entidade da Administração Pública, para a prestação de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado e os serviços contratados sejam prestados exclusivamente por pessoas com deficiência;

XV - para contratação de instituição brasileira que tenha por finalidade estatutária apoiar, captar e executar atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive para gerir administrativa e financeiramente essas atividades, ou para contratação de instituição dedicada à recuperação social da pessoa presa, desde que o contratado tenha inquestionável reputação ética e profissional e não tenha fins lucrativos;

XVI - para aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de insumos estratégicos para a saúde produzidos por fundação que, regimental ou estatutariamente, tenha por finalidade apoiar órgão da Administração Pública direta, sua autarquia ou fundação em projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e de estímulo à inovação, inclusive na gestão administrativa e financeira necessária à execução desses projetos, ou em parcerias que envolvam transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o SUS, nos termos do inciso XII deste **caput**, e que tenha sido criada para esse fim específico em data anterior à entrada em vigor desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado; (Redação dada pela Lei nº 14.628, de 2023)

XVII - para contratação de entidades privadas sem fins lucrativos para a implementação de cisternas ou outras tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano e produção de alimentos, a fim de beneficiar as famílias rurais de baixa renda atingidas pela seca ou pela falta regular de água; e (Incluído pela Lei nº 14.628, de 2023)

XVIII - para contratação de entidades privadas sem fins lucrativos, para a implementação do Programa Cozinha Solidária, que tem como finalidade fornecer alimentação gratuita preferencialmente à população em situação de vulnerabilidade e risco social, incluída a população em situação de rua, com vistas à promoção de políticas de segurança alimentar e nutricional e de assistência social e à efetivação de direitos sociais, dignidade humana, resgate social e melhoria da qualidade de vida. (Incluído pela Lei nº 14.628, de 2023)

§ 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do **caput** deste artigo, deverão ser observados:

I - o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora;

Proc. 68
Fls. 173
Rub.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65...
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Proc._____
Fls._____
Rub._____

II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

§ 2º Os valores referidos nos incisos I e II do **caput** deste artigo serão duplicados para compras, obras e serviços contratados por consórcio público ou por autarquia ou fundação qualificadas como agências executivas na forma da lei.

§ 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do **caput** deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

§ 4º As contratações de que tratam os incisos I e II do **caput** deste artigo serão preferencialmente pagas por meio de cartão de pagamento, cujo extrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

§ 5º A dispensa prevista na alínea "c" do inciso IV do **caput** deste artigo, quando aplicada a obras e serviços de engenharia, seguirá procedimentos especiais instituídos em regulamentação específica.

§ 6º Para os fins do inciso VIII do **caput** deste artigo, considera-se emergencial a contratação por dispensa com objetivo de manter a continuidade do serviço público, e deverão ser observados os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 desta Lei e adotadas as providências necessárias para a conclusão do processo licitatório, sem prejuízo de apuração de responsabilidade dos agentes públicos que deram causa à situação emergencial.

§ 7º Não se aplica o disposto no § 1º deste artigo às contratações de até R$ 8.000,00 (oito mil reais) de serviços de manutenção de veículos automotores de propriedade do órgão ou entidade contratante, incluído o fornecimento de peças. (Vide Decreto nº 11.871, de 2023) Vigência

Isto posto, convém trazer à baila as mudanças operacionalizadas em decorrência do conteúdo normativo do DECRETO Nº 12.807, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025, de 29 de dezembro de 2025, o qual atualiza os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nos termos de seu anexo, conforme segue

DISPOSITIVO	VALOR ATUALIZADO
Art. 6º, *caput*, inciso XXII	R$ 261.968.421,04 (duzentos e sessenta e um milhões novecentos e sessenta e oito mil quatrocentos e vinte e um reais e quatro centavos)
Art. 37, § 2º	R$ 392.952,63 (trezentos e noventa e dois mil novecentos e cinquenta e dois reais e sessenta e três centavos)
Art. 70, *caput*, inciso III	R$ 392.952,63 (trezentos e noventa e dois mil novecentos e cinquenta e dois reais e sessenta e três centavos)
Art. 75, *caput*, inciso I	R$ 130.984,20 (cento e trinta mil novecentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos)
Art. 75, *caput*, inciso II	R$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos)
Art. 75, *caput*, inciso IV, alínea "c"	R$ 392.952,63 (trezentos e noventa e dois mil novecentos e cinquenta e dois reais e sessenta e três centavos)
Art. 75, § 7º	R$ 10.478,74 (dez mil quatrocentos e setenta e oito reais e setenta e quatro centavos)
Art. 95, § 2º	R$ 13.098,41 (treze mil noventa e oito reais e quarenta e um centavos)

Portanto, atualmente, o valor definido no DECRETO Nº 12.807, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025, atualmente para o caso de serviços e compras não contemplados no inciso I da Lei nº 14.133/2021 é de R$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos).

Nesse diapasão, trazendo os fatos acima à luz do caso em comento, o valor estimado para a contratação no presente caso é de em **R$ 61.200,00 (Sessenta e um mil e**

Proc._____
Fls._____
Rub._____

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

duzentos reais), isto é, menos de R$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), hipótese que se aplica à previsão legal contida no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, resta demonstrado que é possível à administração optar pelo procedimento de dispensa de licitação previsto no art. 75, inciso II, da lei n. 14.133/2021, nos casos em que a contratação do referido serviço tenha valores estimado inferiores aos limites previstos no citado dispositivo legal.

Por derradeiro, vale ressaltar que o estudo técnico preliminar definido no art. 6º, inciso XX da Lei nº 14.133/2021 como "*documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação*", compreende uma das fases preparatória do processo licitatório, com previsão no art. 18, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, entretanto, no caso concreto, de acordo com o art. 2º, inciso II Decreto nº 026, de 19 de fevereiro de 2024, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré/MA, a elaboração dos ETP não é obrigatória em caso de contratação de obras, serviços, compras e aluguéis, cujos valores se enquadrem nos limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, independentemente da forma de contratação.

Proc. 88
Fls. 181
Rub.

2.3 Da análise da Minuta do Contrato

Em relação à minuta do contrato, tem-se o **art. 92 da Lei nº. 14.133/2021**, no qual faremos uma comparação entre os requisitos contidos nos incisos do referido artigo e a Minuta apresentada pela CPL. Senão vejamos:

> Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:
> I - o objeto e seus elementos característicos;
> II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;
> III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;
> IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
> V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
> VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;
> VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;
> VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
> IX - a matriz de risco, quando for o caso;
> X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;
> XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;
> XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;
> XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;
XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;
XIX - os casos de extinção.
§ 1º Os contratos celebrados pela Administração Pública com pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as domiciliadas no exterior, deverão conter cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir qualquer questão contratual, ressalvadas as seguintes hipóteses:
I - licitação internacional para a aquisição de bens e serviços cujo pagamento seja feito com o produto de financiamento concedido por organismo financeiro internacional de que o Brasil faça parte ou por agência estrangeira de cooperação;
II - contratação com empresa estrangeira para a compra de equipamentos fabricados e entregues no exterior precedida de autorização do Chefe do Poder Executivo;
III - aquisição de bens e serviços realizada por unidades administrativas com sede no exterior.
§ 2º De acordo com as peculiaridades de seu objeto e de seu regime de execução, o contrato conterá cláusula que preveja período antecedente à expedição da ordem de serviço para verificação de pendências, liberação de áreas ou adoção de outras providências cabíveis para a regularidade do início de sua execução.
§ 3º Independentemente do prazo de duração, o contrato deverá conter cláusula que estabeleça o índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, e poderá ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.
§ 4º Nos contratos de serviços contínuos, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, o critério de reajustamento de preços será por:
I - reajustamento em sentido estrito, quando não houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante previsão de índices específicos ou setoriais;
II - repactuação, quando houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante demonstração analítica da variação dos custos.
§ 5º Nos contratos de obras e serviços de engenharia, sempre que compatível com o regime de execução, a medição será mensal.
§ 6º Nos contratos para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou com predominância de mão de obra, o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços será preferencialmente de 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação prevista no § 6º do art. 135 desta Lei.
§ 7º Para efeito do disposto nesta Lei, consideram-se como adimplemento da obrigação contratual a prestação do serviço, a realização da obra ou a entrega do bem, ou parcela destes, bem como qualquer outro evento contratual a cuja ocorrência esteja vinculada a emissão de documento de cobrança. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

Nesse diapasão, observa-se que a minuta do contrato disponibilizada nos autos está de acordo com os dispositivos da Lei Federal de licitações, e, de acordo com a reserva de dotação orçamentária encrustrada nos autos, também há consonância com a LOA, LDO, LRF, LCP e PPA. Acrescenta-se, ainda, que a mesma **reúne os elementos essenciais exigidos pela legislação aplicável à espécie**.

Proc. 068
Fls. 182
Rub.

3. Das Considerações Finais

Há nos autos motivação, Termo de Referência, Justificativa de Preço (planilha com pesquisa de mercado e propostas), dotação orçamentária, autorização do Ordenador de Despesas, estando assim, devidamente instruídos os autos, a contratação pode ser

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

viabilizada através da contratação direta, na modalidade de dispensa de licitação, art. 75, II, Lei nº 14.133/2021 em razão do valor envolvido.

DISPOSITIVO

Ante aos fatos expostos e análise jurídica realizada, entende-se por opinar neste parecer que, a licitação no caso é dispensável (art. 75, II, Lei nº 14.133/2021). **É o parecer. *Sub Censura.***

Proc. 068
Fls. 183
Rub.

✓ **É o parecer. Sub Censura:**
✓ **ENCAMINHAMENTO:**

Encaminhem-se os autos ao **ORDENADOR DE DESPESAS desta Municipalidade** para conhecimento, providências e demais deliberações ao seu cargo.

Alto Alegre do Pindaré (MA), 20 de abril de 2026.

Emanuel Diniz de Jesus Povoas
Assessor Jurídico/PGM
OAB/MA 21.553

PREFEITURA DE
Alto Alegre do Pindaré
Juntos para fazer muito mais

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Proc. 068
Fls. 184
Rub.

Nº do processo	068/2026
Requerente	Secretaria Municipal de Administração.

Veio a conhecimento desta consultoria técnica na área jurídica e contábil, processo de contratação de serviço por dispensa de licitação, para análise quanto à legalidade e verificações das demais formalidades, bem como no que tange a atuação da comissão de licitação, na execução das atribuições e atos realizados pela referida comissão.

Visa o presente dar cumprimento às atribuições estabelecidas nos artigos 31 e 74 da Constituição Federal e demais normais que regulam as atribuições do sistema de controle interno, referentes ao exercício de controle prévio e concomitantes dos atos de gestão.

Trata-se da contratação direta, por **Dispensa de Licitação**, visando a Contratação de empresa para a prestação de serviços de licença de uso de software de diário oficial eletrônico, Portal da transparência para atender as demandas da Prefeitura De Alto Alegre Do Pindaré. Pela empresa **J W CARNEIRO LOPES – ME** inscrita no CNPJ: 08.409.569/0001-17, situada na Rua quinze, n. 28, Quadra 39, Residencial Pinheiros, São Luis – MA, CEP: 65064-441

O processo veio instruído com oficio de solicitação para deflagração da despesa, Termo de Referência, Despacho da Autoridade Competente, Pesquisa de Preço, Dotação Orçamentária, documentação da empresa (habilitação jurídico e fiscal), informações sobre a, despacho da CPL e parecer jurídico que ratifica a legalidade na instrução do processo.

Portanto, diante da instrução processual, e exclusivamente em relação a sua formalidade, não foi detectada irregularidade que impeça a continuidade do mesmo, razão pela qual declaramos sua conformidade de acordo com o disposto na Lei nº. 14.133/2021.

Recomendamos, contudo, que antes da realização do empenho que sejam verificadas todas as certidões de regularidade fiscal e trabalhista apresentadas no processo de inexigibilidade, cuja vigência contemple a data da assinatura do contrato/empenho.

Ressalvamos que todos os despachos e pareceres técnicos acostados no processo são de única e exclusiva responsabilidade dos respectivos setores e seus signatários. Sem mais formalidades, manifestamo-nos pelo prosseguimento do certame.

É o parecer.

Alto Alegre do Pindaré/MA, 20 de abril de 2026.

Agapto Cardoso da Cunha
Controlador Geral

PREFEITURA DE
Alto Alegre do Pindaré
Juntos para fazer muito mais

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Proc. 068
Fls. 185
Rub.

AUTORIZAÇÃO

REF. PROC. Nº 068/2026

Requerente: Secretaria Municipal de Administração.

OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviços de licença de uso de software de diário oficial eletrônico, Portal da transparência para atender as demandas da Prefeitura De Alto Alegre Do Pindaré.

AMPARO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

PRAZO DE VIGÊNCIA: prazo de vigência será de até 1 ano, contado da sua assinatura,

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARE 02 PODER EXECUTIVO 02 02 SEC.MIN. DE ADMINISTRAÇAO E FINANÇAS 02 02 00 SEC.MIN. DE ADMINISTRAÇAO E FINANÇAS 04 Administração 04 122 Administração Geral 04 122 0046 SUPORTE ADMINISTRATIVO 04 122 0046 2007 0000 MANUT. E FUNC.DA SEC.DE ADMINISTRAÇAO E FINANÇAS 049 3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica

AUTORIZO a **Contratação Direta por Dispensa de Licitação,** respaldada no Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, nos termos do Parecer Jurídico nº 111/2025, nos autos, a contratação direta do objeto acima especificado com a empresa **J W CARNEIRO LOPES – ME CNPJ: 08.409.569/0001-17,** no valor de **R$ 61.200,00 (Sessenta e um mil e duzentos reais)**

Alto Alegre do Pindaré/MA, 22 de junho de 2026.

JOSÉ FRANCINETE BENTO LUNA
Prefeito da Cidade de Alto Alegre do Pindaré/MA

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Fls. 068
Proc. 186
Rub.

CONTRATO Nº 061/2026/PMAAP
PROCESSO Nº 068/2026

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ, ATRAVÉS DA SUA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E A EMPRESA J W CARNEIRO LOPES – ME, NA FORMA ABAIXO:

O **MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA**, através da sua **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ– PMAAP/MA,** sediada na Av. João XXIII, S/N - Centro, Alto Alegre do Pindaré/MA, CNPJ Nº 01.612.832/0001-21, doravante designada **CONTRATANTE**, neste ato representado respectivamente pelo Prefeito Municipal **Sr. JOSÉ FRANCINETE BENTO LUNA,** brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 0000065717937 SESP/MA e inscrito no CPF sob o nº 467.294.103-53, residente e domiciliado na Avenida Fortaleza, nº 04, Bairro Novo Alto Alegre, CEP nº 65.398-000, nesta Cidade, e de outro lado a empresa **J W CARNEIRO LOPES – ME** inscrita no CNPJ: 08.409.569/0001-17, situada na Rua quinze, n. 28, Quadra 39, Residencial Pinheiros, São Luis – MA, CEP: 65064-441 **TELEFONE**: (99) 98157-2748 **EMAIL:** workcenter.ma@hotmail.com neste ato representada pela(o) Sr. **Jose Walber Carneiro Lopes**, Brasileiro, Casado, Empresário, portador da RG nº 016372712001-1 e do CPF nº 508.894.273-72, **RESOLVEM** celebrar o presente Contrato decorrente da licitação na modalidade dispensa e do **Processo Administrativo n.º 068/2026,** com fundamento no art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021 e Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA VINCULAÇÃO (art. 92, I e II)

1.1– O presente instrumento tem por objeto Contratação de empresa para a prestação de serviços de licença de uso de software de diário oficial eletrônico, Portal da transparência para atender as demandas da Prefeitura De Alto Alegre Do Pindaré. de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA**.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Proc. 068
Fls. 187
Rub.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO (art. 92, V)

2.1 – O valor do presente Contrato é de **R$ 61.200,00 (Sessenta e um mil e duzentos reais)**, em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme quadro abaixo:

N	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Locação da plataforma de transparência 20 e-mails institucionais Relatório mensal e acompanhamento junto as equipes internas Backups dos arquivos do antigo portal	Mês	12	R$ 4,050,00	R$ 48.600,00
2	Licença de SILCC sistema integrado de licitação capa a capa para cumprimento junto ao órgão de fiscalização	Mês	12	R$ 1.050,00	R$ 12.600,00

2.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

2.3 – São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.3.1 – O Termo de Referência que embasou a contratação, em especial as cláusulas específicas quanto a forma de execução do objeto;

2.3.2 – Edital de Licitação e/ou Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;

2.3.3 – A Proposta do Contratado;

2.3.4 – Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1 – O prazo de vigência será de 1(um) ano contado da sua assinatura e encerramento em 31/12/2025, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021, e, em caso de serviços e

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP 65.950-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Fls. 068
Rub. 188

fornecimentos contínuos, poderão ser prorrogáveis por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

4.1.1 – O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

4.1.2 – A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

3.2 – O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.3 – Em caso de prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.4 – O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

4.1 – O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1 – O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

5.2 O pagamento ocorrera na conta **Banco Itaú, Código Banco: 341 Agencia: 7859, Conta Corrente: 24967-9**

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE (art. 92, V)

6.1 – Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado constante do processo administrativo que deu origem ao presente termo de contrato.

6.2 – Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do índice

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Proc. 068
Fls. 189
Rub.

Geral de Preços de Mercado – IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3 – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.4 – No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5 – Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

10.6 – Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7 – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10.8 – O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

7.1 – Quando o presente instrumento tratar de informações pessoais, as partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

7.2 – Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

7.3 – É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

7.4 – A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo **CONTRATADO**.

7.5 – Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

7.6 – É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

7.7 – O **CONTRATADO** deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

7.8 – O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o **CONTRATADO** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

7.9 – O **CONTRATADO** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

7.10 – Bancos de dados eventualmente formados a partir de deste instrumento contratual, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

7.10.1 – Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

7.11 – O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

7.12 – Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

8.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARE 02 PODER EXECUTIVO 02 02 SEC.MIN. DE ADMINISTRAÇAO E FINANÇAS 02 02 00 SEC.MIN. DE ADMINISTRAÇAO E FINANÇAS 04 Administração 04 122 Administração Geral 04 122 0046 SUPORTE ADMINISTRATIVO 04 122 0046 2007 0000 MANUT. E FUNC.DA SEC.DE ADMINISTRAÇAO E FINANÇAS 049 3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica

8.2 – A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Proc. 068
Fls. 190
Rub.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

9.1 – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.2 – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

9.3 – Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

9.4 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

9.5 – Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

9.6 – Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

9.7 – Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria desta administração para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

9.8 – Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.8.1 – A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.9 – Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

9.10 – Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do §4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.11 – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

10.1 – O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e Termo de Referência, parte integrante a este Contrato, assumindo como exclusivamente seus os

Proc. 068
Fls. 121
Rub.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

10.2 – Em casos de fornecimento de equipamentos, entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

10.3 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

10.4 – Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10.5 – Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

10.6 – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

10.7 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

10.8 – A empresa **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos relacionados na Ordem de Fornecimento/Serviço.

10.9 – Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**;

10.10 – Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.11 – Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.12 – Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

Proc. _____
Fls. 192
Rub. _____

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

10.13 – Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

10.14 – Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

10.15 – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.16 – Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.17 – Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.

10.18 – Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

10.19 – Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

10.20 – Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local da execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.21 – Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.22 – Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1 – Para os contratos por escopo, assim considerados os contratos nos quais se impõe ao **CONTRATADO** o dever de realizar a execução de objeto específico em um período predeterminado, a extinção contratual se dará nos seguintes termos:

Proc. _____
Fls. 193
Rub. _____

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

11.1.1 – Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.1.2 – Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato:

11.1.2.1 – Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**;

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.2 – Em se tratando de objeto de natureza contínua a extinção se dará quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2.1 – O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.2.2 – A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.2.3 – Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.3 – O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1 – Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3.2 – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.2.1 – Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4 – O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1 – Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Proc._____
Fls. 124
Rub._____

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Proc. 068
Fls. 195
Rub.

11.4.2 – Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3 – Indenizações e multas.

11.5 – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.6 – O contrato poderá ser extinto caso se constate que o **CONTRATADO** mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1 – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 – Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

b) **Multa** de:

i) **Moratória** de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

ii) **Moratória** de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando exigida no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

iii) **Compensatória**, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.

iv) **Compensatória**, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "a", "b", "c" e "d" do subitem 12.1, de 1% a 30% do valor do Contrato.

12.3 – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

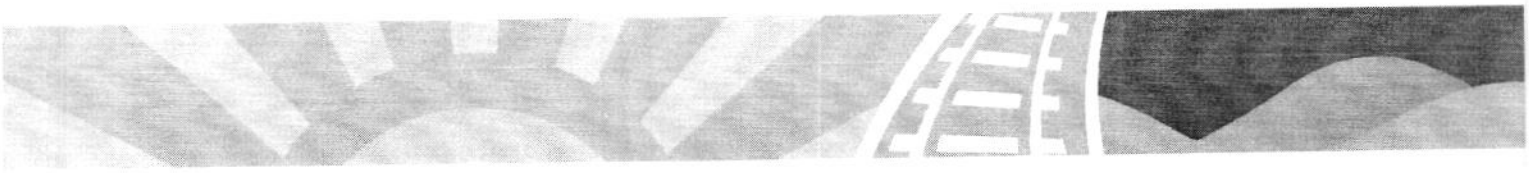
12.4 – Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1 – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando exigida, ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6 – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

Proc. 044
Fls. 136
Rub.



Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

12.5 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.5 – Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Proc. 08
Fls. 197
Rub.

12.7 – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8 – A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o **CONTRATADO**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9 – O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

12.10 – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11 – Os débitos do **CONTRATADO** para com a Administração **CONTRATANTE**, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

13.1 – As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 – O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4 – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 – Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO

16.1 – As regras para subcontratação do objeto deste instrumento de contrato constam no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 – O presente contrato é regido pela Lei 14.133/21 e demais diplomas legais.

17.2 – Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

Proc. 068
Fls. 198
Rub.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Proc. 068
Fls. 199
Rub.

17.3 – Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Luzia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Alto Alegre do Pindaré – MA, 22 de abril de 2026

JOSE FRANCINETE BENTO LUNA:46729410353

Assinado de forma digital por JOSE FRANCINETE BENTO LUNA:46729410353
Dados: 2026.04.22 15:24:02 -03'00'

JOSÉ FRANCINETE BENTO LUNA
Prefeito Municipal de Alto Alegre do Pindaré

JOSE WALBER CARNEIRO LOPES

Assinado digitalmente por JOSE WALBER CARNEIRO LOPES
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=videoconferencia, OU=43768130000181, OU=Pessoa Física A1, OU=AREXIMIA, OU=Autoridade Certificadora SERPROACF, CN=JOSE WALBER CARNEIRO LOPES
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.04.22 11:38:51-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2025.1.0

Jose Walber Carneiro Lopes
J W CARNEIRO LOPES – ME

TESTEMUNHAS:

Nome: Juanza Batista

CPF: 604008943109

Nome: Marcos Antonio Medeiros Sousa

CPF: 710.792.883-00

PREFEITURA DE
Alto Alegre do Pindaré
Juntos para *fazer muito mais*

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Proc. 068
Fls. 200
Rub.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 061/2026

REF.: Processo Administrativo n.º 068/2026. O **Município de Alto Alegre do Pindaré/MA**, através da sua **SECRETARIA MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO**, e a empresa **J W CARNEIRO LOPES – ME inscrita** no CNPJ: 08.409.569/0001-17– **OBJETO**: Contratação de empresa para a prestação de serviços de licença de uso de software de diário oficial eletrônico, Portal da transparência para atender as demandas da Prefeitura De Alto Alegre Do Pindaré. – **VALOR** deste contrato: R$ 61.200,00 (Sessenta e um mil e duzentos reais) – **DOTAÇAO ORÇAMENTÁRIA**: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARE 02 PODER EXECUTIVO 02 02 SEC.MIN. DE ADMINISTRAÇAO E FINANÇAS 02 02 00 SEC.MIN. DE ADMINISTRAÇAO E FINANÇAS 04 Administração 04 122 Administração Geral 04 122 0046 SUPORTE ADMINISTRATIVO 04 122 0046 2007 0000 MANUT. E FUNC.DA SEC.DE ADMINISTRAÇAO E FINANÇAS 049 3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica - **PRAZO DE VIGÊNCIA**: 1(um) ano contado da data de assinatura - **BASE LEGAL**: Art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/2021 – **SIGNATÁRIOS**: **JOSÉ FRANCINETE BENTO LUNA** Prefeito Municipal de Alto Alegre do Pindaré, pela **CONTRATANTE** e **Jose Walber Carneiro Lopes**, pela **CONTRATADA.**

Alto Alegre do Pindaré/MA, 22 de abril de 2026.

Emanuel Diniz de Jesus Póvoas
Assessor Jurídico do Município de Alto Alegre do Pindaré
OAB/MA 21.553
Portaria 031/2025

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ

DIÁRIO OFICIAL

Caderno do Executivo

SUMÁRIO

EXTRATOS
Comissão Permanente de Licitação - CPL.....1
LEI Nº 0115/2026
Gabinete do Prefeito - GABPREF.....1

EXTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 061/2026
REF.: Processo Administrativo n.º 068/2026. O **Município de Alto Alegre do Pindaré/MA**, através da sua **SECRETARIA MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO**, e a empresa **J W CARNEIRO LOPES – ME inscrita** no CNPJ: 08.409.569/0001-17– **OBJETO**: Contratação de empresa para a prestação de serviços de licença de uso de software de diário oficial eletrônico, Portal da transparência para atender as demandas da Prefeitura De Alto Alegre Do Pindaré. – **VALOR** deste contrato: R$ 61.200,00 (Sessenta e um mil e duzentos reais) – **DOTAÇAO ORÇAMENTÁRIA**: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARE 02 PODER EXECUTIVO 02 02 SEC.MIN. DE ADMINISTRAÇAO E FINANÇAS 02 02 00 SEC.MIN. DE ADMINISTRAÇAO E FINANÇAS 04 Administração 04 122 Administração Geral 04 122 0046 SUPORTE ADMINISTRATIVO 04 122 0046 2007 0000 MANUT. E FUNC.DA SEC.DE ADMINISTRAÇAO E FINANÇAS 049 3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica - **PRAZO DE VIGÊNCIA**: 1(um) ano contado da data de assinatura - **BASE LEGAL**: Art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/2021 – **SIGNATÁRIOS**: **JOSÉ FRANCINETE BENTO LUNA** Prefeito Municipal de Alto Alegre do Pindaré, pela **CONTRATANTE** e **Jose Walber Carneiro Lopes**, pela **CONTRATADA**. Alto Alegre do Pindaré/MA, 22 de abril de 2026. **Emanuel Diniz de Jesus Póvoas** Assessor Jurídico do Município de Alto Alegre do Pindaré OAB/MA 21.553 Portaria 031/2025

EXTRATO DA ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE ANÁLISE E JULGAMENTO
CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 01/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 89/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração de cartões eletrônicos destinados ao fornecimento de benefícios aos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) contemplados com o Programa "Bolsa Estudante – EJA".
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.
RESULTADO DO CREDENCIAMENTO: O Agente de Contratação, após análise técnica e jurídica das documentações e propostas apresentadas, decide: HABILITAR E CREDENCIAR as seguintes empresas por atenderem integralmente aos requisitos do edital: **LE CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA** (CNPJ: 19.207.352/0001-40); **VÓLUS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA** (CNPJ: 03.817.702/0001-50); **MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTÕES E SERVIÇOS LTDA** (CNPJ: 21.922.507/0001-72); **ROM CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA** (CNPJ: 20.895.286/0001-28); e **ALELO S.A.** (CNPJ: 04.740.876/0001-25);
PRAZO RECURSAL: O período para interposição de recursos será de 27/04/2026 a 30/04/2026. Alto Alegre do Pindaré/MA, 23 de abril de 2026. EDIVAN PINHO PEREIRA Agente de Contratação.

LEI Nº 0115/2026

LEI Nº 0115/2026, de 20 de abril de 2026

Promove Readequação Orçamentária no âmbito do Município de Alto Alegre do Pindaré e autoriza a abertura de Crédito Especial ao orçamento anual de 2026 no valor de R$ 2.500.000,00 (Dois milhões e quinhentos mil reais).

O Prefeito do Município de Alto Alegre do Pindaré, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município, para o exercício de 2026, um Crédito Adicional Especial no valor de R$ R$ 2.500.000,00 (Dois milhões e quinhentos mil reais), destinado à criação de dotação orçamentária específica para execução de recursos oriundos de Transferências Especiais da União.
Art. 2º - Os recursos necessários para cobertura dos créditos especiais provirão de Transferência Especial da União, oriundos das Emendas Parlamentares de autoria do Deputado Federal André Fufuca, no valor de R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) e de autoria da Deputada Federal Amanda Gentil, no valor de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), destinada à execução de obra de infraestrutura turística – construção de pier (cais) neste Município.
Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a fazer os ajustes necessários no PPA e LDO, além das fontes de recursos necessárias ao cumprimento desta Lei.
Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar a abertura de crédito adicional suplementar referente aos valores das demais emendas direcionadas para o referido objeto desta Lei.
Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando demais disposições em contrário.

Mando, portanto, a todos para conhecimento e execução da presente Lei, que a cumpram e a façam cumprir, tão inteiramente como nela se contém. A Prefeitura Municipal a faça imprimir, publicar e correr.

GABINETE DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ, ESTADO DO MARANHÃO, em 20 de abril de 2026.

JOSÉ FRANCINETE BENTO LUNA
Prefeito de Alto Alegre do Pindaré-MA

Proc. 068
Fls. 201
Rub.

Documento assinado eletronicamente. Verificação em http://portal.qualisign.com.br/login/dc-validar através do código [illegible] http://www.altoalegredopindare.ma.gov.br/diario-oficial-eletronico/ e informe os dados lá colocadas

Proc. 008
Fls. 202
Rub.

Estado do Maranhão
Município de Alto Alegre do Pindaré

DIÁRIO OFICIAL
Poder Executivo

Secretaria de Administração e Finanças
Coordenação do Diário Oficial - DOM
Avenida João XIII, s/n, Centro
edomaap@gmail.com

José Francinete Bento Luna
Prefeito

Clay Regazzoni Ribeiro Torres
Coordenador do e-DOM

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Ao elaborar o seu texto para publicação no Diário Oficial Eletrônico, observe atentamente as instruções abaixo:

a) Edição dos textos enviados ao Diário por email;
b) Medida da página – 17cm de largura e 25cm de altura;
c) Editor de texto padrão: Word for Windows – Versão 6 ou Superior;
d) Tipo de fonte: Times New Roman;
e) Tamanho da letra: 8;
f) Entrelinhas: simples;
g) Excluir linhas em branco;
h) Tabelas quadrados sem linhas de grade ou molduras;
i) Havendo erro na publicação, o usuário poderá manifestar reclamação por escrito até 30 dia após a circulação do Diário Oficial Eletrônico;
j) Se o erro for proveniente de falha do setor de publicação, a matéria será republicada sem ônus para o cliente, em caso de erro proveniente do email enviado, o ônus da retificação ficará a cargo do cliente;
k) As matérias que não atenderem as exigências acima serão devolvidas.

Informações: (98) 98612-9344

Documento assinado eletronicamente. Verificação em http://ondal.qualisign.com.br/login.do validar através do código [illegible] colocadas

PROTOCOLO DE AÇÕES

Este é um documento assinado eletronicamente pelas partes, utilizando métodos de autenticações eletrônicas que comprovam a autoria e garantem a integridade do documento em forma eletrônica. Esta forma de assinatura foi admitida pelas partes como válida e deve ser aceito pela pessoa a quem o documento for apresentado. Todo documento assinado eletronicamente possui admissibilidade e validade legal garantida pela Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Data de emissão do Protocolo: 23/04/2026

Proc. 068
Fls. 103
Rub.

Dados do Documento

Tipo de Documento	Contrato Genérico com Testemunhas-Acesso Rápido
Referência Contrato	Caderno do Executivo - Diário de 23 de Abril de 20
Situação	Vigente / Ativo
Data da Criação	23/04/2026
Validade	23/04/2026 até Indeterminado
Hash Code do Documento	306F71719BBAE44C6BA294028B26D5AC7CB60D79F3E1096083CF43A785CE6CD6

Assinaturas / Aprovações

Papel (parte) Contratadas

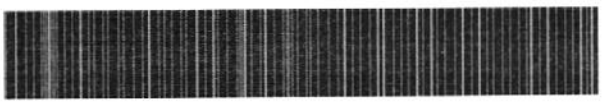
Relacionamento 01.612.832/0001-21 - MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARE

Representante			CPF
CLAY REGAZZONI RIBEIRO TORRES			720.235.972-34
Ação:	Assinado em 23/04/2026 17:11:15 com o certificado ICP-Brasil Serial - 41EAB1078166F991	**IP:**	170.239.141.45
Info.Navegador	Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/147.0.0.0 Safari/537.36		
Localização	Latitude: -3.7042 / Longitude: -45.9627		
Tipo de Acesso	Normal		

As assinaturas digitais contidas neste documento possuem carimbos de tempo baseados na Hora Legal Brasileira, emitidos pela Autoridade de Carimbo de Tempo (ACT) Qualisign, homologada pelo Observatório Nacional (ON/MCTI) ou por uma ACT externa homologada pela ICP-Brasil.

A autenticidade, validade e detalhes de cada assinatura deste documento poderá ser verificada através do endereço http://portal.qualisign.com.br/login/dc-validar, utilizando o código de acesso (passcode) abaixo:

Código de Acesso (Passcode): **GGNCP-OOAML-OM6J3-KTOOH**





No caso de assinatura com certificado digital também pode ser verificado no site https://validar.iti.gov.br/, utilizando-se o documento original e o documento com extensão .p7s.

Os serviços de assinatura digital deste portal contam com a garantia e confiabilidade da **AR-QualiSign**, Autoridade de Registro vinculada à ICP-Brasil.

Validação de documento não armazenado no Portal QualiSign

Proc. 068
Fls. 204
Rub.

Caso o documento já tenha sido excluído do Portal QualiSign, a verificação poderá ser feita conforme a seguir;

a.) Documentos assinados exclusivamente com Certificado Digital (CADES)

A verificação poderá ser realizada em http://portal.qualisign.com.br/login/dc-validar, desde que você esteja de posse do documento original e do arquivo que contém as assinaturas (.P7S). Você também poderá fazer a validação no site do ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação através do endereço https://validar.iti.gov.br/

b.) Documentos assinados exclusivamente com Certificado Digital (PADES)

Para documentos no formato PDF, cuja opção de assinatura tenha sido assinaturas autocontidas (PADES), a verificação poderá ser feita a partir do documento original (assinado), utilizando o Adobe Reader. Você também poderá fazer a validação no site do ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação através do endereço https://validar.iti.gov.br/

c.) Documentos assinados exclusivamente SEM Certificado Digital ou de forma híbrida (Assinaturas COM Certificado Digital e SEM Certificado Digital, no mesmo documento)

Para documento híbrido, as assinaturas realizadas COM Certificado Digital poderão ser verificadas conforme descrito em (a) ou (b), conforme o tipo de assinatura do documento (CADES ou PADES).

A validade das assinaturas SEM Certificado Digital é garantida por este documento, assinado e certificado pela QualiSign.

Validade das Assinaturas Digitais e Eletrônicas

No âmbito legal brasileiro e em também em alguns países do Mercosul que já assinaram os acordos bilaterais, as assinaturas contidas neste documento cumprem, plenamente, os requisitos exigidos na Medida Provisória 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil e transformou o ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia garantidora da autenticidade, integridade, não-repúdio e irretroatividade, em relação aos signatários, nas declarações constantes nos documentos eletrônicos assinados, como segue:

Art. 10. Consideram-se documentos públicos ou particulares, para todos os fins legais, os documentos eletrônicos de que trata esta Medida Provisória.

§ 1º. As declarações constantes dos documentos em forma eletrônica produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil presumem-se verdadeiros em relação aos signatários, na forma do art. 131 da Lei no 3.071, de 1o de janeiro de 1916 - Código Civil.

§ 2º. O disposto nesta Medida Provisória não obsta a utilização de outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, inclusive os que utilizem certificados não emitidos pela ICP-Brasil, desde que admitido pelas partes como válido ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento.

Pelo exposto, o presente documento encontra-se devidamente assinado pelas Partes, mantendo plena validade legal e eficácia jurídica perante terceiros, em juízo ou fora dele.